



HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
Avenida Eugênio do Nascimento, s/nº - Bairro Dom Bosco  
Juiz de Fora-MG, CEP 36038-330  
- <https://hu-ufjf.hubrasil.gov.br>

Processo nº 23765.000766/2026-95

### EDITAL DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS

<b>Pregão Eletrônico SRP N.º 90030/2026</b> <b>Aquisição de MEDICAMENTOS DO APARELHO RESPIRATÓRIO, ANTI-INFLAMATÓRIOS, ANALGÉSICOS, ANTITÉRMICOS, IMUNOTERAPIA E ALERGIA, DERMATOLÓGICOS, ODONTOLÓGICOS E OFTÁLMICOS, a fim de atender as necessidades do Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora (HU/UFJF), Unidade Gestora (UG) 155903, pertencente à Rede da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Rede Ebserh), por um período de 12 (doze) meses</b>	<b>Abertura Sessão Pública:</b> 30 de abril de 2026, às 09 hs <b>No Sítio <a href="https://comprasgov.compras">Comprasgov - Compras</a></b> <b>UASG 155903</b>
--	--

<b>Objeto</b>
Aquisição de MEDICAMENTOS DO APARELHO RESPIRATÓRIO, ANTI-INFLAMATÓRIOS, ANALGÉSICOS, ANTITÉRMICOS, IMUNOTERAPIA E ALERGIA, DERMATOLÓGICOS, ODONTOLÓGICOS E OFTÁLMICOS, a fim de atender as necessidades do Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora (HU/UFJF), Unidade Gestora (UG) 155903, pertencente à Rede da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Rede Ebserh), por um período de 12 (doze) meses. A descrição detalhada do objeto, contendo as especificações técnicas, unidades de medida, quantidades estimadas e demais informações constam no Anexo I - Descrição Detalhada e Quantitativos do Objeto do Termo de Referência.
<b>Modelo da Contratação</b>
A contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), sendo a aquisição dos produtos precedida de emissão de Nota de Empenho em favor do fornecedor adjudicatário, conforme os itens e preços registrados na respectiva Ata de Registro de Preços (ARP). O prazo de vigência das Atas de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogado por igual período, conforme a conveniência da Administração, a anuência do fornecedor e desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados. As Atas de Registro de Preços (ARPs) poderão resultar em contratos, que terão vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogados por interesse das partes até o limite de 5 (cinco) anos, a teor do que disciplina o art. 71, caput, da Lei nº 13.303/2016 e art. 188 do Regulamento de Compras e Contratos da Ebserh (RCC 3.0).
<b>Valor Estimado</b>
Conforme o art. 30, § 1º, do RCC 3.0, os preços referenciais desta contratação são sigilosos, sendo divulgados apenas após a fase de lances na etapa externa da licitação.
<b>Critério de Julgamento</b>
Menor Preço.
<b>Modo de Disputa</b>
Aberto.
<b>Intervalo Mínimo entre os Lances</b>
Conforme Termo de Referência.
<b>ME/EPP Equiparadas</b>
Sim
<b>Margem de preferência</b>
Não
<b>Pedidos de Esclarecimentos e Impugnações</b>
Até às 23h59min do dia 22/04/2026, por meio do correio eletrônico <a href="mailto:uclhc.hu-ufjf@ebserh.gov.br">uclhc.hu-ufjf@ebserh.gov.br</a> , ou, por escrito, no endereço indicado no cabeçalho do Edital, no horário das 8h às 12h e das 13h às 17h.

Portaria constante dos autos, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local acima indicados realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos do Regulamento de Compras e Contratos da Ebserh, versão 3.0, aprovado por meio da Resolução n.º 297/2025 do Conselho de Administração (RCC 3.0), da Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016, do Decreto n.º 8.945, de 27 de dezembro de 2016, da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 (aplicada aos procedimentos para operação da sessão pública, a partir de sua abertura até a etapa de homologação) e, de forma subsidiária, do Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023.

## 1. OBJETO

1.1. O objeto da licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de MEDICAMENTOS DO APARELHO RESPIRATÓRIO, ANTI-INFLAMATÓRIOS, ANALGÉSICOS, ANTITÉRMICOS, IMUNOTERAPIA E ALERGIA, DERMATOLÓGICOS, ODONTOLÓGICOS E OFTÁLMICOS, por meio de registro de preços, a fim de atender às necessidades do Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora - HU-UFJF, Unidade Gestora (UG) 155903, integrante da Rede da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A descrição detalhada do objeto e a estimativa de consumo constam no Anexo I - Termo de Referência, em que os licitantes poderão visualizar as especificações técnicas dos produtos que serão licitados, as unidades de medida, as respectivas quantidades e demais informações relacionadas.

1.3. A licitação será dividida em itens, conforme especificado no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.4. Caso haja divergência entre o descritivo dos itens no Edital e seus Anexos e no Portal de Compras do Governo Federal, prevalecerá o descritivo constante no Edital e seus Anexos.

## 2. REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras aplicáveis aos órgãos gerenciador e participantes, ao remanejamento de saldos, às eventuais adesões e à gestão da Ata de Registro de Preços são aquelas estabelecidas na minuta da respectiva Ata.

## 3. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf (Instrução Normativa SEGES/MP n.º 3/2018) e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante se responsabiliza exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 34 da Lei n.º 11.488/2007 - quando permitida a sua participação -, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar n.º 123/2006.

3.5.1. O tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n.º 123/2006 somente será aplicável ao item cujo valor estimado não seja superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, que é de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), nos termos do art. 3º, inciso II, da Lei Complementar n.º 123/2006, sendo que nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato (Acórdão 1193/2024-TCU-Plenário).

3.5.2. Para os itens **1 ao 90**, indicados no Anexo I - Termo de Referência, a participação é exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, sociedades cooperativas mencionadas no art. 34 da Lei n.º 11.488/2007, agricultor familiar, produtor rural pessoa física e MEI, nos limites previstos da Lei Complementar n.º 123/2006.

3.5.2.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.5.3. Não poderão disputar esta licitação:

3.5.4. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.5.5. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.5.6. empresa que se enquadre em alguma das vedações previstas no art. 70 do RCC 3.0 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, quais sejam:

3.5.6.1. suspensão no âmbito da Rede Ebserh;

3.5.6.2. declarada inidônea pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

3.5.6.3. impedida de licitar e de contratar com a União;

3.5.6.4. constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

3.5.6.5. cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

3.5.6.6. constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

3.5.6.7. cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

3.5.6.8. que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;

3.5.6.9. cujo administrador ou sócio seja empregado, servidor cedido ou em exercício na Ebserh;

3.5.6.10. cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja integrante de órgão estatutário da Ebserh;

3.5.6.11. cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja integrante do Ministério da Educação ou de Instituições Federais de Ensino Superior e congêneres signatárias de contratos de gestão com a Ebserh;

3.5.6.12. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

3.6. As vedações previstas neste instrumento aplicam-se ainda:

3.6.1. à contratação, como pessoa física, e à participação em procedimentos licitatórios na condição de licitante, dos seguintes agentes:

3.6.1.1. integrantes de órgão estatutário;

3.6.1.2. empregados da Ebserh;

3.6.1.3. servidores cedidos ou em exercício na Ebserh;

3.6.1.4. integrantes do Ministério da Educação;

3.6.1.5. integrantes de Instituições Federais de Ensino e congêneres signatárias de contratos de gestão com a Ebserh.

3.6.2. àqueles que possuam relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

3.6.2.1. integrantes de órgãos estatutários da Ebserh;

3.6.2.2. empregados, servidores cedidos ou em exercício na Ebserh cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou estejam envolvidos no respectivo processo de contratação;

3.6.2.3. autoridades do Ministério da Educação;

3.6.2.4. autoridades das Instituições Federais de Ensino Superior e congêneres signatárias de contratos de gestão com a Ebserh.

3.6.3. àqueles cujo proprietário, ainda que na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Ebserh há menos de 6 (seis) meses.

3.7. As vedações previstas no art. 70 do RCC 3.0 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias serão também aplicadas ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. Será verificado o enquadramento dos licitantes como parte relacionada para o fim de aplicação da Política de Transações com Partes Relacionadas da Ebserh, disponível em [www.gov.br/ebserh](http://www.gov.br/ebserh).

3.9. Ao participar do pregão, o licitante declara estar ciente de que deve observar o Código de Ética e Conduta

#### 4. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

- 4.1. Até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a ocorrência do certame, qualquer pessoa poderá impugnar ou solicitar esclarecimentos a este Edital.
- 4.2. Caberá ao Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio e pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus Anexos, decidir sobre a impugnação ou solicitação de esclarecimentos no prazo de até 3 (três) dias úteis, sendo assegurado, na sequência, o prazo de 2 (dois) dias úteis para a apresentação das propostas pelos licitantes, se for o caso.
- 4.3. O dia de abertura da licitação não é computado para a contagem dos prazos.
- 4.4. A impugnação ou pedido de esclarecimento poderá ser apresentado por forma eletrônica, pelo e-mail [ucllic.hu-ufjf@ebserh.gov.br](mailto:ucllic.hu-ufjf@ebserh.gov.br), ou, até às 23h59min do dia 22/04/2026, ou, por escrito, no endereço indicado no cabeçalho do Edital, no horário das 8h às 12h e das 13h às 17h.
- 4.5. Não serão conhecidas as impugnações ou pedidos de esclarecimentos interpostos após o prazo previsto neste instrumento, bem como os que não forem apresentados na forma estabelecida neste Edital.
- 4.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 4.6.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.
- 4.7. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Ebserh.
- 4.8. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

#### 5. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

- 5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 5.2.1. Os anexos de proposta deverão ser encaminhados apenas pelo licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, após convocação para esse fim.
- 5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [art. 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 5.3.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 5.4. O licitante organizado em cooperativa - quando permitida a sua participação - deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os seguintes requisitos:
- 5.4.1. a constituição e o funcionamento da cooperativa observam as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a [Lei n.º 5.764/1971](#), a [Lei n.º 12.690/2012](#), e a [Lei Complementar n.º 130/2009](#);
- 5.4.2. a cooperativa apresenta demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;
- 5.4.3. qualquer cooperado, com igual qualificação, é capaz de executar o objeto contratado, vedado à Ebserh indicar nominalmente pessoas;
- 5.4.4. o objeto da licitação se refere, em se tratando de cooperativas enquadradas na [Lei n.º 12.690/2012](#), a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

- 5.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

- 5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa -

quando permitida a sua participação - deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

5.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

5.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n.º 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

5.12. O valor final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para a Ebserh, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Ebserh ou de sua desconexão.

5.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **6. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário do item;

6.1.2. quantidade ofertada;

6.1.3. marca/Fabricante;

6.1.4. modelo/Versão.

6.2. Na descrição complementar do objeto não poderão constar elementos ou informações que identifiquem o licitante ou em relação aos quais o sistema apresente campo próprio para preenchimento, tais como: marca; fabricante do produto; dentre outros.

6.3. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.4. Não será admitida a previsão diferente em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.6. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.7. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.8. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a proposta

deverá considerar a média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.9. Na hipótese de a execução contratual estar sujeita à aplicação de normas tributárias que impliquem alteração, extinção, desoneração ou reoneração de tributos, as propostas de preços deverão considerar as alíquotas vigentes na data de sua apresentação.

6.10. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.11. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.12. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

6.13. O descumprimento das regras dispostas neste Edital por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias a o exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **7. ABERTURA DA SESSÃO, FORMULAÇÃO DE LANCES E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

7.1. A abertura da presente licitação ocorrerá de forma automática em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

7.3. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.4. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

7.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.7. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será o estabelecido no Termo de Referência.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste Edital, quando for o caso.

7.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do art. 24, § 6º, da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 73/2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI n.º 79/2024.

7.13.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.13.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.14.1. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do art. 25, § 5º, da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 73/2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI n.º 79/2024.

7.14.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.14, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.14.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.14.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.14.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.14.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.14.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.16. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.19. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei n.º 14.133/2021.

7.19.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Agente de Contratação.

7.19.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006, regulamentada pelo Decreto n.º 8.538/2015.

7.20.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, § 9º, I, do Decreto n.º 8.538/2015).

7.20.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pelo fornecedor classificado em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.20.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.20.4. O licitante mais bem classificado nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao do primeiro colocado, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.20.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocados os demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.20.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.20.7. O tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n.º 123/2006 somente será aplicável ao item cujo valor estimado não seja superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, que é de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), nos termos do art. 3º, inciso II, da Lei Complementar n.º 123/2006, sendo que nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato (Acórdão 1193/2024-TCU-Plenário).

7.21. Os critérios de desempate observarão as disposições da Lei n.º 14.133/2021 e suas regulamentações específicas, quando instituídas.

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133/2021, nesta ordem:

7.22.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.22.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações;

7.22.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme art. 5º, § 1º, do Decreto n.º 11.430/2023;

7.22.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto n.º 12.304/2024.

7.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, ao objeto executado por:

7.22.2.1. empresas brasileiras;

7.22.2.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.22.2.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei n.º 12.187/2009.

7.23. Persistindo o empate, será realizado sorteio.

7.23.1. O sistema compras.gov.br irá realizar o sorteio de forma automática, verificando, primeiramente, se há proponentes em situação de empate real e realizando, entre eles, o sorteio automático.

7.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o sistema ordenará e divulgará automaticamente as propostas apresentadas, em ordem crescente de valores, conforme o critério de julgamento definido no Edital.

7.25. O valor estimado para a contratação será tornado público após o encerramento do envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

7.26. Na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima dos preços máximos por item definidos para a contratação, o Agente de Contratação negociará com o primeiro colocado condições mais vantajosas.

7.26.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima dos preços máximos por item definidos pela Ebserh.

7.26.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.26.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.26.4. O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.26.5. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante ou, quando não disponível, pelo endereço de e-mail constante no Edital, antes de findo o prazo.

7.27. Se, depois de adotada a providência referida no item anterior, não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, será revogado o item ou a licitação.

7.28. A desclassificação da proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.29. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.30. Encerrada a classificação das propostas, será iniciada a fase de julgamento.

## 8. FASE DE JULGAMENTO

8.1. O Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

I - Sicafe;

II - Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU ([certidoes-apf.apps.tcu.gov.br](http://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br)).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o art. 12 da Lei n.º 8.429/1992.

8.3. Caso se constate a existência das vedações transcritas nos itens 3.6.3.4, 3.6.3.5, 3.6.3.6, 3.6.3.7, 3.6.3.8 e 3.8, a inabilitação deverá ser precedida de realização de diligências para verificar se houve tentativa de fraude por parte das empresas apontadas, por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, datas de abertura, dentre outros, sendo necessária a convocação do fornecedor para manifestação previamente à sua inabilitação.

8.4. Constatada a existência de vedação, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Agente de Contratação verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da [Instrução Normativa SEGES/MP n.º 3/2018](#).

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

I - contiver vícios insanáveis;

II - não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

III - apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Ebserh;

V - apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado

pela Ebserh.

8.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:

8.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9. A Ebserh poderá realizar diligências para aferir a efetividade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, bem como para facultar a correção de vícios sanáveis, sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes.

8.9.1. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.9.2. São considerados vícios sanáveis, entre outros, os defeitos materiais atinentes à descrição do objeto da proposta e suas especificações técnicas, incluindo aspectos relacionados à execução do objeto, às formalidades, aos requisitos de representação, às planilhas de composição de preços, à inexecuibilidade ou ao valor excessivo de preços unitários quando o julgamento não é realizado sob o regime de empreitada por preço unitário e, de modo geral, aos documentos de conteúdo declaratório sobre situações preexistentes, desde que não alterem a substância da proposta.

8.10. O Agente de Contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.10.1. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante ou, quando não disponível, pelo endereço de e-mail constante no Edital, antes de findo o prazo.

8.11. Definido o resultado do julgamento, a Ebserh poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, observado o procedimento previsto no item 7.26.

8.12. Encerrada a fase de julgamento, será iniciada a fase de habilitação.

## **9. FASE DE HABILITAÇÃO**

9.1. Os documentos previstos neste Edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 65 a 69 do RCC 3.0.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto n.º 8.660/2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, serão observadas as seguintes exigências:

9.3.1. comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

9.3.2. indicação de empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Ebserh;

9.3.3. admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

9.3.4. impedimento, na mesma licitação, de participação de empresa consorciada, isoladamente ou por meio de mais de um consórcio;

9.3.5. responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de Seleção de Fornecedor quanto na de Gestão do Contrato;

9.3.6. habilitação técnica, quando exigida, por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, por meio do somatório dos valores de cada consorciado;

9.3.6.1. se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.3.7. constituição e registro do consórcio, antes da celebração do contrato

9.3.8. a substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pela Ebserh e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de

habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de capacidade econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio.

9.4. Quando permitida a participação de cooperativas, serão observadas as seguintes exigências complementares:

9.4.1. a relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§ 2º a 6º da Lei n.º 5.764/1971;

9.4.2. a declaração de regularidade de situação do contribuinte individual (DRSCI), para cada um dos cooperados indicados;

9.4.3. o registro previsto no art. 107 da Lei n.º 5.764/1971;

9.4.4. a comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.4.5. os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- a) ata de fundação;
- b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
- f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

9.4.6. a última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n.º 5.764/1971 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou cópia.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido pela Ebserh, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto no RCC 3.0.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([Instrução Normativa SEGES/MP n.º 3/2018](#), art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º).

9.11. É de responsabilidade do licitante, sob pena de desclassificação, conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([Instrução Normativa SEGES/MP n.º 3/2018](#), art. 7º, caput).

9.12. A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante ou, quando não disponível, pelo endereço de e-mail constante no Edital, antes de findo o prazo.

9.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no art. 36, § 1º, e no art. 39, § 1º, da [Instrução Normativa SEGES/ME n.º 73/2022](#).

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, em até 2 (duas) horas, para (art. 67 do RCC 3.0 e art. 39, § 4º, da [Instrução Normativa SEGES/ME n.º 73/2022](#)):

9.14.1. atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame

9.14.2. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.14.3. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo de 2 (duas) horas.

9.18. Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídos os procedimentos o item anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do [Decreto n.º 8.538/2015](#)).

9.20. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da [Lei Complementar n.º 123/2006](#), seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.21. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.22. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.22.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

9.22.2. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.23. Os documentos a serem apresentados para a comprovação da habilitação jurídica são os seguintes:

9.23.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.23.2. Em se tratando de microempreendedor individual (MEI): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio eletrônico [www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor](http://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor)

9.23.3. No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal (SLU) ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI): inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.23.4. No caso de filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.23.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.23.6. No caso de sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77/2020;

9.23.7. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei n.º 5.764/1971;

9.23.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações relevantes ao objeto desta Licitação e à composição societária atual da empresa ou da última consolidação.

9.24. Os documentos a serem apresentados para a comprovação da habilitação fiscal, seguridade social e trabalhista são os seguintes:

9.24.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.24.2. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.24.3. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN n.º 1.751/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.24.4. prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

9.24.5. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452/1943;

9.24.6. cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

9.25. Os documentos a serem apresentados para a comprovação da capacidade econômico-financeira e da qualificação técnico-profissional e/ou técnico-operacional, quando exigidos, estão previstos no Termo de Referência.

9.26. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.º 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual.

9.27. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.27.1. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

9.28. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, ele será convocado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Ebserh, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.29. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no item anterior acarretará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.30. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para a continuidade.

9.31. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.31.1. Não atendidas as exigências de habilitação pelo licitante, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda aos requisitos deste Edital.

9.32. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

9.32.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

9.33. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, será realizada consulta ao Cadin, sendo que a existência de registro constitui fator impeditivo para que o licitante seja declarado vencedor, nos termos do art. 6º, inciso III, e art. 6º-A, da [Lei n.º 10.522/2002](#).

9.33.1. Pode ser realizada diligência para oportunizar a comprovação de regularização da situação que deu causa à inclusão no Cadin, nos termos do art. 2º, §§ 5º e 6º, da [Lei n.º 10.522/2002](#).

9.34. Inexistindo registro no Cadin ou comprovada a regularização da situação que deu causa ao registro, será o licitante declarado vencedor.

## 10. RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da [Lei n.º 14.133/2021](#).

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.5.1. Os prazos previstos neste item podem ser prorrogados, de forma excepcional, por decisão fundamentada da autoridade competente.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/inteiro-teor-dos-processos-de-compra>.

## 11. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

11.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado ao(à) Diretor(a) de Administração e Infraestrutura, no caso da Administração Central, ou ao(à) Gerente Administrativo(a), no caso dos Hospitais Universitários, que poderá:

11.1.1. determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

11.1.2. revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

11.1.3. proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

11.1.4. adjudicar o objeto e homologar a licitação.

11.2. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

## 12. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de vigência encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no RCC 3.0.

12.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado, desde que:

12.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

12.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

12.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

12.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

12.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

12.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Ebserh a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

12.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Ebserh convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

### **13. FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

13.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que:

13.1.1. aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei n.º 14.133/2021; e

13.1.2. mantiverem sua proposta original.

13.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

13.2.1. a apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

13.2.2. para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

13.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

13.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos neste Edital; ou

13.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos arts. 100 e 101 do RCC 3.0.

13.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Ebserh, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista neste Edital, poderá:

13.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

13.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13.5. Não havendo campo específico no sistema Compras.gov.br para manifestação de interesse em compor o cadastro de reserva, os licitantes serão consultados por meio do chat da licitação.

### **14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

14.1. Comete infração administrativa, sujeita à sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh, sem prejuízo de responsabilidade civil e criminal, o licitante que:

14.1.1. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.2. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados;

14.1.3. convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar a ata de registro de preços;

14.1.4. convocado dentro do prazo de validade da sua proposta ou da vigência da ata de registro de preços, não celebrar o contrato;

14.1.5. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

14.1.6. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

14.1.8. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e

14.1.9. fraudar a licitação.

14.2. A aplicação da sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar prevista neste Edital não impede a instauração e o julgamento de processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica, nos termos do art. 8º da Lei n.º 12.846/2013.

14.3. As sanções do item anterior também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços, que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

14.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o devido processo legal ao licitante, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 13.303/2016, no RCC 3.0, na Norma Operacional - SEI n.º 7/2023/DAI-EBSERH, aplicando-se subsidiariamente a Lei n.º 9.784/1999.

14.5. A autoridade competente para a aplicação das sanções levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Ebserh, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

14.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, for identificada a prática de infração administrativa tipificada pela Lei n.º 12.846/2013, será aberto processo relacionado para levantamento preliminar dos indícios vislumbrados, com elaboração de relatório circunstanciado acerca do tema e posterior remessa à Corregedoria-Geral para tratamento nos termos do Decreto n.º 11.129/2022.

14.6.1. O processamento do PAR ou a negociação de acordo de leniência não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à administração pública federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

14.7. Após o trânsito em julgado do processo, as sanções administrativas aplicadas pela Ebserh deverão ser registradas e publicadas no Sicaf, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e, no caso de sanção de multa, no Cadin, nos termos da Lei n.º 10.522/2002.

14.7.1. Quando a sanção aplicada decorrer de Processo Administrativo de Responsabilização (PAR), os dados relativos à penalidade deverão ser incluídos no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), de que trata a Lei n.º 12.846/2013, ou em outras plataformas de cadastro de inadimplentes de pessoas jurídicas autorizadas pela Ebserh.

14.8. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no termo de referência, anexo a este Edital.

## 15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Ebserh, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Ebserh não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na unidade da Ebserh responsável pela licitação.

15.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as do Termo de Referência.

15.9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no Portal da Ebserh e no endereço eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pt-b.r>

15.10. **ANEXO I** - Termo de Referência e seus respectivos anexos (Documento SEI nº 57162362);

15.10.0.1. **APÊNDICE I** - Anexo I do Termo de Referência - Descrição Detalhada e Quantitativos do Objeto (Documento SEI nº 58174716);

15.10.0.2. **APÊNDICE II** - Anexo II do Termo de Referência - Análise de Riscos - Execução do Contrato (Documento SEI nº 58174972);

15.10.0.3. **APÊNDICE III** - Anexo III do Termo de Referência - Modelo de Proposta (Documento SEI nº 57162362);

15.10.0.4. **APÊNDICE IV** - Anexo IV do Termo de Referência - Modelo de Ordem de Fornecimento (Documento SEI nº 57162362);

15.10.0.5. **APÊNDICE V** - Anexo V do Termo de Referência - Modelo de Recebimento Definitivo (Documento SEI nº 57162362);

15.11. **ANEXO II** - Minuta de Ata de Registro de Preços (Documento SEI nº 59345248);

15.12. **ANEXO III** - Minuta de Contrato (Documento SEI nº 59348411);

15.13. **ANEXO IV** - Modelo de Declaração para Composição do Cadastro de Reserva (Documento SEI nº 59441388);

15.14. **ANEXO V** - Orientações para Cadastro Externo no SEI (Documento SEI nº 59417255);

15.15. **ANEXO VI** - Proteção de dados pessoais (Documento SEI nº 59417220).

Juiz de Fora - MG, *data da assinatura eletrônica.*

*(assinado eletronicamente)*

**DANIEL FERNANDES AFONSO**

Chefe da Unidade de Compras e Licitações

Autorizo a divulgação do presente Edital, nos termos do § 3º do art. 47 do Regulamento de Compras e Contratos da Ebserh - Versão 3.0.

*(assinado eletronicamente)*

**BRUNO AZEVEDO GOMES FREITAS**

Gerente Administrativo



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Fernandes Afonso, Chefe de Unidade**, em 14/04/2026, às 15:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Azevedo Gomes Freitas, Gerente**, em 14/04/2026, às 15:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **59928715** e o código CRC **DA92837E**.

**Referência:** Processo nº 23765.000766/2026-95 SEI nº 59928715

RCC 3.0 - Termo de Referência - SRP Medicamentos

Processo nº 23765.000766/2026-95

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS**

**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

1.1. Este Termo de Referência tem como objeto o Registro de Preços para a aquisição de MEDICAMENTOS DO APARELHO RESPIRATÓRIO, ANTI-INFLAMATÓRIOS, ANALGÉSICOS, ANTITÉRMICOS, IMUNOTERAPIA E ALERGIA, DERMATOLÓGICOS, ODONTOLÓGICOS E OFTÁLMICOS, a fim de atender as necessidades do Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora (HU/UFJF), Unidade Gestora (UG) 155903, pertencente à Rede da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Rede Ebserh), por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações e demais condições estabelecidas neste instrumento.

1.2. A descrição detalhada do objeto e a estimativa de consumo constam abaixo e no Anexo I - Descrição Detalhada e Quantitativos do Objeto, onde os licitantes poderão visualizar as seguintes informações:

- I - descrição detalhada de cada item;
- II - apresentação;
- III - código do Catálogo Padronizado de Materiais do Governo Federal - Catmat;
- IV - código interno de padronização da empresa - Código Ebserh;
- V - código interno do Sistema de Controle de Estoque - Código AGHUX;
- VI - quantidade estimada para a UASG 155903 - Órgão Gerenciador;
- VII - quantidade estimada para cada UASG participante, quando aplicável;
- VIII - quantidade estimada para UASG 155007 - Ebserh - Administração Central, como Reserva Técnica, quando aplicável;
- IX - itens de participação exclusiva de ME/EPP, quando aplicável.

ITEM	AGHU	CATMAT	CÓDIGO EBSEH	DESCRIÇÃO COMPLETA	UNIDADE	QUANTIDADE	COMPETITIVIDADE
1	211907	272793	EBF01537	acetato de fludrocortisona; 0,1 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	300	ME/EPP
2	17256	345240	EBF01965	acetato de hidrocortisona; 10 mg/g; creme dermatológico. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	BISNAGA 30 g	70	ME/EPP
3	160601	274806	EBF01395	acetilcisteína; 600 mg; granulado para solução oral. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	ENVELOPE 5 g	1200	ME/EPP
4	13544	267502	EBF01567	ácido acetilsalicílico; 100 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como	COMPRIMIDO	4200	ME/EPP

				Medicamento.			
5	13722	292402	EBF01400	aminofilina; 24 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 10 mL	100	ME/EPP
6	13870	268083	EBF00448	azatioprina; 50 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	700	ME/EPP
7	288942	363099	EBF01873	azul de tripan; 0,1% (1 mg/mL); solução oftalmológica estéril. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO-AMPOLA 1 mL	280	ME/EPP
8	150916	268331	EBF01406	brometo de ipratrópio; 0,25 mg/mL; solução inalatória. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 20 mL	900	ME/EPP
9	605481	268332	EBF01407	brometo de ipratrópio; 20 mcg/dose; solução aerossol inalatória. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 200 doses	48	ME/EPP
10	290865	282220	EBF01878	carbacol; 0,1 mg/mL (0,01%); solução ocular injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO-AMPOLA 2 mL	150	ME/EPP
11	290946	448844	EBF01571	cetoprofeno; 100 mg; pó liofilizado injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO-AMPOLA	6300	ME/EPP
12	290947	268422	EBF01574	cetoprofeno; 50 mg; cápsula. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	CÁPSULA	800	ME/EPP
13	16977	302942	EBF00456	ciclosporina; 100 mg/mL; solução oral. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 50 mL	20	ME/EPP
14	194280	271107	EBF00459	ciclosporina; 100 mg; cápsula. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	CÁPSULA	500	ME/EPP
15	194271	271104	EBF00462	ciclosporina; 25 mg; cápsula. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	CÁPSULA	500	ME/EPP
16	291002	340165	EBF00468	ciclosporina; 50 mg/mL; solução injetável. - Registrado na	AMPOLA 5 mL	100	ME/EPP

				Anvisa como Medicamento.			
17	176192	340165	EBF00465	ciclosporina; 50 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 1 mL	500	ME/EPP
18	292292	271106	EBF00471	ciclosporina; 50 mg; cápsula. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	CÁPSULA	600	ME/EPP
19	14125	272134	EBF01881	cloridrato de ciclopentolato; 10 mg/mL (1%); solução oftálmica. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 5 mL	30	ME/EPP
20	273733	272217	EBF00455	cloridrato de difenidramina; 50 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 1 mL	270	ME/EPP
21	506258	271790	EBF03639	cloridrato de fenilefrina; 100 mg/mL (10%); solução oftálmica; medicamento especialmente manipulado; frasco de 5 a 10 mL.	MILILITRO	500	ME/EPP
22	506264	394263	EBF00473	cloridrato de hidroxizina; 2 mg/mL; solução oral; frasco 100 a 120 mL.. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	MILILITRO	10000	ME/EPP
23	502720	269851	EBF00579	cloridrato de lidocaína + epinefrina; 20 mg/mL (2%) + 10 mcg/mL (1:100.000); solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	CARPULE 1,8 mL	800	ME/EPP
24	502721	357788	EBF00694	cloridrato de mepivacaína; 30 mg/mL (3%); solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	CARPULE 1,8 mL	50	ME/EPP
25	247286	268093	EBF01505	cloridrato de metadona; 10 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	2300	ME/EPP
26	180254	268501	EBF01506	cloridrato de nalbufina; 10 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como	AMPOLA 1 mL	50	ME/EPP

				Medicamento.			
27	17574	272329	EBF01508	cloridrato de petidina; 50 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 2 mL	25	ME/EPP
28	17760	267769	EBF00479	cloridrato de prometazina; 25 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 2 mL	280	ME/EPP
29	17752	267768	EBF00482	cloridrato de prometazina; 25 mg; comprimido revestido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	400	ME/EPP
30	506260	292380	EBF01509	cloridrato de tramadol; 100 mg/mL; solução oral. FRASCO Volume: 10 a 15 mL.. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	MILILITRO	700	ME/EPP
31	291167	292382	EBF01513	cloridrato de tramadol; 50 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 1 mL	10000	ME/EPP
32	288965	268958	EBF02018	colagenase; 0,6 U/g; pomada. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	BISNAGA 30 g	420	ME/EPP
33	505966	337468	EBF01459	desloratadina; 0,5 mg/mL; xarope; frasco 60 a 100 mL.. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	MILILITRO	1000	ME/EPP
34	14540	267187	EBF01897	dexametasona; 1 mg/mL; suspensão oftálmica. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 5 mL	35	ME/EPP
35	16390	269388	EBF01544	dexametasona; 4 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	3000	ME/EPP
36	16411	271003	EBF01579	diclofenaco sódico; 25 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 3 mL	50	ME/EPP
37	289004	273310	EBF00476	dicloridrato de hidroxizina; 25 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	1100	ME/EPP
				digliconato de			

38	500944	341174	EBF01858	clorexidina; 0,12%; solução para colutório. Antisséptico bucal. Sem álcool ou corante. Não irritante. - Regularizado na Anvisa como Cosmético (RDC nº 907/2024).	FRASCO 1.000 mL	36	ME/EPP
39	198650	341174	EBF01861	digliconato de clorexidina; 0,12%; solução para colutório. Antisséptico bucal. Sem álcool ou corante. Não irritante. Regularizado na Anvisa como Cosmético (RDC nº 907/2024)	FRASCO 250 mL	600	ME/EPP
40	14826	268252	EBF01586	dipirona; 500 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 2 mL	70000	ME/EPP
41	506256	267205	EBF01588	dipirona; 500 mg/mL; solução oral; FRASCO Volume: 10 a 30 mL.. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	MILILITRO	9000	ME/EPP
42	980283	267203	EBF01590	dipirona; 500 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	21000	ME/EPP
43	180980	466172	EBF01465	dipropionato de beclometasona; 250 mcg/dose; solução inalatória oral; aerossol. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 200 doses	150	ME/EPP
44	180572	346586	EBF01466	dipropionato de beclometasona; 50 mcg/dose; solução inalatória oral; aerossol. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 200 doses	120	ME/EPP
45	153206	267582	EBF01467	dipropionato de beclometasona; 50 mcg/dose; suspensão nasal. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 200 doses	20	ME/EPP
46	503182	369179	EBF00480	everolimo; 1 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	360	ME/EPP
47	100994	272944	EBF01903	fluoresceína sódica; 10 mg/mL (1%); solução oftálmica. - Registrado na	FRASCO 3 mL	300	ME/EPP

				Anvisa como Produto para saúde.			
48	291031	272949	EBF01905	fluoresceína sódica; 200 mg/mL (20%); solução oftálmica injetável. - Registrado na Anvisa como Produto para saúde.	FRASCO-AMPOLA 5 mL	400	ME/EPP
49	980276	292427	EBF01551	fosfato dissódico de dexametasona; 4 mg/mL; solução injetável; ampola ou frasco-ampola.. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	UNIDADE 2,5 mL	7900	ME/EPP
50	506265	448595	EBF01554	fosfato sódico de prednisolona; 3 mg/mL; solução oral; FRASCO Volume: 60 a 120 mL.. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	MILILITRO	10000	ME/EPP
51	506480	435443	EBF01473	fumarato de formoterol + budesonida; 6 mcg/dose + 200 mcg/dose; suspensão inalatória aerossol. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 120 doses	48	ME/EPP
52	289016	396741	EBF01899	hipromelose (metilcelulose) + dextrana; 3 mg/mL (0,3%) + 1 mg/mL (0,1%); solução oftálmica. Registrado na Anvisa como medicamento.	FRASCO 15 mL	125	ME/EPP
53	290915	273694	EBF01931	hipromelose (metilcelulose); 20 mg/mL (2%); solução intraocular. - Registrado na Anvisa como Produto para saúde.	SERINGA PREENCHIDA 1,5 mL	700	ME/EPP
54	278526	294643	EBF01596	ibuprofeno; 50 mg/mL; suspensão oral. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 30 mL	70	ME/EPP
55	505768	381706	EBF02037	iodo + iodeto de potássio (Iugol); 2% (20 mg/mL) + 4% (40 mg/mL); solução. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 1.000 mL	16	ME/EPP
				iodopovidona; 50 mg/mL (5%); solução oftálmica; medicamento.			

56	186104	461988	EBF03642	especialmente manipulado; frasco de 1 a 10 mL	MILILITRO	100	ME/EPP
57	506254	267646	EBF00494	maleato de dexclorfeniramina; 0,4 mg/mL; solução oral; frasco 100 a 120 mL.. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	MILILITRO	600	ME/EPP
58	14583	267645	EBF00500	maleato de dexclorfeniramina; 2 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	5000	ME/EPP
59	100870	273690	EBF01934	metilcelulose; 20 mg/mL (2%); solução oftálmica	FRASCO 10 mL	20	ME/EPP
60	16209	270436	EBF00506	metotrexato; 2,5mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	600	ME/EPP
61	274083	448576	EBF00489	micofenolato de sódio; 180 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	500	ME/EPP
62	256625	448577	EBF00492	micofenolato de sódio; 360 mg; comprimido revestido de liberação retardada. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	1200	ME/EPP
63	17310	273705	EBF01607	naproxeno sódico; 550 mg; comprimido revestido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	900	ME/EPP
64	291003	273902	EBF02059	óleo amêndoas; 100%; óleo tópico. - Registrado na Anvisa como Medicamento de Notificação Simplificada (RDC nº 576/2021).	FRASCO 100 mL	600	ME/EPP
65	289076	270907	EBF01523	paracetamol + fosfato de codeína; 500 mg + 30 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	2000	ME/EPP
66	506266	267777	EBF01614	paracetamol; 200 mg/mL; solução oral; FRASCO; Volume: 10 a 15 mL. Registrado na Anvisa como Medicamento de Notificação	MILILITRO	1200	ME/EPP

				Simplificada (RDC nº 576/2021).			
67	13560	267778	EBF01615	paracetamol; 500 mg; comprimido; Registrado na Anvisa como Medicamento de Notificação Simplificada (RDC nº 576/2021).	COMPRIMIDO	8000	ME/EPP
68	291004	313592	EBF02092	policresuleno; 360 mg/mL; solução tópica. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 12 mL	12	ME/EPP
69	17680	267743	EBF01558	prednisona; 20 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	7000	ME/EPP
70	17671	267741	EBF01559	prednisona; 5 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	1000	ME/EPP
71	503184	285817	EBF00498	sirolimo; 1 mg; drácea. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	DRÁGEA	500	ME/EPP
72	503183	285818	EBF00501	sirolimo; 2 mg; drácea. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	DRÁGEA	500	ME/EPP
73	149195	394675	EBF01961	solução salina balanceada: cloreto de sódio + cloreto de potássio + cloreto de cálcio + cloreto de magnésio + acetato de sódio tri-hidratado + citrato de sódio; 6,371 mg/mL + 0,746 mg/mL + 0,515 mg/mL + 0,305 mg/mL + 3,950 mg/mL + 1,670 mg/mL; solução intraocular. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 500 mL	400	ME/EPP
74	106496	271600	EBF01560	succinato de metilprednisolona; 125 mg; pó para suspensão injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO-AMPOLA	1000	ME/EPP
75	16420	271599	EBF01562	succinato de metilprednisolona; 500 mg; pó para suspensão injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO-AMPOLA	1500	ME/EPP

76	15474	342135	EBF01563	succinato sódico de hidrocortisona; 100 mg; pó para solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO-AMPOLA	3600	ME/EPP
77	15482	342134	EBF01564	succinato sódico de hidrocortisona; 500 mg; pó para solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO-AMPOLA	300	ME/EPP
78	262463	304872	EBF01526	sulfato de morfina; 0,2 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 1 mL	800	ME/EPP
79	189910	304870	EBF01527	sulfato de morfina; 1 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 2 mL	12200	ME/EPP
80	506219	304871	EBF01528	sulfato de morfina; 10 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 1 mL	1300	ME/EPP
81	270362	271394	EBF01529	sulfato de morfina; 10 mg/mL; solução oral. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 60 mL	24	ME/EPP
82	19259	271392	EBF01530	sulfato de morfina; 10 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	3200	ME/EPP
83	135950	294887	EBF01485	sulfato de salbutamol; 100 mcg/dose; suspensão inalatória aerossol. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 200 doses	1100	ME/EPP
84	506278	268303	EBF01488	sulfato de salbutamol; 5 mg/mL; solução para nebulização. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 10 mL	120	ME/EPP
85	501990	268098	EBF00504	tacrolimo; 1 mg; cápsula. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	CÁPSULA	3100	ME/EPP
86	262447	336708	EBF02893	tacrolimo; 5 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 1 mL	50	ME/EPP

87	501992	268097	EBF00507	tacrolimo; 5 mg; cápsula. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	CÁPSULA	400	ME/EPP
88	263605	434445	EBF01565	triancinolona hexacetonida; 20 mg/mL; suspensão injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO-AMPOLA 5 mL	40	ME/EPP
89	18198	274561	EBF01957	tropicamida; 10 mg/mL (1%); solução oftálmica. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 5 mL	300	ME/EPP
90	289005	298548	EBF02119	vitamina A (palmitato de retinol) + vitamina D (colecalfiferol) + óxido de zinco; 5.000 UI/g + 900 UI/g + 150 mg/g; pomada dermatológica. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	BISNAGA 45 g	1000	ME/EPP
91	211907	272793	EBF01537	acetato de fludrocortisona; 0,1 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	300	AMPLA CONCORRÊNCIA
92	17256	345240	EBF01965	acetato de hidrocortisona; 10 mg/g; creme dermatológico. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	BISNAGA 30 g	70	AMPLA CONCORRÊNCIA
93	160601	274806	EBF01395	acetilcisteína; 600 mg; granulado para solução oral. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	ENVELOPE 5 g	1200	AMPLA CONCORRÊNCIA
94	13544	267502	EBF01567	ácido acetilsalicílico; 100 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	4200	AMPLA CONCORRÊNCIA
95	13722	292402	EBF01400	aminofilina; 24 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 10 mL	100	AMPLA CONCORRÊNCIA
96	13870	268083	EBF00448	azatioprina; 50 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	700	AMPLA CONCORRÊNCIA
				azul de tripan; 0,1% (1 mg/mL); solução oftalmológica	FRASCO-		

97	288942	363099	EBF01873	estéril. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 1 mL	280	AMPLA CONCORRÊNCIA
98	150916	268331	EBF01406	brometo de ipratrópio; 0,25 mg/mL; solução inalatória. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 20 mL	900	AMPLA CONCORRÊNCIA
99	605481	268332	EBF01407	brometo de ipratrópio; 20 mcg/dose; solução aerossol inalatória. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 200 doses	48	AMPLA CONCORRÊNCIA
100	290865	282220	EBF01878	carbacol; 0,1 mg/mL (0,01%); solução ocular injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO-AMPOLA 2 mL	150	AMPLA CONCORRÊNCIA
101	290946	448844	EBF01571	cetoprofeno; 100 mg; pó liofilizado injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO-AMPOLA	6300	AMPLA CONCORRÊNCIA
102	290947	268422	EBF01574	cetoprofeno; 50 mg; cápsula. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	CÁPSULA	800	AMPLA CONCORRÊNCIA
103	16977	302942	EBF00456	ciclosporina; 100 mg/mL; solução oral. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 50 mL	20	AMPLA CONCORRÊNCIA
104	194280	271107	EBF00459	ciclosporina; 100 mg; cápsula. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	CÁPSULA	500	AMPLA CONCORRÊNCIA
105	194271	271104	EBF00462	ciclosporina; 25 mg; cápsula. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	CÁPSULA	500	AMPLA CONCORRÊNCIA
106	291002	340165	EBF00468	ciclosporina; 50 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 5 mL	100	AMPLA CONCORRÊNCIA
107	176192	340165	EBF00465	ciclosporina; 50 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 1 mL	500	AMPLA CONCORRÊNCIA
108	292292	271106	EBF00471	ciclosporina; 50 mg; cápsula. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	CÁPSULA	600	AMPLA CONCORRÊNCIA
				cloridrato de ciclopentolato; 10			

109	14125	272134	EBF01881	mg/mL (1%); solução oftálmica. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 5 mL	30	AMPLA CONCORRÊNCIA
110	273733	272217	EBF00455	cloridrato de difenidramina; 50 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 1 mL	270	AMPLA CONCORRÊNCIA
111	506258	271790	EBF03639	cloridrato de fenilefrina; 100 mg/mL (10%); solução oftálmica; medicamento especialmente manipulado; frasco de 5 a 10 mL.	MILILITRO	500	AMPLA CONCORRÊNCIA
112	506264	394263	EBF00473	cloridrato de hidroxizina; 2 mg/mL; solução oral; frasco 100 a 120 mL.. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	MILILITRO	10000	AMPLA CONCORRÊNCIA
113	502720	269851	EBF00579	cloridrato de lidocaína + epinefrina; 20 mg/mL (2%) + 10 mcg/mL (1:100.000); solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	CARPULE 1,8 mL	800	AMPLA CONCORRÊNCIA
114	502721	357788	EBF00694	cloridrato de mepivacaína; 30 mg/mL (3%); solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	CARPULE 1,8 mL	50	AMPLA CONCORRÊNCIA
115	247286	268093	EBF01505	cloridrato de metadona; 10 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	2300	AMPLA CONCORRÊNCIA
116	180254	268501	EBF01506	cloridrato de nalbufina; 10 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 1 mL	50	AMPLA CONCORRÊNCIA
117	17574	272329	EBF01508	cloridrato de petidina; 50 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 2 mL	25	AMPLA CONCORRÊNCIA
118	17760	267769	EBF00479	cloridrato de prometazina; 25 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 2 mL	280	AMPLA CONCORRÊNCIA

119	17752	267768	EBF00482	cloridrato de prometazina; 25 mg; comprimido revestido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	400	AMPLA CONCORRÊNCIA
120	506260	292380	EBF01509	cloridrato de tramadol; 100 mg/mL; solução oral. FRASCO Volume: 10 a 15 mL.. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	MILILITRO	700	AMPLA CONCORRÊNCIA
121	291167	292382	EBF01513	cloridrato de tramadol; 50 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 1 mL	10000	AMPLA CONCORRÊNCIA
122	288965	268958	EBF02018	colagenase; 0,6 U/g; pomada. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	BISNAGA 30 g	420	AMPLA CONCORRÊNCIA
123	505966	337468	EBF01459	desloratadina; 0,5 mg/mL; xarope; frasco 60 a 100 mL.. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	MILILITRO	1000	AMPLA CONCORRÊNCIA
124	14540	267187	EBF01897	dexametasona; 1 mg/mL; suspensão oftálmica. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 5 mL	35	AMPLA CONCORRÊNCIA
125	16390	269388	EBF01544	dexametasona; 4 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	3000	AMPLA CONCORRÊNCIA
126	16411	271003	EBF01579	diclofenaco sódico; 25 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 3 mL	50	AMPLA CONCORRÊNCIA
127	289004	273310	EBF00476	dicloridrato de hidroxizina; 25 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	1100	AMPLA CONCORRÊNCIA
128	500944	341174	EBF01858	digliconato de clorexidina; 0,12%; solução para colutório. Antisséptico bucal. Sem álcool ou corante. Não irritante. - Regularizado na Anvisa como Cosmético (RDC nº 907/2024).	FRASCO 1.000 mL	36	AMPLA CONCORRÊNCIA
				digliconato de clorexidina; 0,12%; solução para colutório. Antisséptico			

129	198650	341174	EBF01861	bucal. Sem álcool ou corante. Não irritante. Regularizado na Anvisa como Cosmético (RDC nº 907/2024)	FRASCO 250 mL	600	AMPLA CONCORRÊNCIA
130	14826	268252	EBF01586	dipirona; 500 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 2 mL	70000	AMPLA CONCORRÊNCIA
131	506256	267205	EBF01588	dipirona; 500 mg/mL; solução oral; FRASCO Volume: 10 a 30 mL.. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	MILILITRO	9000	AMPLA CONCORRÊNCIA
132	980283	267203	EBF01590	dipirona; 500 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	21000	AMPLA CONCORRÊNCIA
133	180980	466172	EBF01465	dipropionato de beclometasona; 250 mcg/dose; solução inalatória oral; aerossol. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 200 doses	150	AMPLA CONCORRÊNCIA
134	180572	346586	EBF01466	dipropionato de beclometasona; 50 mcg/dose; solução inalatória oral; aerossol. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 200 doses	120	AMPLA CONCORRÊNCIA
135	153206	267582	EBF01467	dipropionato de beclometasona; 50 mcg/dose; suspensão nasal. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 200 doses	20	AMPLA CONCORRÊNCIA
136	503182	369179	EBF00480	everolimo; 1 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	360	AMPLA CONCORRÊNCIA
137	100994	272944	EBF01903	fluoresceína sódica; 10 mg/mL (1%); solução oftálmica. - Registrado na Anvisa como Produto para saúde.	FRASCO 3 mL	300	AMPLA CONCORRÊNCIA
138	291031	272949	EBF01905	fluoresceína sódica; 200 mg/mL (20%); solução oftálmica injetável. - Registrado na Anvisa como Produto para saúde.	FRASCO-AMPOLA 5 mL	400	AMPLA CONCORRÊNCIA
				fosfato dissódico de dexametasona; 4 mg/mL; solução			

139	980276	292427	EBF01551	injetável; ampola ou frasco-ampola.. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	UNIDADE 2,5 mL	7900	AMPLA CONCORRÊNCIA
140	506265	448595	EBF01554	fosfato sódico de prednisolona; 3 mg/mL; solução oral; FRASCO Volume: 60 a 120 mL.. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	MILILITRO	10000	AMPLA CONCORRÊNCIA
141	506480	435443	EBF01473	fumarato de formoterol + budesonida; 6 mcg/dose + 200 mcg/dose; suspensão inalatória aerossol. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 120 doses	48	AMPLA CONCORRÊNCIA
142	289016	396741	EBF01899	hipromelose (metilcelulose) + dextrana; 3 mg/mL (0,3%) + 1 mg/mL (0,1%); solução oftálmica. Registrado na Anvisa como medicamento.	FRASCO 15 mL	125	AMPLA CONCORRÊNCIA
143	290915	273694	EBF01931	hipromelose (metilcelulose); 20 mg/mL (2%); solução intraocular. - Registrado na Anvisa como Produto para saúde.	SERINGA PREENCHIDA 1,5 mL	700	AMPLA CONCORRÊNCIA
144	278526	294643	EBF01596	ibuprofeno; 50 mg/mL; suspensão oral. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 30 mL	70	AMPLA CONCORRÊNCIA
145	142905	343089	EBF00483	imunoglobulina antitimócitos humanos (coelho); 25 mg; pó para solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO-AMPOLA	230	AMPLA CONCORRÊNCIA
146	980409	443644	EBF00496	imunoglobulina humana; 50 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO-AMPOLA 100 mL	600	AMPLA CONCORRÊNCIA
147	505768	381706	EBF02037	iodo + iodeto de potássio (Iugol); 2% (20 mg/mL) + 4% (40 mg/mL); solução. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 1.000 mL	16	AMPLA CONCORRÊNCIA
				iodopovidona; 50 mg/mL (5%); solução oftálmica; medicamento			

148	186104	461988	EBF03642	especialmente manipulado; frasco de 1 a 10 mL	MILILITRO	100	AMPLA CONCORRÊNCIA
149	506254	267646	EBF00494	maleato de dexclorfeniramina; 0,4 mg/mL; solução oral; frasco 100 a 120 mL.. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	MILILITRO	600	AMPLA CONCORRÊNCIA
150	14583	267645	EBF00500	maleato de dexclorfeniramina; 2 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	5000	AMPLA CONCORRÊNCIA
151	100870	273690	EBF01934	metilcelulose; 20 mg/mL (2%); solução oftálmica	FRASCO 10 mL	20	AMPLA CONCORRÊNCIA
152	16209	270436	EBF00506	metotrexato; 2,5mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	600	AMPLA CONCORRÊNCIA
153	274083	448576	EBF00489	micofenolato de sódio; 180 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	500	AMPLA CONCORRÊNCIA
154	256625	448577	EBF00492	micofenolato de sódio; 360 mg; comprimido revestido de liberação retardada. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	1200	AMPLA CONCORRÊNCIA
155	17310	273705	EBF01607	naproxeno sódico; 550 mg; comprimido revestido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	900	AMPLA CONCORRÊNCIA
156	291003	273902	EBF02059	óleo amêndoas; 100%; óleo tópico. - Registrado na Anvisa como Medicamento de Notificação Simplificada (RDC nº 576/2021).	FRASCO 100 mL	600	AMPLA CONCORRÊNCIA
157	289076	270907	EBF01523	paracetamol + fosfato de codeína; 500 mg + 30 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	2000	AMPLA CONCORRÊNCIA
158	506266	267777	EBF01614	paracetamol; 200 mg/mL; solução oral; FRASCO; Volume: 10 a 15 mL. Registrado na Anvisa como Medicamento de	MILILITRO	1200	AMPLA CONCORRÊNCIA

				Notificação Simplificada (RDC nº 576/2021).			
159	13560	267778	EBF01615	paracetamol; 500 mg; comprimido; Registrado na Anvisa como Medicamento de Notificação Simplificada (RDC nº 576/2021).	COMPRIMIDO	8000	AMPLA CONCORRÊNCIA
160	291004	313592	EBF02092	policresuleno; 360 mg/mL; solução tópica. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 12 mL	12	AMPLA CONCORRÊNCIA
161	17680	267743	EBF01558	prednisona; 20 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	7000	AMPLA CONCORRÊNCIA
162	17671	267741	EBF01559	prednisona; 5 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	1000	AMPLA CONCORRÊNCIA
163	503184	285817	EBF00498	sirolimo; 1 mg; drágea. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	DRÁGEA	500	AMPLA CONCORRÊNCIA
164	503183	285818	EBF00501	sirolimo; 2 mg; drágea. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	DRÁGEA	500	AMPLA CONCORRÊNCIA
165	149195	394675	EBF01961	solução salina balanceada: cloreto de sódio + cloreto de potássio + cloreto de cálcio + cloreto de magnésio + acetato de sódio tri-hidratado + citrato de sódio; 6,371 mg/mL + 0,746 mg/mL + 0,515 mg/mL + 0,305 mg/mL + 3,950 mg/mL + 1,670 mg/mL; solução intraocular. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 500 mL	400	AMPLA CONCORRÊNCIA
166	106496	271600	EBF01560	succinato de metilprednisolona; 125 mg; pó para suspensão injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO-AMPOLA	1000	AMPLA CONCORRÊNCIA
167	16420	271599	EBF01562	succinato de metilprednisolona; 500 mg; pó para suspensão injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO-AMPOLA	1500	AMPLA CONCORRÊNCIA

168	15474	342135	EBF01563	succinato sódico de hidrocortisona; 100 mg; pó para solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO-AMPOLA	3600	AMPLA CONCORRÊNCIA
169	15482	342134	EBF01564	succinato sódico de hidrocortisona; 500 mg; pó para solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO-AMPOLA	300	AMPLA CONCORRÊNCIA
170	262463	304872	EBF01526	sulfato de morfina; 0,2 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 1 mL	800	AMPLA CONCORRÊNCIA
171	189910	304870	EBF01527	sulfato de morfina; 1 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 2 mL	12200	AMPLA CONCORRÊNCIA
172	506219	304871	EBF01528	sulfato de morfina; 10 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 1 mL	1300	AMPLA CONCORRÊNCIA
173	270362	271394	EBF01529	sulfato de morfina; 10 mg/mL; solução oral. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 60 mL	24	AMPLA CONCORRÊNCIA
174	19259	271392	EBF01530	sulfato de morfina; 10 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	3200	AMPLA CONCORRÊNCIA
175	135950	294887	EBF01485	sulfato de salbutamol; 100 mcg/dose; suspensão inalatória aerossol. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 200 doses	1100	AMPLA CONCORRÊNCIA
176	506278	268303	EBF01488	sulfato de salbutamol; 5 mg/mL; solução para nebulização. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 10 mL	120	AMPLA CONCORRÊNCIA
177	501990	268098	EBF00504	tacrolimo; 1 mg; cápsula. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	CÁPSULA	3100	AMPLA CONCORRÊNCIA
178	262447	336708	EBF02893	tacrolimo; 5 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como	AMPOLA 1 mL	50	AMPLA CONCORRÊNCIA

				Medicamento.			
179	501992	268097	EBF00507	tacrolimo; 5 mg; cápsula. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	CÁPSULA	400	AMPLA CONCORRÊNCIA
180	263605	434445	EBF01565	triancinolona hexacetona; 20 mg/mL; suspensão injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO-AMPOLA 5 mL	40	AMPLA CONCORRÊNCIA
181	18198	274561	EBF01957	tropicamida; 10 mg/mL (1%); solução oftálmica. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 5 mL	300	AMPLA CONCORRÊNCIA
182	289005	298548	EBF02119	vitamina A (palmitato de retinol) + vitamina D (colecalfiferol) + óxido de zinco; 5.000 UI/g + 900 UI/g + 150 mg/g; pomada dermatológica. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	BISNAGA 45 g	1000	AMPLA CONCORRÊNCIA

1.3. Os medicamentos apresentados em tal Anexo caracterizam-se como materiais de consumo. Adicionalmente, se enquadram como de natureza comum, tendo em vista que possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado, conforme do Anexo I, inciso X, do RCC 3.0.

1.4. A aquisição dos medicamentos é classificada como contratação de natureza continuada, nos termos do art. 191, inciso I, do RCC 3.0, tendo em vista tratar-se de fornecimento essencial e permanente ao funcionamento do hospital. O consumo ocorre de forma recorrente, exigindo reposição sistemática para assegurar a continuidade dos serviços assistenciais e evitar desabastecimento.

1.5. O prazo de vigência da ARP será de 12 (doze) meses, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e poderá ser prorrogado por igual período, de acordo com a conveniência da Ebserh, a anuência do fornecedor e desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

1.5.1. A prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços poderá renovar os quantitativos a serem adquiridos, desde que haja acordo específico entre as partes.

1.5.1.1. Inexistindo acordo entre as partes quanto à renovação dos quantitativos, a prorrogação apenas servirá à execução do saldo remanescente.

1.6. A aquisição dos medicamentos com preços registrados na ARP poderá ser realizada, de acordo com a conveniência da Ebserh, mediante a formalização de:

- I - notas de empenho, em favor do fornecedor, para cada item e preço registrado em ARP;
- II - termos de contrato, que terão vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogados, nos termos do art. 71, caput, da Lei nº 13.303/2016 e do art. 188 do RCC 3.0.

1.7. Não será realizada contratação única e imediata que esgote, de forma integral, os quantitativos registrados na ARP.

1.8. O termo de contrato resultante da ARP se limitará ao saldo de quantitativo existente no momento da contratação e possuirá valor estimativo, com a conseqüente solicitação de parte ou de todo o quantitativo estimado dos bens contratados, desde que não se descaracterize a necessidade permanente definidora da contratação de natureza continuada.

1.9. Caso haja divergência entre os descritivos dos itens neste Termo de Referência e Anexos e no Portal de Compras do Governo Federal, prevalecerá o descritivo constante no Termo de Referência e Anexos.

1.10. Informações complementares a este Termo de Referência constarão no Edital, na ARP e no Contrato.

## 2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) foi criada por meio da Lei nº 12.550/2011 como

uma empresa pública vinculada ao Ministério da Educação (MEC), com a finalidade de prestar serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, assim como prestar às instituições públicas federais de ensino ou instituições congêneres serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública.

2.2. O HU/UFJF, pertence à Rede Ebserh, onde atua para prestar assistência médica de média e alta complexidade aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) do Município de Juiz de Fora e localidades, observando a contratualização de serviços junto aos gestores de saúde.

2.3. Destaca-se que essa contratação abrange medicamentos, que são definidos como produtos farmacêuticos, tecnicamente obtidos ou elaborados, com finalidade profilática, curativa, paliativa ou diagnóstica. Na Rede Ebserh, os medicamentos são amplamente empregados, tanto para fins profiláticos, quanto para suporte ao diagnóstico e ao cuidado assistencial. Em seu catálogo institucional de padronização, a Ebserh, categoriza os medicamentos em grupos e subgrupos.

2.4. Sob a perspectiva das aquisições e da gestão de suprimentos, os medicamentos são organizados pela Ebserh em grupos específicos, tais como:

- I - antissépticos e saneantes;
- II - agentes para diagnóstico e tratamento;
- III - medicamentos antimicrobianos e antiparasitários;
- IV - medicamentos de controle especial, anestésicos e relaxantes musculares;
- V - medicamentos gerais injetáveis;
- VI - medicamentos gerais sólidos, semissólidos e líquidos;
- VII - medicamentos oftalmológicos;
- VIII - medicamentos antineoplásicos e imunomoduladores e afins;
- IX - medicamentos manipulados;
- X - radiofármacos;
- XI - soluções de grandes e pequenos volumes.

2.5. Tendo em vista que o medicamento é um recurso estratégico que apoia as ações de saúde, e cuja falta pode levar a interrupções no tratamento, comprometendo a qualidade de vida dos usuários e a confiança nos serviços farmacêuticos e no sistema de saúde como um todo, torna-se essencial garantir seu acesso contínuo e seguro.

2.6. A Lei nº 8.080/1990, em seu artigo 6º-A, inciso I, alínea d, estabelece como uma das atribuições do SUS a formulação da política de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos e outros insumos de interesse para a saúde. Sendo a aquisição de medicamentos uma das medidas da Política Nacional de Assistência Farmacêutica, que abrange práticas focadas na promoção, proteção e recuperação da saúde, considerando o medicamento como um insumo essencial.

2.7. A gestão da Assistência Farmacêutica é um grande desafio e, considerando a necessidade de eficiência na utilização dos recursos públicos disponíveis, é imprescindível a correta aquisição desses produtos.

2.8. Portanto, é relevante ressaltar que a aquisição de medicamentos é fundamental para gerar um fornecimento seguro desses produtos aos pacientes no âmbito hospitalar, ambulatorial e pós alta, em conformidade com diretrizes terapêuticas. Assim, procura-se assegurar a continuidade da assistência farmacêutica aos internos e atendidos da instituição, cumprindo as demandas prescritas pelos serviços médicos de acordo com os protocolos clínicos. Com o objetivo de garantir o abastecimento do estoque hospitalar, e a prestação de serviços de saúde com qualidade, segurança e regularidade, conforme estabelecido no SUS e na legislação vigente.

2.9. Nesse contexto, a compra recorrente de medicamentos é essencial para reabastecer os estoques dos hospitais que integram a Rede Ebserh. Isso visa garantir o funcionamento adequado das operações das atividades organizacionais e cumprir a missão de promover de maneira integrada o ensino, a pesquisa, a extensão e a assistência aos usuários do SUS.

2.10. Destaca-se ainda que o objeto desta contratação possui característica de demanda recorrente, com previsão de entregas parceladas e conforme conveniência da Ebserh, observando as coberturas e giros de estoque, bem como estratégias de compras. Nesse sentido, observando o art. 93 do RCC 3.0, essa contratação visa o registro de preços, de acordo com a estimativa média de consumo destes insumos para um período inicial de 12 (doze) meses.

2.11. A demanda apresentada contempla uma definição prévia de produtos para compra durante o exercício, estando os mesmos inseridos no Plano Anual de Compras (PAC), respeitados os prazos de início do planejamento da contratação apontados pelo RCC 3.0, bem como no Plano de Aplicação de Recursos/Acordo Organizativo de Compromissos (AOC), conforme o Processo 23765.017660/2024-69.

2.12. No contexto do planejamento estratégico da Ebserh que resultou no Mapa Estratégico 2024-2028, vislumbra-se o alinhamento da contratação proposta com as necessidades e expectativas da instituição, de acordo com as finalidades da empresa e com as temáticas que tratam das políticas de governança e sustentabilidade. Veja-se:

- I - **Propósito:** Saúde, ensino, pesquisa e inovação a serviço da vida e do SUS.

II - **Visão Estratégica:** Consolidar-se como uma rede de hospitais universitários de excelência para o SUS.

III - **Valores:** Ética, integridade e transparência; Compromisso com universalidade, integralidade e fortalecimento do SUS; Promoção da equidade, respeito à diversidade e aos direitos humanos; Ensino, pesquisa e inovação comprometidos com as necessidades do país; Valorização do papel social do trabalho em saúde e dos trabalhadores.

#### IV - **Pilares/Objetivos estratégicos**

a) **Sociedade:**

OE02 - Qualificar o cuidado hospitalar;  
OE04 - Participar da implementação da Política Nacional de Atenção Especializada e do esforço de redução de filas;  
OE05 - Aprimorar as condições de ensino e os cenários de prática.

b) **Responsabilidade ambiental, social e governança:**

OE12 - Promover sustentabilidade ambiental e responsabilidade social em Rede.

c) **Desenvolvimento institucional:**

OE16 - Fortalecer o reconhecimento da imagem pública da EBSERH.

d) **Sustentabilidade financeira:**

OE21 - Aprimorar os processos de compras e contratações.

2.13. Adicionalmente, a contratação está vinculada ao Plano Diretor Estratégico 2024-2028 do HU-UFJF, conforme o Processo SEI nº 23765.006522/2024-54, e à política pública de assistência à saúde no âmbito do SUS, conforme o Instrumento Formal de Contratualização nº 08.2024.179, firmado com Município de Juiz de Fora, por intermédio da Secretaria de Saúde, para integrar a Rede de Atenção à Saúde.

2.14. Registra-se que esta aquisição constitui atividade de suporte ao atingimento de resultados nas políticas públicas e à finalidade institucional da Ebserh e está alinhada à Política de Compras Centralizadas da empresa.

### 3. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

#### 3.1. **Modelo de Contratação**

3.1.1. As contratações da Ebserh podem ser realizadas por meio dos seguintes arranjos organizativos:

- I - compra centralizada;
- II - compra regionalizada;
- III - compra individualizada.

3.1.2. Destaca-se que esta contratação se enquadra no modelo de compra individualizada.

3.1.3. Esta contratação utilizou como referência o Catálogo Eletrônico de Padronização da Rede Ebserh, conforme o Anexo I deste termo de referência, de forma a garantir a eficiência e as boas práticas de gestão.

3.1.4. Registra-se que o Catálogo Eletrônico de Padronização está disponibilizado por meio eletrônico no sítio da Ebserh e tem a composição mínima dos seguintes elementos:

- I - código do bem ou serviço adotado pela Ebserh;
- II - descrição detalhada;
- III - grupo e subgrupo, no que couber.

3.1.5. A solução identificada para atendimento do objeto foi a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), com base nos arts. 92 e seguintes do RCC 3.0, sendo que a contratação se enquadra na seguinte hipótese do art. 93 do RCC 3.0:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes.

3.1.6. A adoção do SRP para essa aquisição tem justificativa pela natureza permanente e recorrente, ainda que variável, da demanda do objeto. Os medicamentos são itens essenciais para garantir a continuidade do atendimento aos pacientes e a manutenção do estoque regulador da Ebserh, cuja reposição depende de fatores muitas vezes imprevisíveis, como aumento de consumo, sazonalidades e variações epidemiológicas.

3.1.7. Observando ainda os princípios da eficiência, economicidade e continuidade dos serviços públicos de saúde, o SRP se torna mais vantajoso pelas seguintes razões:

I - racionalização dos procedimentos licitatórios, reduzindo o número de processos e custos administrativos;

II - mitigação de riscos de contratações emergenciais, decorrentes de oscilações de demanda ou

atrasos no fornecimento;

III - promoção de preços uniformes e previamente registrados por ao menos 12 (doze) meses, garantindo previsibilidade e controle do gasto público.

IV - manutenção da flexibilidade orçamentária, uma vez que a contratação efetiva ocorre apenas quando houver necessidade e disponibilidade financeira.

3.1.8. O procedimento para a aquisição será conduzido através de Pregão Eletrônico, por meio de SRP, por item, critério de julgamento menor preço unitário, nos termos do RCC 3.0, objetivando a assinatura de ARP, que permitirá as contratações pelas unidades participantes.

3.1.9. Considerando que não se trata da primeira licitação para aquisição do objeto, e que é possível mensurar a demanda, o registro de preços indicará o total do quantitativo a ser adquirido.

### 3.2. Os dados relacionados ao órgão gerenciador são:

Macrorregião	UG	Descrição	UF	Sigla UF	Endereço de Entrega
SUDESTE	155903	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	UFJF	HU-UFJF	<b>Unidade de Almoxarifado e Controle de Estoques (UACE-SC)</b> , em remessa parcelada, no endereço: Rua Catulo Brevigliere, s/n, Santa Catarina - Juiz de Fora - Minas Gerais, no horário das 08:00 às 16:00 horas, nos dias úteis, salvo solicitação autorizada pela Equipe de Fiscalização da Ata de Registro de Preços (EFARP).

### 3.3. Estudo Técnico Preliminar e Análise de Riscos

3.3.1. O RCC 3.0, especificamente em seu art. 20, diz que o planejamento de cada contratação consistirá na instrução de processo administrativo contendo documentação capaz de materializar as seguintes etapas:

I - estudo técnico preliminar;

II - pesquisa de preços;

III - termo de referência; e

IV - gerenciamento de riscos.

3.3.2. Sendo assim, como regra, é obrigatória na instrução processual que as Equipes de Planejamento da Contratação (EPC) realizem estudo técnico preliminar (ETP), bem como gerenciamento de riscos em todas as contratações realizadas pelos hospitais da Rede Ebserh. Contudo, em seu art. 20, § 1º, o RCC 3.0 expressa que pode ser dispensada a elaboração do ETP e do gerenciamento de riscos da fase de Planejamento da Contratação e de Seleção de Fornecedor, quando se tratar de contratações recorrentes de alguns bens de consumo, como medicamentos, produtos para saúde e materiais administrativos.

3.3.3. O objeto desta contratação é material farmacológico, que possui característica de demanda recorrente, sendo que o hospital necessita permanentemente de medicamentos para manter o pleno funcionamento das atividades organizacionais e cumprir com o seu objeto social. Nesse sentido, observando o que diz o art. 20, § 1º, I, "a", do RCC 3.0, fica dispensada a apresentação de ETP e de gerenciamento de riscos da fase de Planejamento da Contratação e de Seleção de Fornecedor.

### 3.4. Ciclo de Vida do Objeto

3.4.1. O ciclo de vida do objeto se inicia com a seleção dos medicamentos, baseada no Catálogo Eletrônico de Padronização da Rede Ebserh, ferramenta utilizada para subsidiar a escolha dos produtos para fins de atendimento aos protocolos clínicos da Ebserh. Essa etapa assegura que os medicamentos adquiridos sejam eficazes, seguros e de comprovada relevância terapêutica.

3.4.2. Em seguida, ocorre a programação e a aquisição, nas quais são definidas as quantidades e periodicidades de fornecimento com base em dados históricos de consumo, indicadores de estoque e previsão de demanda futura.

3.4.3. A etapa posterior envolve a gestão de almoxarifados, contemplando os processos recebimento, armazenamento, movimentação interna, distribuição e dispensação dos medicamentos, garantindo condições adequadas de conservação e rastreabilidade, conforme a legislação vigente. A logística deverá assegurar o atendimento contínuo da Ebserh, bem como o controle de lotes e validade dos produtos, mitigando o risco de perdas.

3.4.4. Durante a utilização e controle de consumo dos produtos são realizados o monitoramento das movimentações, promovendo o uso racional e eficiente dos medicamentos. São observados aspectos de farmacovigilância e indicadores de desempenho, permitindo ajustes futuros nas fases de seleção e programação.

3.4.5. O ciclo se encerra com o descarte dos medicamentos vencidos ou inutilizados, em conformidade com a legislação vigente, assegurando a destinação final ambientalmente correta e o cumprimento das normas sanitárias.

3.4.6. Dessa forma, a solução proposta pela Ebserh engloba um processo planejado, padronizado e sustentável, garantindo a disponibilidade regular de medicamentos essenciais, a segurança dos usuários e a eficiência na gestão dos recursos públicos, em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e

### 3.5. **Publicação de Intenções de Registros de Preços**

3.5.1. Nos termos do art. 97 do RCC 3.0, registra-se a necessidade de procedimento público de Intenção de Registro de Preços (IRP) para disponibilidade de participação de outros órgãos ou outras entidades da Administração Pública nas ARPs derivadas desta contratação.

3.5.2. A IRP para esta contratação observará os seguintes parâmetros:

I - serão aceitas as demandas apresentadas pelos hospitais da Rede Ebserh, priorizando-se as unidades localizadas na mesma macrorregião do órgão gerenciador.

II - serão aceitas demandas de outros órgãos, priorizando-se as unidades localizadas na mesma macrorregião do órgão gerenciador, limitados a XX participantes, de acordo com a capacidade operacional de gestão do órgão gerenciador;

III - serão recusados os quantitativos considerados ínfimos, que poderão acarretar em inexecução contratual;

IV - serão recusadas propostas de inclusão de novos itens, bem como alterações das especificações dos itens já definidos pela EPC.

### 3.6. **Consulta a Intenções de Registros de Preços Abertas**

3.6.1. O RCC 3.0, em seu art. 97, § 2º, prevê que, nos processos de aquisição de bens e serviços pela Administração Central e pelos Hospitais Universitários, a EPC deverá se manifestar sobre a conveniência de participação nas IRPs abertas no Sistema de Compras do Governo Federal.

3.6.2. A Ebserh possui uma vasta complexidade em suas operações de aquisições e logística, dada a sua composição como rede de hospitais federais e o grande fluxo de aquisições e consumo de medicamentos e materiais hospitalares, em que há situações em que a sua participação exclusiva no registro de preços melhor atende ao interesse público.

3.6.3. Nesse contexto, as áreas de Gestão de Suprimentos, tanto da Sede quanto dos HUFs, apontam que a organização dos objetos dos registros de preços passa por diversas variáveis, inclusive não assistenciais, como:

I - padronizações;

II - ganhos de escala;

III - economicidade;

IV - tipos de empresas que comercializam;

V - complexidade de avaliação técnica;

VI - solução de compra;

VII - modelos de aquisição;

VIII - comportamentos diversos de movimentação de estoque, demanda, armazenamento, distribuição e dispensação.

3.6.4. Portanto, é justificada a não realização de consultas a IRPs em andamento, nas situações em que a participação exclusiva da Ebserh no registro de preços melhor atender ao interesse público, em razão, por exemplo, das seguintes circunstâncias:

I - melhor monitoramento de prazos de vigências dos processos;

II - melhor controle de saldos de atas de registros de preços e/ou contratos;

III - redução do número de processos e otimização nos demais aspectos relacionados à gestão atas de registros de preços e/ou contratos;

IV - Maior congruência dos objetos, o que amplia os percentuais de sucesso nas contratações;

V - redução do número de processos e de demanda às áreas de compras e licitações e, por consequência, redução do custo administrativo relacionado à gestão contratual, em razão da reunião de diversos itens em única licitação.

3.6.5. Ao assim proceder, a Rede Ebserh racionalizará procedimentos e processos administrativos, com a eliminação de formalidades desnecessárias ou desproporcionais para as finalidades almejadas, gerando ganhos sociais oriundos da adoção de medidas de desburocratização e, por consequência, prestigiando, dentre outros, os princípios da eficiência e da economicidade.

3.6.6. Diante do exposto, conclui-se que, para atendimento da demanda da Ebserh, buscando a racionalização de procedimentos, processos administrativos e o melhor uso do poder de compra da Rede Ebserh, para contratação em questão, não será realizada consulta a IRPs em andamento, optando por instrução de processo próprio.

### 3.7. **Adesão à Ata de Registro de Preços**

3.7.1. Será permitida a Adesão às ARPs oriundas desta contratação, durante sua validade, para os seguintes órgãos que não tenham participado na origem do processo licitatório:

I - Hospitais vinculados à Rede Ebserh;

II - Hospitais Universitários que operam Unidades Gestoras vinculadas às Instituições Federais de Ensino Superior durante o período de transição de gestão para a Ebserh;

III - Qualquer órgão ou entidade responsável pela execução das atividades contempladas no art. 1º da Lei nº 13.303/2016.

3.7.2. Justifica-se a permissão de adesão às ARPs para auxiliar aos não participantes a adquirirem insumos já licitados, garantindo o melhor preço proposto, nos casos de urgência e emergência, em que há necessidade de aquisição de forma mais rápida e ágil dos insumos, mesmo não tendo participado na origem do certame. Ainda mais, a realização de adesão possibilita a redução de processos burocráticos e tende a restringir a realização de contratações diretas.

3.7.3. A possibilidade de adesão visa mitigar riscos de desabastecimento ocasionados por licitações fracassadas, rescisões contratuais, sancionamento de fornecedores, entre outros.

3.7.4. No caso de Hospitais Universitários que operam Unidades Gestoras vinculadas às Instituições Federais de Ensino Superior, durante o período de transição de gestão para a Ebserh, o processo de adesão pode ser uma solução estratégica, considerando as dificuldades relacionadas ao planejamento de aquisições, principalmente pela ausência de histórico de consumo. Além de aproveitar a experiência e estrutura de outras unidades da Ebserh, diante da inexistência em sua fase inicial de processos licitatórios próprios e da urgência em manter a regularidade do atendimento à população, a adesão permite aproveitar condições previamente negociadas, com preços competitivos e fornecedores habilitados, reduzindo o tempo e os custos administrativos envolvidos.

#### 4. ESTIMATIVA DE DEMANDA

##### 4.1. Cálculo da Demanda

4.1.1. A respeito das quantidades, essa contratação previu, observando o art. 120 do RCC 3.0, o consumo e utilização prováveis, cuja estimativa foi obtida, mediante técnicas quantitativas, observando o consumo histórico e posição de estoque de cada produto, admitido o fornecimento contínuo.

4.1.2. Nesse sentido, foi estabelecida a seguinte função como procedimento metodológico para subsidiar as métricas quantitativas da demanda:

Demanda estimada em função da média de consumo:

$$Q=(C*t*1,25)+i$$

*Q = demanda estimada para contratação*

*C = consumo médio mensal*

*t = tempo em meses, de 1 a 12.*

*fator de imprevisibilidade = 1,25*

*i = incremento por métricas qualitativas*

4.1.3. A variável "*i = incremento por métricas qualitativas*" é estimada observando diferentes métricas qualitativas, como tipo de produto, perfil de demanda, ampliação ou criação de serviços, implementação de novos protocolos assistenciais, risco de perdas de inventário, gestão de fluxo de caixa, caracterização de bens substitutos, dentre outros.

4.1.4. Além da fórmula indicada acima, o HU-UFJF tem por opção de utilizar o POP.010 - Procedimento Operacional Padrão para estimar as quantidades necessárias para contratação de medicamentos e bens de consumo em geral, podendo ser adotadas as metodologias abaixo:

Consumo estimado pela média ponderada:

$$Q=(\mu|*t*1,25)+\rho$$

*\mu = média mensal ponderada*

*t = tempo em meses, de 1 a 24.*

*1,25 fator de imprevisibilidade*

*\rho = incremento definido por ampliação ou criação de serviços, se houver*

Consumo estimado pelo histórico dos últimos 12 meses:

$$Q=(c12|*t*1,25)+\rho$$

*c12 = Consumo dos últimos 12 meses*

*t = tempo em anos, de 01 a 2.*

*1,25 fator de imprevisibilidade*

*\rho = incremento definido por ampliação ou criação de serviços, se houver*

Consumo estimado pela área demandante:

$$Q=\gamma$$

*\gamma = Valor definido pela área demandante, considerando a estimativa de metas de procedimentos, cirúrgicos, hospitalares e ambulatoriais do período determinado.*

Consumo informado no processo de padronização:

$$Q=\gamma$$

*\gamma = Valor definido no processo de padronização ou de solicitação de não padronizado*

4.1.5. O fator 1,25 é adotado como uma margem, para contemplar oscilações e imprevistos, observando as seguintes variáveis:

4.1.5.1. Imprevisibilidade da demanda: A mudança de fluxos, atualização de protocolos clínicos, sazonalidades ou variações epidemiológicas que podem provocar aumentos inesperados no consumo dos produtos, tornando necessário prever uma margem para evitar desabastecimentos.

4.1.5.2. Flexibilidade para ajustes: Essa margem viabiliza uma aquisição mais ampla pela Ebserh, caso necessário, permitindo ajustes de quantitativos ao longo da vigência do contrato, conforme a necessidade real vai se configurando.

4.1.5.3. Segurança operacional: A margem protege o trabalho operacional da Ebserh contra riscos vinculados à insuficiência de estoques, evitando falhas não fornecidas e a consequente paralisação de serviços essenciais.

4.1.5.4. Boa prática em Gestão de Compras e Suprimentos: essa margem é tecnicamente aceitável e considerada razoável na literatura. Adicionalmente, é aceita como parâmetro de órgãos de controle;

4.1.5.5. Registro de Preços: Como se trata de registro de preços, sem obrigatoriedade de compra, o risco de superabastecimento é mitigado.

## 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 5.1. Critérios de Sustentabilidade

5.1.1. Observando o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União - AGU, serão adotados os seguintes critérios de sustentabilidade:

#### I - Embalagens e materiais

- a) Dar preferência a medicamentos acondicionados em embalagens recicláveis, biodegradáveis ou de fácil separação de componentes.
- b) Utilizar embalagens com volume mínimo necessário, reduzindo o uso de insumos e o impacto no descarte.
- c) Evitar o uso de materiais nocivos ao meio ambiente (como PVC, chumbo, cádmio e outros metais pesados acima dos limites previstos em diretivas ambientais internacionais).

#### II - Produção e origem dos medicamentos

- a) Priorizar produtos de fabricantes regularizados junto à Anvisa, com boas práticas de fabricação certificadas, que adotem medidas de eficiência energética, reaproveitamento de resíduos e reduzam a emissão de poluentes em seus processos industriais.
- b) Estimular a aquisição de medicamentos produzidos com matérias-primas de origem legal e sustentável, observando o cumprimento das legislações ambientais e trabalhistas.

#### III - Logística e transporte

- a) Sempre que possível, utilizar logística reversa ou sistemas de recolhimento de medicamentos vencidos ou inservíveis, conforme preveem as Resoluções Conama nº 358/2005 e RDC/Anvisa nº 222/2018
- b) O transporte e armazenamento dos medicamentos deverão seguir as condições adequadas de temperatura, umidade e segurança, evitando perdas, contaminação ou exposição desnecessária.

#### IV - Gestão e destinação final

- a) As unidades de saúde deverão destinar medicamentos vencidos ou fora de uso a empresas licenciadas para tratamento e incineração de resíduos farmacêuticos, garantindo destinação ambientalmente adequada.
- b) A contratada deverá apresentar, sempre que solicitado, comprovante de destinação dos resíduos químicos oriundos da fabricação, transporte ou recolhimento de medicamentos

#### V - Aspectos sociais e institucionais

- a) Incentivar o cumprimento de normas trabalhistas e de segurança, conforme a NR 32 do Ministério do Trabalho, que trata da segurança em serviços de saúde.
- b) Evitar práticas discriminatórias e promover condições éticas e seguras em toda a cadeia de fornecimento.

### 5.2. Apresentação da Proposta

5.2.1. Durante o pregão eletrônico, ao ser convocado, o licitante deverá enviar sua proposta, conforme modelo em anexo, contendo as seguintes informações:

- I - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da empresa que efetivamente vai fornecer o objeto da contratação e as respectivas Faturas/Notas Fiscais;

- II - Nome completo e identificação do responsável pela proposta;
- III - Endereços físico e eletrônico e telefone de contato;
- IV - Data de emissão e prazo de validade da proposta, que deverá ser de no mínimo 90 dias;
- V - Dados bancários da empresa como conta corrente, agência, banco, cidade, e os dados do representante legal da empresa, caso o mesmo ainda não tenha sido oportunamente informado a título de atualização/informação, junto ao Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF;
- VI - Descrição detalhada de cada produto, constando todas as especificações técnicas, o fármaco conforme Denominação Comum Brasileira, a apresentação e a forma farmacêutica;
- VII - Quantidade ofertada, com os respectivos valores unitários e total;
- VIII - Fator embalagem dos produtos apresentados, especificando a quantidade, por embalagem;
- IX - Fator embalagem dos produtos apresentados, especificando a quantidade, por embalagem, se a embalagem primária do medicamento é fracionável;
- X - Marca, fabricante e rótulo, quando aplicável;
- XI - Certificado de Registro válido do produto ofertado, emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, ou publicação do registro no Diário Oficial da União; conforme Habilitação - Qualificação Técnica;
- XII - Catálogo Técnico dos produtos, contendo imagens referenciais, descritivo detalhado e especificações técnicas.

5.2.2. Destaca-se que os preços ofertados deverão contemplar todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, incidentes, taxas de administração, materiais, serviços, encargos fiscais e trabalhistas, embalagem, seguro, lucro, transporte (carga e descarga), mão de obra e demais custos e despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto, bem como o do envio das documentações referentes à habilitação e apresentação de propostas.

5.2.3. Fica facultada à Ebserh solicitar por diligências, informações adicionais para complemento da proposta, inclusive informações técnicas, como laudos técnicos, normas técnicas, certificados de boas práticas, informações sobre o emprego correto e seguro do produto, suas características e composição, condições de armazenamento, riscos, advertências e precauções, ações imediatas frente à exposição acidental, dentre outros, quando aplicáveis.

5.2.4. Não serão aceitas propostas de fornecimento de medicamentos provenientes de empresas que não possuam Autorização de Funcionamento (AFE) específica para atividades de distribuição.

5.2.5. Não serão admitidas nem aceitas, ofertas de medicamentos com especificações diversas da originalmente solicitadas no Edital.

### 5.3. **Requisitos técnicos do produto**

5.3.1. Os produtos ofertados deverão possuir Certificado de Registro válido, emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, ou publicação do registro no Diário Oficial da União, com o número da regularização, obtida mediante consulta ao Portal, nos últimos 60 dias corridos da apresentação da documentação.

5.3.2. Estando o registro do produto vencido, a licitante deverá apresentar cópia autenticada e legível do protocolo da solicitação de sua revalidação, acompanhada de cópia do registro vencido, desde que a revalidação do registro tenha sido requerida com antecedência máxima de doze meses e mínima de seis meses da data do vencimento do registro, conforme § 2º do artigo 8º do Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013.

5.3.3. A não apresentação do registro ou do protocolo do pedido de revalidação implicará na desclassificação do item cotado.

5.3.4. Para os medicamentos de baixo risco sujeitos à notificação e regularizados em conformidade com a RDC nº 576 de 2021, a dispensa do registro deverá ser devidamente comprovada mediante apresentação da Declaração de Notificação Simplificada, contendo o código de validação para verificar autenticidade da declaração, ou mediante apresentação de comprovante em arquivo PDF da tela obtida mediante consulta ao portal da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA nos últimos 60 dias corridos da apresentação da documentação, confirmando que o tipo de regularização do item é de medicamento notificado.

5.3.5. Os Registros, Declarações de Notificação Simplificada e Certificados de Dispensa de Registro deverão ser identificados com o número do item a que se referem, em ordem crescente, a fim de facilitar a análise.

5.3.6. Ficará a cargo da empresa interessada provar que o produto objeto da contratação não está sujeito ao regime da Vigilância Sanitária e provar a comprovação da dispensa do registro do produto na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, conforme o caso.

5.3.7. Com o objetivo de viabilizar a unitarização dos medicamentos sem rompimento da embalagem primária, os itens acondicionados em Blister devem possuir distanciamento mínimo entre as unidades de 2mm de solda, que se refere àquela parte recortável da cartela/blister.

5.4.1. A pré-qualificação é um procedimento auxiliar das contratações da Ebserh e não substitui o procedimento licitatório.

5.4.2. O procedimento de pré-qualificação fica permanentemente aberto para a inscrição de interessados.

5.4.3. Informações sobre o processo de pré-qualificação permanente podem ser acessadas no endereço eletrônico ebserh.gov.br.

5.4.4. Fornecedores e bens pré-qualificados no âmbito da Ebserh poderão ser dispensados de apresentação de documentos neste processo licitatório.

5.4.5. Os bens e os serviços pré-qualificados irão compor o Banco de Produtos Qualificados da Ebserh.

5.4.6. A pré-qualificação terá validade de até 12 (doze) meses, limitada à validade dos documentos apresentados pelo interessado, podendo ser renovada mediante solicitação do fornecedor ou da Ebserh, com a comprovação e atualização de documentos.

5.4.7. Esse processo licitatório não será exclusivo para licitantes ou bens pré-qualificados.

## 5.5. **Marcas**

5.5.1. Não há indicação de marcas para o objeto desta licitação.

## 5.6. **Amostras**

5.6.1. Não há previsão de solicitação de amostras para o objeto desta licitação.

## 5.7. **Garantia de execução**

5.7.1. Não haverá exigência da garantia da contratação, nos termos do art. 185, do RCC 3.0, pelas razões abaixo justificadas:

5.7.1.1. Pronta entrega e pagamento: por se tratar de aquisição de medicamentos de pronta entrega e pagamento, o risco de inadimplemento é mínimo. A dinâmica dessa contratação - caracterizada pela imediatidade da entrega e pelo pagamento realizado após a efetiva satisfação da obrigação- oferece à Ebserh mecanismos naturais de proteção, tornando desnecessária a exigência de garantia adicional.

5.7.1.2. Ausência de complexidade: a presente aquisição não apresenta características de elevada complexidade técnica que justifique a exigência de garantia contratual. Tratando-se de simples fornecimento de medicamentos, cujas obrigações são passíveis de cumprimento ordinário sem maior risco de inadimplemento, não há necessidade de proteção patrimonial adicional à Ebserh.

5.7.1.3. Princípio da economicidade: a exigência de garantia de execução impõe custos adicionais aos licitantes, que necessariamente repercutem nas propostas financeiras apresentadas. Esses custos - relativos a comissões, prêmios de seguro e taxas administrativas - seriam inevitavelmente repassados à Ebserh, elevando o preço final da aquisição. Considerando que o certame busca a melhor relação custo-benefício, prescindir dessa exigência alinha-se ao dever de economicidade que norteia as contratações públicas.

5.7.1.4. Ampliação da competitividade: a supressão da garantia de execução reduz as barreiras de entrada para participação no certame, especialmente para pequenos fornecedores que enfrentam dificuldades na obtenção e custeio dessa garantia. Essa medida contribui para expansão do universo de interessados, favorecendo a competitividade e a isonomia entre os licitantes.

## 5.8. **Garantia do produto**

5.8.1. Não há previsão de garantia para os produtos contemplados nesta contratação.

## 5.9. **Critérios de Avaliação Técnica**

5.9.1. O Parecer Técnico será realizado por farmacêutico no âmbito da EPC, com apoio de outros profissionais, todos empregados públicos, servidores efetivos cedidos ou em exercício na Ebserh, e as propostas serão aprovadas ou reprovadas tecnicamente, durante a etapa de julgamento, minimamente de acordo com os seguintes parâmetros:

I - Análise Técnica do Certificado de Registro válido do produto ofertado, emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, a fim de se atestar a veracidade, conformidade e atendimento a legislação vigente;

II - Análise Técnica de Declarações de Notificação Simplificada e Certificados de Dispensa, a fim de se atestar a veracidade, conformidade e atendimento a legislação vigente;

III - Verificação se o produto, especificações, apresentação, dentre outras informações técnicas do produto ofertado atende ao item licitado. A avaliação será realizada por meio do Catálogo Técnico dos produtos apresentado;

IV - Verificação de histórico de uso, por meio de execução de Atas de Registros de Preços - ARPs e/ou Contratos já executados na Rede Ebserh;

V - Verificação de existência de histórico de notificações, alertas de restrição ou interdição na ANVISA;

## **6. GESTÃO E EXECUÇÃO DO OBJETO**

6.1. O modelo de gestão, descrevendo como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pela Ebserh, constará na ARP e/ou no Contrato.

### **6.2. Notas de Empenho**

6.2.1. As unidades contratantes poderão emitir Notas de Empenho em favor dos fornecedores contratados, conforme conveniência da administração, respeitados os quantitativos por participante, observado o edital.

6.2.2. Registra-se que o procedimento padrão da Ebserh é a emissão de uma Nota de Empenho mensal, por natureza de despesa, para cada fornecedor. Contudo, a unidade contratante poderá, a seu critério, efetuar a emissão de mais de um pedido dentro do mesmo mês, a qualquer tempo, devido a oscilações de consumo ou por situações intempestivas que ensejam demandas adicionais.

6.2.3. A Nota de Empenho e a Ordem de Fornecimento, quando for o caso, deverão respeitar o fator embalagem dos produtos ofertados, conforme a proposta aprovada, bem como a legislação vigente que trata sobre o tema.

6.2.4. O valor mínimo para emissão de uma Nota de Empenho e Emissão da Ordem de Fornecimento por parte das unidades contratantes será o equivalente a **1%** do valor estabelecido no art. 84, inciso II, do RCC 3.0.

6.2.5. Caso o valor máximo registrado na ARP ou no Contrato não atinja o percentual mencionado no item anterior, a Nota de Empenho contemplará o valor total da ARP ou do Contrato, observadas a natureza de despesa do bem e respeitados os quantitativos por participante.

6.2.6. As unidades contratantes poderão emitir dois tipos de Notas de Empenho para execução das despesas:

6.2.6.1. Empenho Ordinário - Utilizado quando o valor da despesa é conhecido pela administração e será pago em uma única vez.

6.2.6.2. Empenho Global - Utilizado quando o valor da despesa é conhecido pela administração, mas será pago de forma parcelada.

6.2.7. As Notas de Empenho emitidas pelo valor mínimo descrito neste tópico serão do tipo ordinário. As demais Notas de Empenho serão do tipo global.

6.2.8. As Notas de Empenho emitidas continuarão válidas mesmo após o término da vigência da ARP ou do Contrato, bem como quando inscritas em restos à pagar, quando alterado o exercício financeiro.

### **6.3. Troca de Marcas**

6.3.1. Em casos especiais e devidamente justificados, será admitida a substituição da marca ou modelo do produto, desde que por motivo superveniente e fundamentado que inviabilize a entrega do bem originalmente contratado.

6.3.2. A alteração deverá ser formalmente solicitada pelo fornecedor, acompanhada de justificativa técnica e documentação que comprove o motivo superveniente e a observância das especificações técnicas mínimas estabelecidas no Edital ou características superiores, com a manutenção integral dos preços.

6.3.3. A troca de marca só poderá ocorrer mediante análise técnica sobre a justificativa técnica e documentação apresentada pelo fornecedor e aprovação pela Equipe de Fiscalização do Contrato (EFC) ou a Equipe de Fiscalização da Ata de Registro de Preços (EFARP).

6.3.4. O processo de troca de marca deverá observar:

6.3.4.1. solicitação do fornecedor, com justificativa técnica e documentação;

6.3.4.2. análise e aprovação da EFC ou da EFARP;

6.3.4.3. formalização do procedimento por apostilamento, com registro no processo.

### **6.4. Ordem de Fornecimento**

6.4.1. As unidades contratantes enviarão ao fornecedor Ordens de Fornecimento, em que constarão no mínimo as seguintes informações:

I - Identificação da Unidade Solicitante;

II - UASG do Órgão Gerenciador;

III - UASG do Órgão Participante e solicitante da Compra;

IV - Número da licitação;

V - ARP / Contrato;

- VI - Dados da Nota de Empenho;
- VII - Número do Item do Pregão;
- VIII - Código do Catálogo Padronizado de Materiais do Governo Federal - Catmat;
- IX - Código Interno de Padronização da Empresa - Código Ebserh;
- X - Código Interno do Sistema de Controle - Código AGHUX;
- XI - Descrição do Produto, com apresentação e marca;
- XII - Valor Unitário do Item;
- XIII - Quantidade a ser empenhada do item;
- XIV - Valor total;
- XV - Prazo para Entrega, conforme edital;
- XVI - Data Prevista para Entrega;
- XVII - Endereço, horários e contatos para entrega;
- XVIII - Modelo de parcelamento de entrega;
- XIX - Informações gerais sobre a execução do objeto e sanções administrativas.

6.4.2. A Ordem de Fornecimento só poderá ser enviada por representantes da Unidade de Almoxarifado e Controle de Estoque (UACE).

6.4.3. Os setores/unidades/clínicas e demais profissionais de destino dos produtos não estão autorizados a solicitar pedidos de compras diretamente à contratada.

6.4.4. pós o recebimento da Ordem de Fornecimento, o fornecedor deverá enviar a previsão de entrega dos insumos em até 5 (cinco) dias úteis para o endereço eletrônico [uace.hu-ufjf@ebserh.gov.br](mailto:uace.hu-ufjf@ebserh.gov.br), contendo:

- I - Número do Documento Fiscal;
- II - Data de emissão do Documento Fiscal;
- III - Data prevista para entrega.

## 6.5. Nota Fiscal

6.5.1. A contratada deverá emitir notas fiscais de venda de materiais de consumo, devendo encaminhar o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (DANFE) para a área que enviou a Ordem de Fornecimento, conforme o modelo de comunicação estabelecido neste Termo de Referência.

6.5.2. Os itens entregues sempre deverão ser acompanhados de Nota Fiscal, que, além dos dados obrigatórios pela legislação vigente, deverá minimamente conter:

- I - Número da Ordem de Fornecimento;
- II - Nota de Empenho;
- III - Número da licitação;
- IV - Dados bancários para a realização do pagamento (banco, agência e conta corrente);
- V - Descrição do Produto;
- VI - Fabricante;
- VII - Lote e quantidades correspondentes;
- VIII - Prazo de validade.

6.5.3. A Contratada deverá obrigatoriamente destacar na Nota Fiscal a tributação a ser retida, conforme artigo 2º, § 6º, da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

6.5.4. Adicionalmente, a Nota Fiscal emitida deverá obrigatoriamente expressar os seguintes elementos essenciais:

- I - Data de emissão posterior à de emissão da Nota de Empenho;
- II - CNPJ e endereço do HU/UFJF, conforme emissão da Nota de Empenho;
- III - CNPJ da empresa vencedora, que deverá ser o mesmo informado nos documentos de habilitação da licitação que deu origem à Nota de Empenho.

6.5.5. As informações sobre os lotes e validades deverão constar na Nota Fiscal e precisam convergir com o material entregue. Caso existam divergências, a área responsável pelo envio da Ordem de Fornecimento

formalizará junto ao fornecedor a necessidade de Carta de Correção de informações.

#### 6.5.6. Prazos e Condições de entrega

6.5.7. O prazo de entrega dos materiais será fixado de acordo com a localização da cidade das unidades participantes, sendo o mesmo contado após recebimento da Ordem de Fornecimento:

a) **Sudeste: 15 (quinze) dias corridos.**

6.5.8. A entrega dos materiais deverá ser efetuada no Almoxarifado Central - Unidade de Almoxarifado e Controle de Estoques (UACE) da unidade hospitalar, no horário das 08:00 às 16:00 horas, em dias úteis, conforme endereços constantes neste Termo de Referência, salvo com solicitação autorizada pela área responsável pelo envio da Ordem de Fornecimento.

6.5.9. A data prevista para entrega ou qualquer alteração da mesma deve ser comunicada previamente pelo fornecedor à unidade hospitalar, respeitado o prazo máximo de entrega previsto neste Termo de Referência.

6.5.10. Os produtos entregues devem ter o prazo de validade mínimo de 18 (dezoito) meses ou para produtos com validade total inferior a 18 (dezoito meses), apresentar vigência mínima de 80% desta, contados do ateste da nota fiscal.

6.5.11. Na impossibilidade de fornecer o produto que atenda aos prazos mínimos anteriormente citados, o fornecedor, desde que previamente autorizado pela Ebserh, poderá atender ao pedido com validade menor que a estabelecida, mediante apresentação de carta de comprometimento de troca do produto em caso de seu vencimento.

6.5.12. A Ebserh se reserva o direito de não receber produtos com prazo de validade inferior ao especificado no Termo de Referência, ressalvados os casos de interesse da própria Ebserh, desde que exista solicitação prévia do fornecedor e aceite da Ebserh.

6.5.13. Para informação, deverá constar na embalagem do material entregue:

- a) nome e CNPJ do fabricante ou distribuidor,
- b) procedência,
- c) nº do lote,
- d) prazo de validade,
- e) Nº do registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, se couber.

6.5.14. Os rótulos das embalagens primárias e secundárias de todos os medicamentos com destinação institucional devem possuir a frase, em caixa alta, "PROIBIDA VENDA AO COMÉRCIO", em cumprimento à RDC nº 768/2022 publicada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

6.5.15. No caso de medicamentos de notificação simplificada, constantes na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA RDC nº 576/2021, deverão ser apresentadas: a notificação de registro válida junto a Anvisa e a cópia do rótulo, a fim de permitir a verificação das características técnicas, composição e indicação do produto ofertado.

6.5.16. Não serão recebidos materiais que apresentarem, nas embalagens, sinais de violação e/ou variação na estrutura, umidade, inadequação em relação ao conteúdo.

6.5.17. Os produtos que se deteriorarem ou perderem suas características durante a validade ou vida útil, desde que em condições normais de estocagem, uso e/ou manuseio, deverão ser trocados no prazo determinado pelas unidades hospitalares, contados da comunicação formal da área responsável pelo envio da Ordem de Fornecimento.

6.5.18. São de responsabilidade da contratada as condições de conservação dos produtos que serão entregues, abrangendo inclusive resistência das embalagens, data de validade, temperaturas exigidas, presença de sujidade, material estranho e insetos.

6.5.19. O acondicionamento e o transporte dos medicamentos devem ser feitos em embalagens apropriadas para cada tipo de produto, capazes de manter a integridade e organização dos medicamentos, atendendo às especificações técnicas (temperatura, calor, umidade, luz) determinadas e possibilitando a verificação das informações necessárias no ato do recebimento, conforme art. 56 da RDC ANVISA nº 430/2020.

6.5.20. As embalagens internas e externas devem estar limpas, livres de pó, secas e sem sinais de umidade prévia.

6.5.21. Os veículos, equipamentos e contêineres utilizados para transporte e acondicionamento não devem expor os medicamentos a condições que possam afetar sua estabilidade e a integridade de sua embalagem ou gerar contaminações de qualquer natureza. Os veículos e contêineres devem dispor de manutenção e limpeza adequadas (arts. 67 e 68 da RDC ANVISA nº 430/2020).

6.5.22. Os medicamentos não podem ser transportados, por exemplo, com saneantes, agrotóxicos, fertilizantes, tintas, solventes, combustível, alimentos, bebidas, em contato com pneus (estepe), em veículo com carroceria aberta, isolada com lona ou capota marítima.

6.5.23. O transporte de medicamentos termolábeis deve ser feito em meio qualificável do ponto de vista

térmico e o monitoramento e o controle da temperatura durante a armazenagem e o transporte devem ser realizados (arts. 83 e 84 da RDC ANVISA nº 430/2020).

6.5.24. Para o armazenamento e transporte dos medicamentos devem ser utilizados paletes de material que permita a limpeza e não constitua fonte de contaminação, tais como madeira tratada, alumínio ou materiais plásticos (art. 52 da RDC ANVISA nº 430/2020).

6.5.25. É vedada às empresas transportadoras ou operador logístico, quando na atividade de transportador, a violação da carga transportada (art. 65 da RDC ANVISA nº 430/2020).

6.5.26. Os produtos adquiridos pela unidade solicitante poderão ser acompanhados de laudos de análise do fabricante para cada lote entregue, a critério da mesma, que, conforme sua necessidade, poderá solicitar detalhamentos sobre as especificações técnicas do produto, estabelecidas pelo fabricante como padrão de qualidade.

6.5.27. A fim de comprovar a qualidade do produto contratado, caso haja queixa técnica ou suspeita de irregularidade da Contratada, a unidade solicitante poderá demandar, a qualquer momento, amostras para análise.

6.5.28. Caso o produto ofertado apresente suspeita de irregularidade, o fornecedor contratado deverá arcar com os custos da análise em laboratórios da REBLAS - Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde.

6.5.29. Os laudos emitidos serão considerados suficientes para exigir a substituição do produto quando o resultado da análise for desfavorável, ou seja, diferente das especificações prometidas pelo fabricante; sendo que todo produto considerado impróprio ao uso será encaminhado à Vigilância Sanitária para a inutilização, nos termos legais.

6.5.30. O descarregamento dos medicamentos ficará a cargo da transportadora, que deverá acondicionar as embalagens em paletes da contratante, respeitando a forma de empilhamento e altura definida pelo fabricante e previamente acordada com o(a) funcionário(a) responsável pelo recebimento, assim como transportar os paletes até a área de recebimento indicada.

6.5.31. As embalagens externas deverão mencionar as informações sobre o produto, dentre elas: nome do medicamento, concentração, quantidade, lote e validade, bem como as condições corretas de armazenamento: temperatura e empilhamento máximo.

6.5.32. As embalagens externas deverão conter somente um tipo de medicamento e um lote e estarem completas com quantidades padronizadas. A fração deverá ser facilmente identificada e organizada internamente de forma a facilitar a visualização e contagem.

6.5.33. As embalagens térmicas deverão conter na parte externa a data de preparo da embalagem e data de validade da embalagem.

6.5.34. O texto e demais exigências legais previstas para as embalagens, rotulagem e bula dos medicamentos devem estar em conformidade com a legislação sanitária vigente.

6.5.35. Os medicamentos que necessitem de acessórios para sua administração devem vir acompanhados desses, se especificado em edital ou constantes no registro do medicamento junto à ANVISA.

6.5.36. Os acessórios especificados em edital e que não constam no registro do medicamento devem seguir a legislação sanitária vigente.

6.5.37. As cargas que não cumpram os critérios de aceitação do objeto estão sujeitas à recusa no ato do recebimento.

6.5.38. Os produtos recebidos estarão sujeitas a análise extemporânea e cancelamento da aquisição, com vistas a ações de farmacovigilância realizadas pela Rede Ebserh.

## 6.6. **Recebimento**

6.6.1. Os produtos serão recebidos, pelo(a) responsável do Unidade de Almoxarifado e Controle de Estoque (UACE). Os materiais serão guardados para verificação posterior da EFC ou EFARP de sua conformidade.

6.6.2. Para o ateste da execução da despesa, o recebimento dos produtos irá observar:

I - A conformidade entre a Nota de Empenho e a Nota Fiscal, com a verificação da descrição do objeto, apresentação, quantidade e valores unitários e totais;

II - A integridade da embalagem e do conteúdo, assegurando que não houve danos ou violações durante o transporte ou armazenamento;

III - A conformidade dos itens, acessórios e quantidades, de acordo com o especificado na contratação;

IV - O modelo e a marca, que devem estar em conformidade com o homologado no certame;

V - A validade e lote;

VI - O acondicionamento adequado, observando as condições de temperatura especificadas para o objeto;

VII - A funcionalidade do objeto, verificando se atende às especificações técnicas e funcionais

previstas na contratação.

6.6.3. O objeto do contrato ou instrumento equivalente poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando executado em desacordo com o contrato, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pela unidade solicitante, às custas da empresa Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

6.6.4. Em caso de constatação, a qualquer tempo, de desvios na qualidade, defeitos de fabricação ou alterações da estabilidade, dentro do prazo de validade, que comprometam a integridade do produto, bem como má fé do fornecedor, condições inadequadas de transporte ou em desacordo com as especificações exigidas, a empresa contratada fica obrigada a substituir, às suas expensas, o produto defeituoso, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da constatação do vício do produto com a consequente notificação junto ao fornecedor.

6.6.5. Para entrega de lotes com validades inferiores as previstas no edital e contrato ou instrumento equivalente, o responsável pelo recebimento poderá formalizar junto ao fornecedor a necessidade da Carta de Compromisso de Troca de material em caso de perda futura por validade vencida, caso venha a aceitar o material.

6.6.6. Os produtos deverão ser recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da carga, após a verificação da conformidade e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.6.6.1. O recebimento definitivo do objeto contratado constitui o ateste da execução da despesa e é requisito para a instrução do processo de pagamento.

6.6.7. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.6.8. O prazo para a solução, pela contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Ebserh durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

6.6.9. O gestor do contrato ou instrumento equivalente analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções.

6.6.10. O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da empresa contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6.6.11. No ato do recebimento definitivo a carga poderá ser recusada pelo responsável, tanto de forma integral ou parcial, toda informação divergente do instrumento contratual ou equivalente, o fato gerador para a recusa, será formalmente registrado e comunicado ao fornecedor, respeitados os prazos inseridos neste instrumento.

6.6.12. A recusa da nota fiscal poderá ser feita devido a ausência de documentação exigível, negação por parte do fornecedor sobre a troca parcial, negação de emissão de cartas de correção e de compromisso de troca de produto, ou mesmo por conta de demais não conformidades ocorridas durante as etapas do processo de recebimento.

6.6.13. Em caso de recebimento parcial da nota fiscal, o responsável pelo recebimento poderá disponibilizar o material parcialmente recebido e atestado para utilização. Contudo, será estabelecido um prazo ao fornecedor para solução do problema. Caso o fornecedor não resolva a questão até o prazo estipulado, que poderá ser equivalente ao prazo regular de entrega do edital/contrato, o responsável pelo recebimento deverá proceder com a instrução de pagamento da nota fiscal ao fornecedor, com a glosa referente aos quantitativos e/ou produtos em não conformidade.

6.6.14. Para solução do problema, como melhores práticas, o fornecedor poderá entregar o produto correto através de nota de simples remessa ou apresentar nota fiscal de devolução dos produtos e/ou quantidades não conformes da carga inicial. Caso o fornecedor se negue a entregar a nota fiscal de devolução, a glosa é suficiente para solução do problema. Ainda mais, nos casos em que o fornecedor não realize o recolhimento do produto em até 45 dias, o hospital poderá dar fim a carga em desconformidade.

## 6.7. Critérios de Medição e Pagamentos

6.7.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, após o ateste do documento por parte da EFC ou EFARP, ocorrerá a liquidação.

6.7.2. Para fins de liquidação, a área competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) prazo de validade;
- b) data da emissão;
- c) dados do contrato e da contratante;
- d) período respectivo de execução do contrato;
- e) valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.7.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o processo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Ebserh.

6.7.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 65, inciso II, da RCC 3.0.

6.7.5. A Ebserh realizará consulta ao Sicaf para:

6.7.5.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

6.7.5.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito da Ebserh, como a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.7.6. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

6.7.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.7.8. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

6.7.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do instrumento contratual ou equivalente, caso a contratada não regularize sua situação junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e demais certidões de regularidade.

6.7.10. Os pagamentos serão realizados em conformidade com os produtos efetivamente entregues, até o 30º (trigésimo) dia após o recebimento da Nota Fiscal, por intermédio de crédito em conta corrente indicados pelos Contratados.

6.7.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.7.12. Não será permitida a antecipação do pagamento antes do cumprimento do objeto.

6.7.13. No caso de atraso pela contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE) de correção monetária.

6.7.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.7.15. Independentemente do percentual de tributo, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7.16. A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6.7.17. A Ebserh não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada que porventura não tenha sido acordada no contrato.

## 6.8. Sanções Administrativas

6.8.1. As cláusulas específicas que irão estabelecer as sanções administrativas relacionadas à seleção de fornecedores constam no Edital e os critérios de sanções administrativas relacionadas à gestão contratual constam na ARP e no Contrato.

## 7. SELEÇÃO DE FORNECEDORES

### 7.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

7.1.1. O procedimento de aquisição será conduzido com base na documentação produzida durante o planejamento da contratação, por meio da modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, no Portal de Compras do Governo Federal - *Compras.gov*, de acesso público na internet, de acordo com o art. 6º, inciso IV, do RCC 3.0, com adoção dos seguintes parâmetros:

I - O critério de julgamento será pelo menor preço unitário;

II - O modo de disputa será do tipo "aberto";

III - Será adotada a utilização de 4 (quatro) casas decimais para composição e classificação dos lances, considerando os valores unitários ofertados. Para fins de lançamentos operacionais das ARPs

e/ou Contratos no sistema *Contratos.gov*, será realizado o arredondamento para 2 (duas) casas decimais do valor total da proposta.

IV - O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor, será de 1%.

## 7.2. Tratamento diferenciado para microempresas e empresas de pequeno porte

7.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

7.4. Em respeito à referida Lei, foi adotada a priorização à participação de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), tendo sido destacados itens de participação exclusiva de ME/EPP, aqueles com valor estimado inferior a R\$ 80.000,00.

7.5. Com base no princípio da eficiência, foram criados itens de participação ampla equivalentes aos itens de participação exclusiva, os quais serão abertos no certame licitatório para disputa, mas somente avançarão para as fases de aceitação e negociação caso haja frustração dos itens de participação exclusiva.

7.6. Em relação à programação de abertura de itens, será adotada a seguinte sistemática: abertura inicial de itens de participação exclusiva de ME/EPP; passando em sequência aos itens de ampla participação:

**Tabela - Ordem de abertura dos itens**

Tipo do item	Ordem de abertura
Participação exclusiva de ME/EPP	1º
Participação ampla	2º

## 7.7. Capacidade econômico-financeira

7.7.1. Dispensa-se o requisito de habilitação econômico-financeira com base no § 9º do art. 65 do RCC 3.0. Esse dispositivo estabelece que, nos casos de aquisições cujos valores se enquadrem nos limites do art. 84, inciso II (para bens e serviços), deverão ser exigidos apenas os requisitos de habilitação previstos nos incisos I e II do caput do referido artigo, sendo facultada a dispensa dos requisitos constantes dos incisos III a V.

7.7.2. Além disso, o § 9º também admite, nos casos de aquisições de bens para entrega imediata, cujo valor seja superior ao limite estabelecido no art. 84, inciso II, a dispensa do requisito de habilitação previsto no inciso IV do caput (capacidade econômico-financeira), desde que haja prévia avaliação de riscos.

7.7.3. Assim, para os itens/grupos de entrega imediata cujos valores sejam superiores aos limites estabelecidos no art. 84, inciso II, serão dispensados os requisitos de capacidade econômico-financeira, considerando que nesta contratação, que visa o registro de preços para aquisição de medicamentos, não se mostra necessária a exigência de documentos comprobatórios de capacidade econômico-financeira dos licitantes.

7.7.4. O SRP não gera obrigações contratuais imediatas, pois há apenas expectativa de contratações futuras, que dependerão de autorizações posteriores e da disponibilidade orçamentária. Assim, inexistente risco direto de inadimplência financeira que justifique a imposição de comprovação econômico-financeira nesta fase do certame.

7.7.5. Destaca-se também a natureza do objeto da contratação, cujo risco operacional é limitado, diferente da execução de obras, serviços complexos ou de outras contratações que exigem comprometimento significativo de capital. Desta forma, a comprovação econômico-financeira não se configura essencial para garantir a execução futura da ARP, ou mesmo de contrato.

7.7.6. A dispensa da exigência visa ainda ampliar a competitividade e a participação de fornecedores, alinhando-se ao princípio da ampla concorrência. Adicionalmente, as contratações decorrentes das ARPs estarão sujeitas a nova verificação documental quando da formalização do contrato, permitindo à Ebserh reavaliar a capacidade do fornecedor naquele momento, garantindo segurança e eficiência.

7.7.7. Por fim, a dispensa dos requisitos de capacidade econômico-financeira demonstra uma decisão adequada e tecnicamente justificável, observando os princípios de proporcionalidade, eficiência e competitividade, uma vez que: não há obrigação contratual imediata, o objeto é em regra oriundo de um processo interno de padronização e de baixo risco operacional, e a decisão amplia a participação de fornecedores no processo licitatório.

## 7.8. Qualificação técnica

7.8.1. O licitante deverá comprovar a aptidão para o fornecimento do objeto mediante a apresentação dos seguintes documentos:

7.8.1.1. Autorização de Funcionamento de Empresa - AFE, conforme Resolução da Diretoria Colegiada - RDC 16/2014, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, da sede da empresa interessada, obtida mediante consulta ao seu Portal, nos últimos 60 dias corridos da apresentação da documentação.

7.8.1.1.1. A AFE é exigida de empresas que realizem atividades de armazenamento, distribuição, RCC 3.0 - Termo de Referência - SRP Medicamentos 57162362 SEI 23765.000766/2026-95 / pg. 51

embalagem, expedição, exportação, extração, fabricação, fracionamento, importação, produção, purificação, reembalagem, síntese, transformação e transporte de medicamentos e insumos farmacêuticos destinados ao uso humano, produtos para saúde, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes, saneantes e envase ou enchimento de gases medicinais.

7.8.1.1.2. Caso a importação de medicamento seja feita por um terceiro e não pelo detentor do registro do medicamento na Anvisa, além da exigência do AFE, é necessária a Declaração do Detentor de Registro - DDR. Por meio dessa declaração, a empresa detentora da regularização do produto autoriza uma outra empresa a realizar a atividade exclusiva de importação terceirizada (RDC nº 81/2008). Consoante a RDC nº 81/2008, "detentor do documento de regularização do produto" é a designação dada ao titular do registro, do cadastro, da autorização de modelo, do comunicado, da notificação ou do protocolo pertinente do bem ou produto perante a Anvisa. A DDR é um documento de extrema relevância no fluxo de análise do processo de importação, pois garante a ciência do detentor da regularização de que toda obrigação sobre o produto em território nacional é de sua responsabilidade, não sendo possível tal transferência para outra empresa.

7.8.1.2. Autorização Especial - AE para os licitantes fabricantes, distribuidoras, importadoras, representações e transportadoras de substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial

7.8.1.2.1. A AE corresponde ao ato em que a ANVISA permite o exercício das atividades acima descritas que envolvam insumos farmacêuticos, medicamentos e substâncias sujeitas a controle especial, bem como o plantio, o cultivo e a colheita de plantas das quais possam ser extraídas substâncias sujeitas a controle especial, mediante comprovação de requisitos técnicos e administrativos específicos, constantes na RDC nº 16/2014 e na Portaria n.º 344/1998 do Ministério da Saúde.

7.8.1.3. Alvará Sanitário ou Licença de Funcionamento ou Licença Sanitária Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, emitida pela Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, da sede da empresa interessada.

7.8.1.3.1. A exigência de Alvará Sanitário ou Licença de Funcionamento ou Licença Sanitária Estadual decorre do previsto na Lei nº 5.991/1973, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos.

7.8.1.3.2. Caso o Alvará Sanitário ou Licença de Funcionamento ou Licença Sanitária Estadual, Municipal ou do Distrito Federal esteja vencido, deverá ser apresentado o protocolo de pedido de revalidação, requerido nos primeiros 120 dias do exercício (conforme art. 25 da Lei nº 5.991/1973), ou informação atualizada do órgão responsável sobre a situação do protocolo de renovação.

7.8.1.4. Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público e/ou privado, indicando que a proponente já forneceu materiais em características similares e quantitativos compatíveis com o objeto da licitação.

7.8.1.5. Certificado de Regularidade da Empresa e do Responsável Técnico no Conselho Profissional competente, dentro do prazo de validade em nome do licitante.

## 7.9. Outras Exigências de habilitação

7.9.1. As condições de participação, de habilitação jurídica e de comprovação de regularidades fiscal, de seguridade social e trabalhista estão previstas no edital do certame.

7.10. As demais cláusulas específicas que irão regular a seleção de fornecedores constam no edital.

## 8. INDICAÇÃO DO SIGILO DO ORÇAMENTO E ESTIMATIVAS DE PREÇOS

8.1. Em conformidade com o art. 30 do RCC 3.0 da Ebserh, os preços referenciais adotados para esta licitação são sigilosos, sendo tornados públicos apenas após a fase de lances das propostas, durante a etapa externa do certame.

8.2. O caráter sigiloso do orçamento estimado para a contratação não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.

8.3. Registra-se que a estimativa de preços para esta contratação foi realizada no Processo SEI nº 23765.021921/2025-26, em que consta a memória de cálculo para a estimativa de toda demanda da contratação.

## 9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. Por se tratar de licitação para registro de preços, a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento equivalente, sendo dispensada no planejamento da contratação, nos termos do art. 108 do RCC 3.0.

## 10. SUBCONTRATAÇÃO, CONSÓRCIOS E DEMAIS ALTERAÇÕES SUBJETIVAS

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

10.2. Será admitida a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio, com o objetivo de ampliar a competitividade e possibilitar a participação de empresas que, isoladamente, não possuam capacidade suficiente para o fornecimento integral do objeto.

10.3. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/ou outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas

as demais cláusulas e condições da contratação; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Ebserh à continuidade da contratação.

## 11. CONDIÇÕES GERAIS

- 11.1. Anexo I - Descrição Detalhada e Quantitativos do Objeto
- 11.2. Anexo II - Análise de Riscos - Execução do Contrato
- 11.3. Anexo III - Modelo de Proposta
- 11.4. Anexo IV - Ordem de Fornecimento
- 11.5. Anexo V - Recebimento Definitivo

### Equipe de Planejamento da Contratação

*(Assinado eletronicamente)*  
Yago Bomtempo de Oliveira  
Cargo / Função: Chefe Substituto da Unidade de Planejamento e Dimensionamento de Estoques  
Lotação: UPDE - HU -UFJF  
Coordenador(a) Substituto da EPC

*(Assinado eletronicamente)*  
Naira Lígia Lima Giarola  
Cargo / Função: Farmacêutica  
Lotação: UPDE - HU-UFJF  
Integrante Demandante da EPC

*(Assinado eletronicamente)*  
Rafaela Idalina Ferreira de Souza  
Cargo / Função: Técnica em farmácia  
Lotação: UPDE - HU -UFJF  
Integrante Demandante da EPC

Designação da Equipe de Planejamento: Portaria Permanente nº 035, de 15 de janeiro de 2026, publicada no Boletim nº 04, de 15 de janeiro de 2026.

- 11.6. De acordo.
- 11.7. Encaminhe-se Gerência Administrativa para apreciação.

*(Assinado eletronicamente)*  
Juliana da Silva Moraes  
Cargo / Função: Chefe Substituta do Setor de Abastecimento Farmacêutico e Suprimentos  
Setor de Abastecimento Farmacêutico e Suprimentos - SAFS

- 11.8. De acordo.
- 11.9. A aquisição do material em tela se mostra adequada e atende aos objetivos da instituição.
- 11.10. Sendo assim, **aprovo** o Termo de Referência conforme seus próprios fundamentos.
- 11.11. Encaminhe-se à área de licitações para início da fase de Seleção de Fornecedor.

*(Assinado eletronicamente)*  
Bruno Azevedo Gomes Freitas  
Gerente Administrativo

De acordo,

*(Assinado eletronicamente)*  
André de Lima Xandó Baptista  
Chefe da Divisão de Logística e Infraestrutura Hospitalar.

### ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA

À Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) - Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora (HU/ UFJF), Unidade Gestora (UG) 155903.

Dados da Empresa
Razão Social:
CNPJ:
Endereço:
CEP:
Correio Eletrônico:
Telefone:
Dados Bancários:

A presente proposta é baseada nas especificações, condições e prazos estabelecidos no Pregão Eletrônico nº xx/xxxx.

Declaramos que esta oferta tem **validade de 90 (noventa) dias**.

**Os bens cotados nesta proposta dispõem das seguintes características:**

Item	Descrição (conforme DCB)	Unidade de Medida	Qtde.	Marca e Fabricante	Quantidade Embalagem	Registro na Anvisa	Valor unit.	Valor total
							R\$	R\$

Declaro que os itens acondicionados em blister, são fracionáveis, e possuem distanciamento mínimo de 2mm de solda entre as unidades.

Declaro ter tomado pleno conhecimento do Edital, do Termo de Referência e dos demais documentos integrantes da presente licitação estando ciente das obrigações das partes e das condições de prestação dos serviços.

Declaro que os preços ofertados contemplam todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, incidentes, taxas de administração, materiais, serviços, encargos fiscais e trabalhistas, embalagem, seguro, lucro, transporte (carga e descarga), mão de obra e demais custos e despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto, bem como o do envio das documentações referentes à habilitação e apresentação de propostas, que a empresa possui capacidade técnico-operacional adequada e que os preços são exequíveis.

**Anexo à Proposta:** Catálogo Técnico dos produtos, contendo imagens referenciais, descritivo detalhado e especificações técnicas.

(Assinado eletronicamente)  
XX  
Cargo / Função: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Representante Legal  
(local e data)

#### INSTRUÇÕES:

- A descrição e a disposição de itens da proposta de preços devem obedecer ao padrão proposto.
- Os valores correspondentes a cada item devem ser informados em separado, considerando seus preços unitários e totais (por item).

### ANEXO IV - MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO

#### AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS

#### 1. IDENTIFICAÇÃO

Pregão Eletrônico nº	XX/202X
Contrato / ARP nº	XX/202X
Unidade Solicitante	HU-UFJF - UASG 155903
Nota de Empenho nº	202XNEXXXXXXXXX
Solicitação de Compra nº	

Contratada	
RCC 3.0 - Termo de Referência - SRP Medicamentos 57162362	SEI 23765.000766/2026-95 / pg. 54

<b>CNPJ</b>	
<b>Endereço</b>	
<b>Endereço Eletrônico</b>	

## 2. ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS

Item	Descrição	Apresentação	Marca	Catmat	Cod Ebsersh	Cod. AGHU	Qtde.	Valor unit.	Valor total
								R\$	R\$

## 3. PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

<b>Prazo para entrega</b>	Conforme prazos estabelecidos no Termo de Referência
<b>Data prevista para entrega</b>	XX/XX/202X
<b>Condições para entrega</b>	Conforme estabelecido no Termo de Referência
<b>Local de entrega</b>	
<b>Horário de entrega</b>	
<b>Contato para entrega</b>	

## 4. INSTRUÇÕES COMPLEMENTARES

Programação de Entrega:
Demais observações Relevantes:
Aplicação de Penalidades : Conforme estabelecido no Edital, seus anexos, Ata de Registro de Preços e/ou Contrato.

## 5. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O descumprimento da ARP ensejará aplicação das sanções conforme estabelecidas no RCC 3.0.

Pela inexecução total ou parcial da ARP, a CONTRATANTE poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a CONTRATANTE;

2. Multa:

Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o *valor da parcela inadimplida*, até o limite de 11 (onze) dias. Após o 11º dia e a critério da CONTRATANTE, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

Compensatória, para a inexecução parcial do contrato, de até 20% (vinte por cento) o *valor total da contratação*, respeitados critérios de razoabilidade e proporcionalidade, considerando os impactos da obrigação inadimplida.

Compensatória, para a inexecução total do contrato, de 20% (vinte por cento) do *valor total da contratação*;

3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

(Assinado eletronicamente)

Juliana da Silva Moraes

Equipe de Fiscalização da Ata de Registro de Preços / Contrato

## ANEXO V - MODELO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

### AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS

## 1. IDENTIFICAÇÃO

<b>Pregão Eletrônico nº</b>	XX/202X
<b>Contrato / ARP nº</b>	XX/202X
<b>Unidade Contratante</b>	HU-UFJF - UASG 155903
<b>Nota de Empenho nº</b>	202XNEXXXXXXXXXX

<b>Contratada</b>	
<b>CNPJ</b>	
<b>Endereço</b>	
<b>Endereço Eletrônico</b>	

## 2. DADOS DA ORDEM DE FORNECIMENTO

<b>Ordem de Fornecimento nº</b>	XX/202X
<b>Valor total</b>	R\$ XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
<b>Remessa referente aos itens entregues</b>	1ª / 2ª / 3ª
<b>Valor da remessa</b>	R\$ XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
<b>Data prevista para entrega dessa remessa</b>	XX/XX/202X

## 3. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

<b>Nota Fiscal nº</b>	XXXX
<b>Data de recebimento dos materiais</b>	XX/XX/202X
<b>Data do Termo de Recebimento Provisório</b>	XX/XX/202X

Manifestação da Equipe de Fiscalização da Ata de Registro de Preços ou do Contrato	
<input type="checkbox"/> Cumprimento integral das obrigações	<input type="checkbox"/> Cumprimento parcial das obrigações
Observações:	Observações (obrigatório):
A validade de todos os insumos entregues está de acordo com o previsto no Termo de Referência?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não (implica em não recebimento dos itens com validade incorreta ou solicitação de Carta de Compromisso de Troca)
Houve atraso injustificado na entrega dos insumos?	<input type="checkbox"/> Sim (XX dias de atraso, resultando em aplicação de multa) <input type="checkbox"/> Não (pagamento integral)
Valor devido antes do ajuste no pagamento (referente os itens efetivamente entregues, cumprindo os requisitos do Termo de Referência, com base na Ordem de Fornecimento)	R\$
Valor da Multa Aplicada	R\$
Valor devido à empresa contratada (valor devido deduzido da multa)	R\$

Atesto o recebimento definitivo do objeto, nos termos indicados acima, após verificada a sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

(assinado eletronicamente)  
Juliana da Silva Moraes  
Equipe de Fiscalização da Ata de Registro de Preços / Contrato



Documento assinado eletronicamente por **Yago Bomtempo de Oliveira, Chefe de Unidade, Substituto(a)**, em 20/03/2026, às 08:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



20/03/2026, às 08:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Naira Ligia Lima Giarola, Farmacêutico(a)**, em 20/03/2026, às 08:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Azevedo Gomes Freitas, Gerente**, em 20/03/2026, às 12:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juliana da Silva Morais, Chefe de Setor, Substituto(a)**, em 20/03/2026, às 13:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Cristina dos Santos Brandao, Chefe de Divisão, Substituto(a)**, em 23/03/2026, às 11:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **57162362** e o código CRC **8E8E48BC**.

**Referência:** Processo nº 23765.000766/2026-95 SEI nº 57162362



	Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
	1	2	3	4	5
	PROBABILIDADE				

1.4. O produto da probabilidade pelo impacto de cada risco deve se enquadrar em uma região da matriz probabilidade x impacto. Caso o risco se enquadre na região verde, seu nível de risco é entendido como baixo, logo admite-se a aceitação ou adoção das medidas preventivas. Se estiver na região amarela, entende-se como médio; e se estiver na região vermelha, entende-se como nível de risco alto.

1.5. Nos casos de riscos classificados como médio e alto, deve-se adotar obrigatoriamente as medidas preventivas previstas.

## 2. IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS RISCOS

<b>RISCO 1</b>	
Descrição: Não cumprimento pela empresa do prazo de entrega descrito no Termo de Referência	
Causa(s): Empresa com falta de estoque ou item descontinuado.	
Consequência(s): Desabastecimento do estoque e prejuízo à assistência.	
Probabilidade: ( ) Muito Baixa ( ) Baixa ( x ) Média ( ) Alta ( ) Muito Alta	
Impacto: ( ) Muito Baixa ( ) Baixa ( ) Média ( x ) Alta ( ) Muito Alta	
Nível de Risco : ( ) Muito Baixa ( ) Baixa ( ) Média ( x ) Alta ( ) Muito Alta	
Ação Preventiva	Responsável
1. Contactar empresa para reiteração dos prazos e solicitar previsão de entrega.	Responsável pelo acompanhamento da Execução.
2 . Notificar imediatamente as empresas em atraso.	Responsável pelo acompanhamento da Execução.
Ação de Contingência	Responsável
1. Encaminhar pedido de Solicitação de Esclarecimento e Providências (SEP) e se necessário, solicitar abertura de Processo de Apuração de Irregularidades no Fornecimento (PAIF).	Responsável pelo acompanhamento da Execução.
2. Verificar possibilidade de remanejamento/empréstimo de insumos entre as unidades hospitalares.	Unidade de Almoxarifado e Controle de Estoques (UACE).
3. Verificar viabilidade de item substituto.	Unidade de Almoxarifado e Controle de Estoques (UACE).

<b>RISCO 2</b>	
Descrição: Material entregue com defeito, falha ou imperfeição	
Causa(s): Não conformidades em lotes de fabricação na indústria, problemas de armazenamento ou transporte na distribuição, embalagens danificadas ou violadas ou ineficiência médico/assistencial.	
Consequência(s): Suspensão imediata de uso do lote/produto, necessidade de recolhimento dos estoques segregados no HUF, e consequente desabastecimento, com risco direto à segurança do paciente.	
Probabilidade: ( ) Muito Baixa ( ) Baixa ( x ) Média ( ) Alta ( ) Muito Alta	
Impacto: ( ) Muito Baixa ( ) Baixa ( x ) Média ( ) Alta ( ) Muito Alta	
Nível de Risco : ( ) Muito Baixa ( ) Baixa ( ) Média ( x ) Alta ( ) Muito Alta	
Ação Preventiva	Responsável
1. Contactar empresa exigindo substituição imediata.	Unidade de Almoxarifado e Controle de Estoques (UACE).
2. Acompanhar os níveis de estoque.	Unidade de Almoxarifado e Controle de Estoques (UACE).

3. Notificar imediatamente a empresa sobre o problema e retenção da NF.	Unidade de Almoxarifado e Controle de Estoques (UACE).
4. Manter o estoque de segurança adequado, até a regularização do pedido.	Unidade de Planejamento e Dimensionamento de Estoques (UPDE).
Ação de Contingência	Responsável
1. Encaminhar pedido de Solicitação de Esclarecimento e Providências (SEP).	Responsável pelo acompanhamento da Execução.
2. Verificar viabilidade de remanejamento/empréstimo para evitar desabastecimento do estoque.	Unidade de Almoxarifado e Controle de Estoques (UACE).
3. Verificar viabilidade de item substituto.	Unidade de Almoxarifado e Controle de Estoques (UACE).
4. Aplicar as sanções previstas.	Comissão de Apuração de Irregularidades do Licitante e do Fornecedor - CADIF.
5. Verificar viabilidade de aquisição através de novo Processo de Licitação e/ou Adesão à Ata de Registro de Preços e/ou Dispensas de Licitação e/ou Cartão Cooperativo (CPGF).	Equipe de planejamento da Contratação (EPC).

<b>RISCO 3</b>	
Descrição: Entrega de objeto de marca ou especificação diferente da ofertada no processo licitatório.	
Causa(s): Falta de estoque pelo fornecedor, desatenção a ATA assinada, má-fé pelo fornecedor.	
Consequência(s): Desabastecimento do estoque e prejuízo à assistência.	
Probabilidade: ( ) Muito Baixa ( ) Baixa ( x ) Média ( ) Alta ( ) Muito Alta	
Impacto: ( ) Muito Baixa ( ) Baixa ( ) Média ( x ) Alta ( ) Muito Alta	
Nível de Risco : ( ) Muito Baixa ( ) Baixa ( ) Média ( x ) Alta ( ) Muito Alta	
Ação Preventiva	Responsável
1. Contactar empresa exigindo substituição imediata.	Responsável pelo acompanhamento da Execução.
2. Acompanhamento dos níveis de estoque.	Unidade de Almoxarifado e Controle de Estoques (UACE).
Ação de Contingência	Responsável
1. Encaminhar pedido de Solicitação de Esclarecimento e Providências (SEP)	Responsável pelo acompanhamento da Execução.
2. Notificar imediatamente a empresa com problema e retenção da NF.	Unidade de Almoxarifado e Controle de Estoques (UACE).

<b>RISCO 4</b>	
Descrição: Solicitação de troca de marca por fornecedor.	
Causa(s): Empresa com falta de estoque ou item descontinuado.	
Consequência(s): Desabastecimento do estoque e prejuízo à assistência.	
Probabilidade: ( ) Muito Baixa ( ) Baixa ( x ) Média ( ) Alta ( ) Muito Alta	
Impacto: ( ) Muito Baixa ( ) Baixa ( ) Média ( x ) Alta ( ) Muito Alta	
Nível de Risco : ( ) Muito Baixa ( ) Baixa ( ) Média ( x ) Alta ( ) Muito Alta	
Ação Preventiva	Responsável
1. Consultar o Banco de Marcas Pré-Aprovadas na instituição e caso não aprovada previamente, contactar a Equipe Técnica de Suporte para avaliar nova marca.	Responsável pelo acompanhamento da Execução.
Ação de Contingência	Responsável
1. Solicitar envio de amostras e documentação para avaliação do material pela Equipe	Responsável pelo

**Equipe de Planejamento da Contratação**

*(Assinado eletronicamente)*

Yago Bomtempo de Oliveira

Cargo / Função: Chefe Substituto da Unidade de Planejamento e Dimensionamento de Estoques

Lotação: UPDE - HU -UFJF

Coordenador(a) Substituto da EPC

*(Assinado eletronicamente)*

Naira Lígia Lima Giarola

Cargo / Função: Farmacêutica

Lotação: UPDE - HU-UFJF

Integrante Demandante da EPC

*(Assinado eletronicamente)*

Rafaela Idalina Ferreira de Souza

Cargo / Função: Técnica em farmácia

Lotação: UPDE - HU -UFJF

Integrante Demandante da EPC

Designação da Equipe de Planejamento: Portaria Permanente nº35, de 15 de janeiro de 2026, publicada no Boletim nº 04, de 15 de janeiro de 2026.

**3. ENCAMINHAMENTO**

3.1. De acordo.

3.2. Encaminhe-se Gerência Administrativa para apreciação.

*(Assinado eletronicamente)*

Juliana da Silva Morais

Cargo / Função: Chefe Substituta do Setor de Abastecimento Farmacêutico e Suprimentos  
Setor de Abastecimento Farmacêutico e Suprimentos - SAFS

3.3. **Aprovo** a Análise de Riscos elaborada pela Equipe de Planejamento da Contratação.

*(assinado eletronicamente)*

André de Lima Xandó Baptista

Chefe da Divisão de Logística e Infraestrutura Hospitalar.

Portaria-SEI nº 27/2023 - de 17 de janeiro de 2023 que subdelega competências no âmbito do HU-UFJF/Ebserh para a prática dos atos de gestão que especifica.



Documento assinado eletronicamente por **Yago Bomtempo de Oliveira, Chefe de Unidade, Substituto(a)**, em 20/03/2026, às 08:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rafaela Idalina Ferreira de Souza, Técnico(a) em Farmácia**, em 20/03/2026, às 08:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Naira Ligia Lima Giarola, Farmacêutico(a)**, em 20/03/2026, às 08:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Cristina dos Santos Brandao, Chefe de Divisão, Substituto(a)**, em 20/03/2026, às 09:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juliana da Silva Morais, Chefe de Setor, Substituto(a)**, em 20/03/2026, às 13:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **58174972** e o código CRC **FF4E721B**.

---

**Referência:** Processo nº 23765.000766/2026-95 SEI nº 58174972



HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
Avenida Eugênio do Nascimento, s/nº - Bairro Dom Bosco  
Juiz de Fora-MG, CEP 36038-330  
- <https://hu-ufjf.hubrasil.gov.br>

RCC 3.0 - Ata de Registro de Preços - Bens

**\* MINUTA DE DOCUMENTO**

CONJUR - Ata de Registro de Preços - RCC 3.0

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº **XXX/20XX**

A **EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EBSEH - HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**, empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Educação, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.126.437/0025-10, UG: **155903**, com sede na Avenida Eugênio do Nascimento, S/N, Aeroporto, Juiz de Fora/MG, CEP: 36.038-330, representada por seu Superintendente, **José Otávio do Amaral Correa**, matrícula funcional nº 1299005, nomeado pela Portaria nº 399, de 30/06/2025, e por seu Gerente Administrativo, **Bruno Azevedo Gomes Freitas**, matrícula funcional nº 1840033, nomeado pela Portaria nº 099, de 22/03/2024, ambos no uso das atribuições conferidas pelo art. 277 do Regulamento de Compras e Contratos da Ebserh, versão 3.0, aprovado por meio da Resolução n.º 297/2025 do Conselho de Administração, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para registro de preços nº ...../....., publicada no Diário Oficial da União n.º ....., de ....., processo administrativo n.º 23765.000766/2026-95, **RESOLVE** registrar os preços da empresa ....., inscrita no CNPJ sob o n.º ....., situada na ....., CEP: ....., Telefone: ....., E-mail: ....., representada por ....., CPF n.º ....., de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e no Termo de Referência, sujeitando-se as partes às normas constantes no RCC 3.0, na Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016, no Decreto n.º 8.945, de 27 de dezembro de 2016 e, de forma subsidiária, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, observando ainda as disposições a seguir:

#### 1. OBJETO

1.1. A presente Ata de Registro de Preços - ARP tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de **MEDICAMENTOS DO APARELHO RESPIRATÓRIO, ANTI-INFLAMATÓRIOS, ANALGÉSICOS, ANTITÉRMICOS, IMUNOTERAPIA E ALERGIA, DERMATOLÓGICOS, ODONTOLÓGICOS E OFTÁLMICOS**, a fim de atender as necessidades do Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora (HU/UFJF), conforme especificado no Termo de Referência, anexo do Edital do Pregão **XXX/20XX**, que é parte integrante desta ARP, assim como a proposta registrada, independentemente de transcrição.

#### 2. ÓRGÃO GERENCIADOR

2.1. O órgão gerenciador será a **EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EBSEH - HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**, empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Educação, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.126.437/0025-10, UG: **155903**.

#### 3. ÓRGÃOS PARTICIPANTES

3.1. Não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

#### 4. PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

4.1. Os preços registrados, as especificações do objeto, quantidades totais e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as descritas abaixo, conforme Termo de Referência:

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	MARCA/ MODELO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	272793	acetato de fludrocortisona; 0,1 mg; comprimido. -		COMPRIMIDO	300		

		Registrado na Anvisa como Medicamento.					
2	345240	acetato de hidrocortisona; 10 mg/g; creme dermatológico. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		BISNAGA 30 g	70		
3	274806	acetilcisteína; 600 mg; granulado para solução oral. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		ENVELOPE 5 g	1200		
4	267502	ácido acetilsalicílico; 100 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		COMPRIMIDO	4200		
5	292402	aminofilina; 24 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		AMPOLA 10 mL	100		
6	268083	azatioprina; 50 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		COMPRIMIDO	700		
7	363099	azul de tripan; 0,1% (1 mg/mL); solução oftalmológica estéril. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		FRASCO-AMPOLA 1 mL	280		
8	268331	brometo de ipratrópio; 0,25 mg/mL; solução inalatória. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		FRASCO 20 mL	900		
9	268332	brometo de ipratrópio; 20 mcg/dose; solução aerossol inalatória. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		FRASCO 200 doses	48		
10	282220	carbacol; 0,1 mg/mL (0,01%); solução ocular injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		FRASCO-AMPOLA 2 mL	150		
11	448844	cetoprofeno; 100 mg; pó liofilizado injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		FRASCO-AMPOLA	6300		
		cetoprofeno; 50 mg; cápsula. - Registrado na					

12	268422	Anvisa como Medicamento.		CÁPSULA	800		
13	302942	ciclosporina; 100 mg/mL; solução oral. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		FRASCO 50 mL	20		
14	271107	ciclosporina; 100 mg; cápsula. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		CÁPSULA	500		
15	271104	ciclosporina; 25 mg; cápsula. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		CÁPSULA	500		
16	340165	ciclosporina; 50 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		AMPOLA 5 mL	100		
17	340165	ciclosporina; 50 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		AMPOLA 1 mL	500		
18	271106	ciclosporina; 50 mg; cápsula. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		CÁPSULA	600		
19	272134	cloridrato de ciclopentolato; 10 mg/mL (1%); solução oftálmica. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		FRASCO 5 mL	30		
20	272217	cloridrato de difenidramina; 50 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		AMPOLA 1 mL	270		
21	271790	cloridrato de fenilefrina; 100 mg/mL (10%); solução oftálmica; medicamento especialmente manipulado; frasco de 5 a 10 mL.		MILILITRO	500		
22	394263	cloridrato de hidroxizina; 2 mg/mL; solução oral; frasco 100 a 120 mL.. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		MILILITRO	10000		
23	269851	cloridrato de lidocaína + epinefrina; 20 mg/mL (2%) + 10 mcg/mL (1:100.000);		CARPULE 1,8 mL	800		

		solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.				
24	357788	cloridrato de mepivacaína; 30 mg/mL (3%); solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		CARPULE 1,8 mL	50	
25	268093	cloridrato de metadona; 10 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		COMPRIMIDO	2300	
26	268501	cloridrato de nalbufina; 10 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		AMPOLA 1 mL	50	
27	272329	cloridrato de petidina; 50 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		AMPOLA 2 mL	25	
28	267769	cloridrato de prometazina; 25 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		AMPOLA 2 mL	280	
29	267768	cloridrato de prometazina; 25 mg; comprimido revestido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		COMPRIMIDO	400	
30	292380	cloridrato de tramadol; 100 mg/mL; solução oral. FRASCO Volume: 10 a 15 mL.. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		MILILITRO	700	
31	292382	cloridrato de tramadol; 50 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		AMPOLA 1 mL	10000	
32	268958	colagenase; 0,6 U/g; pomada. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		BISNAGA 30 g	420	
33	337468	desloratadina; 0,5 mg/mL; xarope; frasco 60 a 100 mL.. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		MILILITRO	1000	
		dexametasona; 1 mg/mL; suspensão				

34	267187	oftálmica. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		FRASCO 5 mL	35		
35	269388	dexametasona; 4 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		COMPRIMIDO	3000		
36	271003	diclofenaco sódico; 25 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		AMPOLA 3 mL	50		
37	273310	dicloridrato de hidroxizina; 25 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		COMPRIMIDO	1100		
38	341174	digliconato de clorexidina; 0,12%; solução para colutório. Antisséptico bucal. Sem álcool ou corante. Não irritante. - Regularizado na Anvisa como Cosmético (RDC n° 907/2024).		FRASCO 1.000 mL	36		
39	341174	digliconato de clorexidina; 0,12%; solução para colutório. Antisséptico bucal. Sem álcool ou corante. Não irritante. Regularizado na Anvisa como Cosmético (RDC n° 907/2024)		FRASCO 250 mL	600		
40	268252	dipirona; 500 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		AMPOLA 2 mL	70000		
41	267205	dipirona; 500 mg/mL; solução oral; FRASCO Volume: 10 a 30 mL.. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		MILILITRO	9000		
42	267203	dipirona; 500 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		COMPRIMIDO	21000		
43	466172	dipropionato de beclometasona; 250 mcg/dose; solução inalatória oral; aerossol. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		FRASCO 200 doses	150		
		dipropionato de beclometasona; 50					

44	346586	mcg/dose; solução inalatória oral; aerossol. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		FRASCO 200 doses	120		
45	267582	dipropionato de beclometasona; 50 mcg/dose; suspensão nasal. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		FRASCO 200 doses	20		
46	369179	everolimo; 1 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		COMPRIMIDO	360		
47	272944	fluoresceína sódica; 10 mg/mL (1%); solução oftálmica. - Registrado na Anvisa como Produto para saúde.		FRASCO 3 mL	300		
48	272949	fluoresceína sódica; 200 mg/mL (20%); solução oftálmica injetável. - Registrado na Anvisa como Produto para saúde.		FRASCO-AMPOLA 5 mL	400		
49	292427	fosfato dissódico de dexametasona; 4 mg/mL; solução injetável; ampola ou frasco-ampola.. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		UNIDADE 2,5 mL	7900		
50	448595	fosfato sódico de prednisolona; 3 mg/mL; solução oral; FRASCO Volume: 60 a 120 mL.. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		MILILITRO	10000		
51	435443	fumarato de formoterol + budesonida; 6 mcg/dose + 200 mcg/dose; suspensão inalatória aerossol. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		FRASCO 120 doses	48		
52	396741	hipromelose (metilcelulose) + dextrana; 3 mg/mL (0,3%) + 1 mg/mL (0,1%); solução oftálmica. Registrado na Anvisa como medicamento.		FRASCO 15 mL	125		
		hipromelose (metilcelulose); 20					

53	273694	mg/mL (2%); solução intraocular. - Registrado na Anvisa como Produto para saúde.	SERINGA PREENCHIDA 1,5 mL	700		
54	294643	ibuprofeno; 50 mg/mL; suspensão oral. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 30 mL	70		
55	381706	iodo + iodeto de potássio (lugol); 2% (20 mg/mL) + 4% (40 mg/mL); solução. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 1.000 mL	16		
56	461988	iodopovidona; 50 mg/mL (5%); solução oftálmica; medicamento especialmente manipulado; frasco de 1 a 10 mL	MILILITRO	100		
57	267646	maleato de dexclorfeniramina; 0,4 mg/mL; solução oral; frasco 100 a 120 mL.. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	MILILITRO	600		
58	267645	maleato de dexclorfeniramina; 2 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	5000		
59	273690	metilcelulose; 20 mg/mL (2%); solução oftálmica	FRASCO 10 mL	20		
60	270436	metotrexato; 2,5mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	600		
61	448576	micofenolato de sódio; 180 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	500		
62	448577	micofenolato de sódio; 360 mg; comprimido revestido de liberação retardada. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	1200		
63	273705	naproxeno sódico; 550 mg; comprimido revestido. - Registrado na Anvisa como	COMPRIMIDO	900		

		Medicamento.				
64	273902	óleo amêndoas; 100%; óleo tópico. - Registrado na Anvisa como Medicamento de Notificação Simplificada (RDC nº 576/2021).		FRASCO 100 mL	600	
65	270907	paracetamol + fosfato de codeína; 500 mg + 30 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		COMPRIMIDO	2000	
66	267777	paracetamol; 200 mg/mL; solução oral; FRASCO; Volume: 10 a 15 mL. Registrado na Anvisa como Medicamento de Notificação Simplificada (RDC nº 576/2021).		MILILITRO	1200	
67	267778	paracetamol; 500 mg; comprimido; Registrado na Anvisa como Medicamento de Notificação Simplificada (RDC nº 576/2021).		COMPRIMIDO	8000	
68	313592	policresuleno; 360 mg/mL; solução tópica. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		FRASCO 12 mL	12	
69	267743	prednisona; 20 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		COMPRIMIDO	7000	
70	267741	prednisona; 5 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		COMPRIMIDO	1000	
71	285817	sirolimo; 1 mg; drágea. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		DRÁGEA	500	
72	285818	sirolimo; 2 mg; drágea. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		DRÁGEA	500	
73	394675	solução salina balanceada: cloreto de sódio + cloreto de potássio + cloreto de cálcio + cloreto de magnésio + acetato de sódio tri-hidratado + citrato de sódio; 6,371 mg/mL +		FRASCO 500	400	

		0,746 mg/mL + 0,515 mg/mL + 0,305 mg/mL + 3,950 mg/mL + 1,670 mg/mL; solução intraocular. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		mL			
74	271600	succinato de metilprednisolona; 125 mg; pó para suspensão injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		FRASCO- AMPOLA	1000		
75	271599	succinato de metilprednisolona; 500 mg; pó para suspensão injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		FRASCO- AMPOLA	1500		
76	342135	succinato sódico de hidrocortisona; 100 mg; pó para solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		FRASCO- AMPOLA	3600		
77	342134	succinato sódico de hidrocortisona; 500 mg; pó para solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		FRASCO- AMPOLA	300		
78	304872	sulfato de morfina; 0,2 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		AMPOLA 1 mL	800		
79	304870	sulfato de morfina; 1 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		AMPOLA 2 mL	12200		
80	304871	sulfato de morfina; 10 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		AMPOLA 1 mL	1300		
81	271394	sulfato de morfina; 10 mg/mL; solução oral. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		FRASCO 60 mL	24		
82	271392	sulfato de morfina; 10 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		COMPRIMIDO	3200		

83	294887	sulfato de salbutamol; 100 mcg/dose; suspensão inalatória aerossol. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		FRASCO 200 doses	1100		
84	268303	sulfato de salbutamol; 5 mg/mL; solução para nebulização. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		FRASCO 10 mL	120		
85	268098	tacrolimo; 1 mg; cápsula. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		CÁPSULA	3100		
86	336708	tacrolimo; 5 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		AMPOLA 1 mL	50		
87	268097	tacrolimo; 5 mg; cápsula. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		CÁPSULA	400		
88	434445	triancinolona hexacetonida; 20 mg/mL; suspensão injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		FRASCO-AMPOLA 5 mL	40		
89	274561	tropicamida; 10 mg/mL (1%); solução oftálmica. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		FRASCO 5 mL	300		
90	298548	vitamina A (palmitato de retinol) + vitamina D (colecalfiferol) + óxido de zinco; 5.000 UI/g + 900 UI/g + 150 mg/g; pomada dermatológica. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		BISNAGA 45 g	1000		
91	272793	acetato de fludrocortisona; 0,1 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		COMPRIMIDO	300		
92	345240	acetato de hidrocortisona; 10 mg/g; creme dermatológico. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		BISNAGA 30 g	70		
		acetilcisteína; 600					

93	274806	mg; granulado para solução oral. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		ENVELOPE 5 g	1200		
94	267502	ácido acetilsalicílico; 100 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		COMPRIMIDO	4200		
95	292402	aminofilina; 24 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		AMPOLA 10 mL	100		
96	268083	azatioprina; 50 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		COMPRIMIDO	700		
97	363099	azul de tripan; 0,1% (1 mg/mL); solução oftalmológica estéril. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		FRASCO-AMPOLA 1 mL	280		
98	268331	brometo de ipratrópio; 0,25 mg/mL; solução inalatória. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		FRASCO 20 mL	900		
99	268332	brometo de ipratrópio; 20 mcg/dose; solução aerossol inalatória. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		FRASCO 200 doses	48		
100	282220	carbacol; 0,1 mg/mL (0,01%); solução ocular injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		FRASCO-AMPOLA 2 mL	150		
101	448844	cetoprofeno; 100 mg; pó liofilizado injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		FRASCO-AMPOLA	6300		
102	268422	cetoprofeno; 50 mg; cápsula. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		CÁPSULA	800		
103	302942	ciclosporina; 100 mg/mL; solução oral. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		FRASCO 50 mL	20		
104	271107	ciclosporina; 100 mg; cápsula. - Registrado na Anvisa como		CÁPSULA	500		

		Medicamento.				
105	271104	ciclosporina; 25 mg; cápsula. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		CÁPSULA	500	
106	340165	ciclosporina; 50 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		AMPOLA 5 mL	100	
107	340165	ciclosporina; 50 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		AMPOLA 1 mL	500	
108	271106	ciclosporina; 50 mg; cápsula. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		CÁPSULA	600	
109	272134	cloridrato de ciclopentolato; 10 mg/mL (1%); solução oftálmica. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		FRASCO 5 mL	30	
110	272217	cloridrato de difenidramina; 50 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		AMPOLA 1 mL	270	
111	271790	cloridrato de fenilefrina; 100 mg/mL (10%); solução oftálmica; medicamento especialmente manipulado; frasco de 5 a 10 mL.		MILILITRO	500	
112	394263	cloridrato de hidroxizina; 2 mg/mL; solução oral; frasco 100 a 120 mL.. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		MILILITRO	10000	
113	269851	cloridrato de lidocaína + epinefrina; 20 mg/mL (2%) + 10 mcg/mL (1:100.000); solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		CARPULE 1,8 mL	800	
114	357788	cloridrato de mepivacaína; 30 mg/mL (3%); solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		CARPULE 1,8 mL	50	
		cloridrato de				

115	268093	metadona; 10 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		COMPRIMIDO	2300		
116	268501	cloridrato de nalbufina; 10 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		AMPOLA 1 mL	50		
117	272329	cloridrato de petidina; 50 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		AMPOLA 2 mL	25		
118	267769	cloridrato de prometazina; 25 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		AMPOLA 2 mL	280		
119	267768	cloridrato de prometazina; 25 mg; comprimido revestido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		COMPRIMIDO	400		
120	292380	cloridrato de tramadol; 100 mg/mL; solução oral. FRASCO Volume: 10 a 15 mL.. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		MILILITRO	700		
121	292382	cloridrato de tramadol; 50 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		AMPOLA 1 mL	10000		
122	268958	colagenase; 0,6 U/g; pomada. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		BISNAGA 30 g	420		
123	337468	desloratadina; 0,5 mg/mL; xarope; frasco 60 a 100 mL.. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		MILILITRO	1000		
124	267187	dexametasona; 1 mg/mL; suspensão oftálmica. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		FRASCO 5 mL	35		
125	269388	dexametasona; 4 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		COMPRIMIDO	3000		
		diclofenaco sódico; 25 mg/mL;					

126	271003	solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		AMPOLA 3 mL	50		
127	273310	dicloridrato de hidroxizina; 25 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		COMPRIMIDO	1100		
128	341174	digliconato de clorexidina; 0,12%; solução para colutório. Antisséptico bucal. Sem álcool ou corante. Não irritante. - Regularizado na Anvisa como Cosmético (RDC nº 907/2024).		FRASCO 1.000 mL	36		
129	341174	digliconato de clorexidina; 0,12%; solução para colutório. Antisséptico bucal. Sem álcool ou corante. Não irritante. Regularizado na Anvisa como Cosmético (RDC nº 907/2024)		FRASCO 250 mL	600		
130	268252	dipirona; 500 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		AMPOLA 2 mL	70000		
131	267205	dipirona; 500 mg/mL; solução oral; FRASCO Volume: 10 a 30 mL.. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		MILILITRO	9000		
132	267203	dipirona; 500 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		COMPRIMIDO	21000		
133	466172	dipropionato de beclometasona; 250 mcg/dose; solução inalatória oral; aerossol. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		FRASCO 200 doses	150		
134	346586	dipropionato de beclometasona; 50 mcg/dose; solução inalatória oral; aerossol. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		FRASCO 200 doses	120		
135	267582	dipropionato de beclometasona; 50 mcg/dose; suspensão nasal. - Registrado na		FRASCO 200 doses	20		

		Anvisa como Medicamento.			
136	369179	everolimo; 1 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		COMPRIMIDO	360
137	272944	fluoresceína sódica; 10 mg/mL (1%); solução oftálmica. - Registrado na Anvisa como Produto para saúde.		FRASCO 3 mL	300
138	272949	fluoresceína sódica; 200 mg/mL (20%); solução oftálmica injetável. - Registrado na Anvisa como Produto para saúde.		FRASCO-AMPOLA 5 mL	400
139	292427	fosfato dissódico de dexametasona; 4 mg/mL; solução injetável; ampola ou frasco-ampola.. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		UNIDADE 2,5 mL	7900
140	448595	fosfato dissódico de prednisolona; 3 mg/mL; solução oral; FRASCO Volume: 60 a 120 mL.. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		MILILITRO	10000
141	435443	fumarato de formoterol + budesonida; 6 mcg/dose + 200 mcg/dose; suspensão inalatória aerossol. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		FRASCO 120 doses	48
142	396741	hipromelose (metilcelulose) + dextrana; 3 mg/mL (0,3%) + 1 mg/mL (0,1%); solução oftálmica. Registrado na Anvisa como medicamento.		FRASCO 15 mL	125
143	273694	hipromelose (metilcelulose); 20 mg/mL (2%); solução intraocular. - Registrado na Anvisa como Produto para saúde.		SERINGA PREENCHIDA 1,5 mL	700
144	294643	ibuprofeno; 50 mg/mL; suspensão oral. - Registrado		FRASCO 30 mL	70

		na Anvisa como Medicamento.				
145	343089	imunoglobulina antitimócitos humanos (coelho); 25 mg; pó para solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		FRASCO-AMPOLA	230	
146	443644	imunoglobulina humana; 50 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		FRASCO-AMPOLA 100 mL	600	
147	381706	iodo + iodeto de potássio (lugol); 2% (20 mg/mL) + 4% (40 mg/mL); solução. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		FRASCO 1.000 mL	16	
148	461988	iodopovidona; 50 mg/mL (5%); solução oftálmica; medicamento especialmente manipulado; frasco de 1 a 10 mL		MILILITRO	100	
149	267646	maleato de dexclorfeniramina; 0,4 mg/mL; solução oral; frasco 100 a 120 mL.. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		MILILITRO	600	
150	267645	maleato de dexclorfeniramina; 2 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		COMPRIMIDO	5000	
151	273690	metilcelulose; 20 mg/mL (2%); solução oftálmica		FRASCO 10 mL	20	
152	270436	metotrexato; 2,5mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		COMPRIMIDO	600	
153	448576	micofenolato de sódio; 180 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		COMPRIMIDO	500	
154	448577	micofenolato de sódio; 360 mg; comprimido revestido de liberação retardada. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		COMPRIMIDO	1200	
		naproxeno sódico;				

155	273705	550 mg; comprimido revestido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		COMPRIMIDO	900		
156	273902	óleo amêndoas; 100%; óleo tópico. - Registrado na Anvisa como Medicamento de Notificação Simplificada (RDC nº 576/2021).		FRASCO 100 mL	600		
157	270907	paracetamol + fosfato de codeína; 500 mg + 30 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		COMPRIMIDO	2000		
158	267777	paracetamol; 200 mg/mL; solução oral; FRASCO; Volume: 10 a 15 mL. Registrado na Anvisa como Medicamento de Notificação Simplificada (RDC nº 576/2021).		MILILITRO	1200		
159	267778	paracetamol; 500 mg; comprimido; Registrado na Anvisa como Medicamento de Notificação Simplificada (RDC nº 576/2021).		COMPRIMIDO	8000		
160	313592	policresuleno; 360 mg/mL; solução tópica. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		FRASCO 12 mL	12		
161	267743	prednisona; 20 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		COMPRIMIDO	7000		
162	267741	prednisona; 5 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		COMPRIMIDO	1000		
163	285817	sirolimo; 1 mg; drágea. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		DRÁGEA	500		
164	285818	sirolimo; 2 mg; drágea. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		DRÁGEA	500		
		solução salina balanceada: cloreto de sódio + cloreto de potássio + cloreto de cálcio + cloreto					

165	394675	de magnésio + acetato de sódio tri-hidratado + citrato de sódio; 6,371 mg/mL + 0,746 mg/mL + 0,515 mg/mL + 0,305 mg/mL + 3,950 mg/mL + 1,670 mg/mL; solução intraocular. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		FRASCO 500 mL	400		
166	271600	succinato de metilprednisolona; 125 mg; pó para suspensão injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		FRASCO-AMPOLA	1000		
167	271599	succinato de metilprednisolona; 500 mg; pó para suspensão injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		FRASCO-AMPOLA	1500		
168	342135	succinato sódico de hidrocortisona; 100 mg; pó para solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		FRASCO-AMPOLA	3600		
169	342134	succinato sódico de hidrocortisona; 500 mg; pó para solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		FRASCO-AMPOLA	300		
170	304872	sulfato de morfina; 0,2 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		AMPOLA 1 mL	800		
171	304870	sulfato de morfina; 1 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		AMPOLA 2 mL	12200		
172	304871	sulfato de morfina; 10 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		AMPOLA 1 mL	1300		
173	271394	sulfato de morfina; 10 mg/mL; solução oral. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		FRASCO 60 mL	24		
		sulfato de morfina; 10 mg;					

174	271392	comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		COMPRIMIDO	3200		
175	294887	sulfato de salbutamol; 100 mcg/dose; suspensão inalatória aerossol. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		FRASCO 200 doses	1100		
176	268303	sulfato de salbutamol; 5 mg/mL; solução para nebulização. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		FRASCO 10 mL	120		
177	268098	tacrolimo; 1 mg; cápsula. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		CÁPSULA	3100		
178	336708	tacrolimo; 5 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		AMPOLA 1 mL	50		
179	268097	tacrolimo; 5 mg; cápsula. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		CÁPSULA	400		
180	434445	triancinolona hexacetonida; 20 mg/mL; suspensão injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		FRASCO-AMPOLA 5 mL	40		
181	274561	tropicamida; 10 mg/mL (1%); solução oftálmica. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		FRASCO 5 mL	300		
182	298548	vitamina A (palmitato de retinol) + vitamina D (colecalfiferol) + óxido de zinco; 5.000 UI/g + 900 UI/g + 150 mg/g; pomada dermatológica. - Registrado na Anvisa como Medicamento.		BISNAGA 45 g	1000		

4.3. Fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na ARP.

## 5. VIGÊNCIA

5.1. A ARP terá prazo de vigência de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogado por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.2. Para prorrogação da ARP, deverá ocorrer acordo específico entre as partes, observando-se os seguintes

parâmetros:

- I - com renovação total do quantitativo e/ou itens;
- II - com renovação parcial do quantitativo e/ou itens;
- III - sem renovação de quantitativos e/ou itens, mas apenas para execução do saldo remanescente.

5.3. Não será permitida a renovação de quantitativos antes da conclusão da vigência da ARP.

5.4. A vigência da ARP será automaticamente encerrada pelo decurso de seu prazo ou quando não restarem mais fornecedores registrados aptos a serem contratados.

## **6. FORMALIZAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL**

6.1. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Ebserh a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6.2. Em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou instrumento equivalente.

6.3. O fornecedor registrado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

6.3.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante a Ebserh para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Ebserh poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite do fornecedor, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

6.3.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Ebserh.

6.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa fornecedora, implica o reconhecimento de que:

6.4.1. referida Nota está substituindo o contrato;

6.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital e seus Anexos;

6.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos arts. 227 e 228 do RCC 3.0.

6.5. Previamente à contratação, a Ebserh realizará consulta ao Sicafe para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito da Ebserh, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29 da Instrução Normativa SEGES/MP n.º 03/2018 e, nos termos do art. 6º, inciso III, da Lei n.º 10.522/2002, consulta prévia ao Cadin.

6.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no Sicafe, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

6.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no Sicafe, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital e Anexos.

6.5.3. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a celebração do contrato ou instrumento equivalente, nos termos do art. 6º, inciso III, e art. 6º-A, da Lei n.º 10.522/2002.

6.5.4. Pode ser realizada diligência para oportunizar a comprovação de regularização da situação que deu causa à inclusão no Cadin, nos termos do art. 2º, §§ 5º e 6º, da Lei n.º 10.522/2002.

6.6. Nas contratações com valores acima de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), o fornecedor deverá apresentar programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado a partir da formalização do contrato.

6.6.1. A existência prévia de programa de integridade do fornecedor, seguida de apresentação sobre sua construção, seus dispositivos e seus resultados no referido prazo, supre o requisito.

6.6.2. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a sua vigência.

6.7. Na hipótese de o fornecedor registrado se recusar a assinar o contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Ebserh, a Ebserh poderá convocar os remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados em conformidade com este instrumento convocatório.

6.8. Caso nenhum dos remanescentes aceite a contratação nos termos do item anterior, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital, a Ebserh poderá:

6.8.1. convocar os remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do vencedor;

6.8.2. adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição;

6.8.3. revogar a licitação.

6.9. Os fornecedores convocados terão, em momento anterior à assinatura do contrato, as suas propostas e eventuais documentos complementares analisados, negociarão sua proposta com a Ebserh, bem como deverão comprovar os requisitos para habilitação.

6.10. A recusa injustificada do fornecedor registrado em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Ebserh caracterizará descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades estabelecidas no instrumento convocatório e à imediata perda da garantia de proposta, quando exigida, em favor da Ebserh.

## **7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

7.1. São obrigações da CONTRATANTE:

I - exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o presente instrumento e seus anexos;

II - receber o objeto nas condições e nos prazos estabelecidos no Termo de Referência;

III - prestar à CONTRATADA, em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias ao cumprimento do objeto.

IV - notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

V - acompanhar e fiscalizar a execução do presente instrumento e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA, através de equipe especialmente designada;

VI - efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

VII - aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei e no presente instrumento;

VIII - cientificar a Consultoria Jurídica da Ebserh para adoção das medidas cabíveis quando o assunto exceder as competências próprias da Equipe de Fiscalização da Ata de Registro de Preços;

IX - explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente instrumento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

X - notificar os emitentes das garantias, quando for o caso, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

XI - responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro apresentados pela CONTRATADA.

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.3. Demais obrigações da CONTRATANTE, caso existam, encontram-se descritas no Termo de Referência desta contratação.

## **8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes do presente instrumento e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

I - atender às determinações regulares emitidas pela Equipe de Fiscalização da Ata de Registro de Preços ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

II - reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela Equipe de Fiscalização da Ata de Registro de Preços, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

III - responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e

qualquer dano causado à CONTRATANTE ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

IV - quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - Sicaf, a CONTRATADA deverá entregar à Equipe de Fiscalização da Ata de Registro de Preços, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- c) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

V - responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do presente instrumento;

VI - paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

VII - manter, durante toda a vigência da ARP, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

VIII - guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da ARP;

IX - arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 196, inciso VI, do RCC 3.0;

X - cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;

XI - fornecer todos os produtos, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

XII - conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

XIII - receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

XIV - entregar o objeto, quando for o caso, acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

XV - responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/90), bem como por danos causados diretamente a terceiros ou à Ebserh independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

XVI - comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

XVII - verificar e cumprir, no que couber, as demais obrigações estabelecidas no Termo de Referência desta contratação.

## **9. EXECUÇÃO DO OBJETO**

9.1. A execução do objeto está definida no Termo de Referência.

## **10. GESTÃO DAS ATAS DE REGISTROS DE PREÇOS**

10.1. A Ebserh designará formalmente um conjunto de colaboradores, empregados públicos, servidores efetivos cedidos ou em exercício na Ebserh, para compor a Equipe de Fiscalização da Ata de Registro de Preços - EFARP, que será responsável pela gestão e fiscalização da ARP e respectivas Notas de Empenho, na qualidade de titulares ou

substitutos.

10.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução das ARPs consistem na verificação da conformidade da execução do objeto, com o objetivo de assegurar o fiel e perfeito cumprimento do ajuste, sendo executados da seguinte forma:

I - Abertura de processo administrativo específico: Será realizada a abertura de processo administrativo próprio, vinculado ao processo principal, destinado à consolidação da documentação referente à fiscalização contratual, viabilizando a juntada dos documentos relativos à execução da ARP.

II - Composição documental: O processo administrativo deverá conter o documento de designação da Equipe de Fiscalização da Ata de Registro de Preços, bem como os demais documentos relacionados à gestão e fiscalização da ata.

III - Atuação da Equipe de Fiscalização: O trabalho da EFARP deverá pautar-se na verificação da conformidade da execução da ARP, com base nos critérios previstos no Termo de Referência, observando-se ainda o Regulamento de Compras e Contratos (RCC 3.0) e demais normas aplicáveis. A equipe deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

IV - Consolidação das informações: O processo administrativo deverá consolidar todos os documentos relacionados à gestão da ARP, incluindo o controle de saldos, emissão de notas de empenho, registros de intercorrências na execução do objeto, bem como demais manifestações pertinentes.

V - Conteúdo mínimo do processo administrativo: O processo deverá contemplar, no mínimo, os seguintes pontos:

- a) Informações acerca da solicitação de alocação orçamentária e emissão de notas de empenho;
- b) Informações acerca do envio das ordens de fornecimento;
- c) Informações acerca da realização do recebimento dos bens;
- d) Informações acerca das aberturas dos processos de pagamento;
- e) Informações acerca da realização e/ou apoio nas atividades de armazenamento, movimentação interna, distribuição e dispensação dos produtos;
- f) Controle de saldos;
- g) Informações acerca de manifestação preliminar sobre solicitações de troca ou substituição de marcas e produtos;
- h) Informações acerca de manifestação preliminar sobre impactos decorrentes de alterações de preços ou cancelamento da ARP/Contrato;
- i) Informações acerca de manifestação preliminar sobre solicitações de remanejamento de saldos;
- j) Informações acerca de notificação preliminar dos fornecedores acerca de possíveis irregularidades no cumprimento de obrigações contratuais;
- k) Informações acerca de encaminhamento de abertura de processo sancionador, quando cabível;
- l) Gestão de riscos na execução contratual.

10.3. A Equipe de Fiscalização da Ata de Registro de Preços e a empresa contratada utilizarão os seguintes mecanismos de comunicação: reuniões remotas (videochamada/videoconferência) de trabalho, telefones, mensagens eletrônicas (e-mail) e/ou correspondências oficiais, adotando o critério de razoabilidade para definir o meio utilizado e respeitando à devida formalização.

10.4. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste instrumento e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto no Regulamento de Compras e Contratos - RCC 3.0.

10.5. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos.

## 11. ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Será permitida a ARP oriunda desta contratação, durante sua validade, para os seguintes órgãos e entidades que não tenham participado na origem do processo licitatório:

I - Hospitais Universitários vinculados à Rede Ebserh;

II - Hospitais Universitários que operam Unidades Gestoras vinculadas às Instituições Federais de Ensino Superior durante o período de transição de gestão para a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh;

III - Qualquer órgão ou entidade responsável pela execução das atividades contempladas no art. 1º da Lei nº 13.303/2016, desde que o órgão ou entidade operacionalize seus processos de contratação e execução contratual por meio do sítio gov.br;

11.2. A autorização da adesão está condicionada ao cumprimento dos seguintes requisitos:

11.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

11.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado; e

11.2.3. consulta e aceitação prévias da Administração Central ou do Hospital Universitário, na condição de gerenciador, bem como do fornecedor.

11.3. A autorização da Administração Central ou do Hospital Universitário, na condição de gerenciador, apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

11.3.1. O fornecedor beneficiário, ao optar pela aceitação ou não do fornecimento, deve avaliar previamente se a adesão não prejudicará as obrigações anteriormente assumidas com o gerenciador e demais órgãos/entidades participantes.

11.3.2. A consulta ao fornecedor beneficiário da ata sobre a aceitação do fornecimento deve conter a solicitação de informação sobre eventual direito a reajuste ou revisão de preços sobre o contrato a ser firmado, decorrente de fatos ocorridos em momento anterior à consulta, sob pena de configuração de preclusão do respectivo direito, por se tratar de informação essencial à análise da vantajosidade quanto ao uso do registro de preços.

11.3.3. A Administração Central ou o Hospital Universitário, na condição de gerenciador, poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

11.3.4. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei n.º 11.488, de 2007, o gerenciador a Administração Central ou o Hospital Universitário somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para a Administração Central ou o Hospital Universitário gerenciador e participantes ou já destinadas a aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU n.º 2957/2011 - Plenário).

11.4. Após a autorização da Administração Central ou do Hospital Universitário, na condição de gerenciador, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

11.5. Caberá à Administração Central ou ao Hospital Universitário, na condição de gerenciador, autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão ou entidade não participante.

11.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ARP da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 11.2.

11.7. O órgão gerenciador observará as seguintes regras de controle para a adesão à ARP:

I - As aquisições adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento (50%) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ARP para a Administração Central ou do Hospital Universitário, na condição de gerenciador, e para os órgãos ou as entidades participantes;

II - o quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ARP para a Administração Central ou do Hospital Universitário, na condição de gerenciador, e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ARP.

11.8. Compete ao órgão ou entidade não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observados os princípios da ampla defesa e do contraditório, das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ARP, em relação à sua demanda, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências à Administração Central ou ao Hospital Universitário, na condição de gerenciador.

## 12. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS

12.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados na ARP poderão ser remanejadas pela

Ebserh, enquanto gerenciadora, para os Hospitais Universitários sob sua gestão e para os não participantes do registro de preços.

12.2. Competirá ao órgão gerenciador autorizar o remanejamento solicitado.

12.3. O remanejamento somente será feito:

- I - da Administração Central para os Hospitais Universitários;
- II - de Hospitais Universitários para Hospitais Universitários;
- III - dos Hospitais Universitários para Administração Central;
- IV - da Administração Central ou dos Hospitais Universitários para a entidade participante; ou
- V - da Administração Central ou dos Hospitais Universitários para a entidade não participante.

12.4. Na hipótese de existência de Reserva Técnica estabelecida para a Administração Central da Ebserh, o remanejamento de saldos da ARP para os Hospitais Universitários da Ebserh participantes deverá ter autorização do órgão gerenciador, sendo necessária a anuência do fornecedor.

12.5. Para o remanejamento de saldos da ARP em que um órgão ou entidade sofrer redução dos quantitativos informados, necessitará de concordância direta deste órgão ou entidade.

12.6. Para as demais situações, caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades de Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ARP, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

12.7. Para fins operacionais, o remanejamento dos saldos da ARP para órgão ou entidade não participante, só ocorrerá quando o órgão ou entidade não participante tiver realizado pelo menos uma Adesão à ARP.

12.8. O remanejamento para órgão ou entidade não participante deverá observar os limites previstos para Adesão às ARPs.

### **13. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

13.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, nas seguintes situações:

- I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do art. 196, inciso VI, do RCC 3.0;
- II - em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- III - na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento sobre os preços registrados.

13.2. No caso de reajustamento, deve-se respeitar a contagem da anualidade e o índice previsto na contratação, qual seja, o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

13.3. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro da ARP deverá ser formulado pela empresa contratada durante a sua vigência e antes de eventual prorrogação.

### **14. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

14.1. Na hipótese de o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração Central ou o Hospital Universitário, na condição de gerenciador, convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

14.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

14.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

14.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o gerenciador procederá ao cancelamento da ARP, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

14.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ARP para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 196 do RCC 3.0.

14.2. Na hipótese de o preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

14.2.1. Nesse caso, o fornecedor encaminhará, com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

14.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pela Administração Central ou o Hospital Universitário, na condição de gerenciador, e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ARP, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas no RCC 3.0 e na legislação aplicável.

14.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

14.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, a Administração Central ou o Hospital Universitário, na condição de gerenciador, procederá ao cancelamento da ARP, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

14.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, a Administração Central ou o Hospital Universitário, na condição de gerenciador, atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

14.2.6. A Administração Central ou o Hospital Universitário, na condição de gerenciador, comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ARP sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual.

## 15. CANCELAMENTO

15.1. O registro de preços do fornecedor poderá ser cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- I - descumprir as condições da ARP, sem motivo justificado;
- II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Ebserh, sem justificativa razoável;
- III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e não houver comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado;
- IV - enquadrar-se em uma das hipóteses previstas no art. 70 do RCC 3.0; ou
- V - estiver inscrito no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin) e não regularizar sua situação após transcurso de prazo indicado em notificação formal expedida pela Ebserh.

15.2. Na hipótese de impedimento de participar de licitações e de ser contratado, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ARP, a Ebserh poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

15.3. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 15.2 será formalizado por despacho do gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

15.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, a Administração Central ou o Hospital Universitário, na condição de gerenciador, poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

15.5. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pela Administração Central ou pelo Hospital Universitário, na condição de gerenciador, de forma total ou parcial, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- I - por razão de interesse público;
- II - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- III - se não houver êxito nas negociações de preços registrados.

## 16. CADASTRO DE RESERVA

16.1. Na hipótese de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ARP, poderá ser utilizado o cadastro de reserva, que conterà o registro dos fornecedores que aceitarem cotar os produtos com preços iguais aos do vencedor, observada a classificação na licitação, e dos fornecedores que mantiverem sua proposta original.

16.2. A convocação observará a ordem de classificação dos fornecedores registrados na ata.

16.3. O cadastro de reserva contendo a relação dos fornecedores nele incluídos estará disponível no Anexo desta ARP, conforme Relatório Final do Processo Licitatório.

## 17. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. O descumprimento da ARP ensejará aplicação das sanções conforme estabelecidas no RCC 3.0.

17.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

17.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ARP, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidades participantes ou não participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão ou entidade participante ou não participante a aplicação da penalidade.

17.4. O órgão ou entidade participante ou não participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

17.5. Pela inexecução total ou parcial da ARP, a CONTRATANTE poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

17.5.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a CONTRATANTE;

17.5.2. Multa:

17.5.2.1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 11 (onze) dias. Após o 11º dia e a critério da Ebserh, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

17.5.2.2. Compensatória, para a inexecução parcial do instrumento substitutivo de termo de contrato, de até 20% (vinte por cento) o valor total da contratação, respeitados critérios de razoabilidade e proporcionalidade, considerando os impactos da obrigação inadimplida,

17.5.2.3. Compensatória, para a inexecução total do instrumento substitutivo de termo de contrato, de 20% (vinte por cento) do valor total da contratação.

17.5.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

17.5.3.1. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar poderá também ser aplicada à empresa que:

17.5.3.1.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

17.5.3.1.2. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados;

17.5.3.1.3. convocado dentro do prazo de validade da sua proposta ou da vigência da ata de registro de preços, não celebrar o contrato;

17.5.3.1.4. prestar declaração falsa durante a execução da ARP;

17.5.3.1.5. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto, sem motivo justificado;

17.5.3.1.6. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

17.5.3.1.7. praticar ato fraudulento na execução da ARP;

17.5.3.1.8. após manifestar formalmente interesse na prorrogação da ARP, não celebrar o aditivo de prorrogação;

17.6. As sanções de advertência e de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh poderão ser aplicadas juntamente com multa.

17.7. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

17.8. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Ebserh.

17.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no RCC 3.0 e, subsidiariamente, a Lei n.º 9.784/1999, não podendo o prazo concedido para apresentação de defesa prévia ser inferior a 10 (dez) dias úteis.

17.9.1. A comunicação do ato para fins de contagem de prazos será feita, preferencialmente, na forma eletrônica, desde que haja confirmação de recibo por parte da CONTRATADA.

17.10. Aplicada a sanção de multa, deverão ser adotadas as seguintes medidas de cobrança administrativa do débito:

17.10.1. emissão de Guia de Recolhimento da União (GRU) e envio para pagamento pelo fornecedor sancionado;

17.10.2. não realizado o pagamento da GRU, compensação total ou parcial do débito com eventuais créditos, inclusive pagamentos pendentes, que o fornecedor sancionado possua com a Ebserh, ainda que decorrentes de outros ajustes;

17.10.3. na hipótese de não existirem créditos disponíveis ou se forem insuficientes para quitar o débito, execução da garantia prestada pelo fornecedor sancionado, se houver;

17.10.4. não havendo garantia a ser executada, parcelamento total ou parcial do débito, mediante negociação entre a Ebserh e o fornecedor sancionado.

17.10.4.1. O parcelamento não se aplica à parcela do débito a ser compensada com eventuais créditos ou executada da garantia prestada, se houver.

17.11. A CONTRATANTE deverá consultar, antes de cada pagamento, o cadastro único de multas de que trata o art. 225, § 2º do RCC 3.0, devendo-se proceder à compensação total ou parcial caso seja identificada a existência de débito não quitado pelo credor do pagamento, com a respectiva atualização ou baixa no cadastro.

17.12. Poderá ser suspensa a cobrança de multas, em caráter excepcional, pelo período de até noventa dias, nas situações que envolvem o enfrentamento de impactos decorrentes de calamidade pública ou de emergência de saúde pública.

17.13. Esgotadas as medidas administrativas sem a integral quitação do débito, os autos serão remetidos à Consultoria Jurídica da Ebserh, para análise da viabilidade de cobrança judicial.

17.14. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Ebserh, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

17.15. No caso de infração que possa acarretar a sanção de multa ou de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar, pode ser firmado Termo de Ajustamento de Conduta como medida alternativa à instauração ou ao prosseguimento do processo administrativo sancionador, nos termos do art. 221 do RCC 3.0.

17.16. É admitida a reabilitação do fornecedor sancionado, desde que atendidos, cumulativamente, os requisitos do art. 226 do RCC 3.0.

17.17. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei n.º 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

17.18. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei n.º 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

17.19. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

17.20. Após o trânsito em julgado do processo, as sanções administrativas aplicadas pela Ebserh deverão ser registradas e publicadas no Sicaf, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e, no caso de sanção de multa, no Cadin, nos termos da Lei n.º 10.522/2002.

17.20.1. Quando a sanção aplicada decorrer de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, os dados relativos à penalidade deverão ser incluídos no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, nos termos da Lei n.º 12.846/2013, ou em outras plataformas de cadastro de inadimplentes de pessoas jurídicas autorizadas pela Ebserh.

17.21. As sanções aplicadas pelos Hospitais Universitários e pela Administração Central terão abrangência no âmbito de toda a Rede Ebserh.

## 18. CONDIÇÕES GERAIS

18.1. A formalização de cada contratação e os demais atos inerentes à presente ARP serão autorizados, caso a caso, pela autoridade responsável do órgão gerenciador, e, no caso dos órgãos participantes, pela respectiva autoridade responsável.

18.2. Integram este instrumento, o Edital do Pregão Eletrônico, seus anexos, bem como a proposta da empresa vencedora dos itens relacionados a essa ARP e demais anexos.

18.3. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.

18.4. A Equipe de Fiscalização da Ata de Registro de Preços conduzirá o gerenciamento de riscos durante toda execução da ARP.

18.5. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei n.º 13.303/2016, no Decreto n.º 8.945/2016, no RCC 3.0 e nas demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e normas e princípios gerais dos contratos.

18.6. É eleito o Foro da Justiça Federal, Subseção Judiciária de Juiz de Fora/MG, para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta Ata de Registro de Preços que não possam ser compostos pela conciliação.

*Juiz de Fora, data da última assinatura*

*(assinado eletronicamente)*

**REPRESENTANTE**

REPRESENTANTE LEGAL

*(assinado eletronicamente)*

**BRUNO AZEVEDO GOMES FREITAS**

GERENTE ADMINISTRATIVO

*(assinado eletronicamente)*

**JOSÉ OTÁVIO DO AMARAL CORREA**

SUPERINTENDENTE



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Ferreira da Silva Nascimento, Assistente Administrativo**, em 26/03/2026, às 16:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **59345248** e o código CRC **5EBE5FC4**.

**Referência:** Processo nº 23765.000766/2026-95 SEI nº 59345248



HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
Avenida Eugênio do Nascimento, s/nº - Bairro Dom Bosco  
Juiz de Fora-MG, CEP 36038-330  
- <https://hu-ufjf.hubrasil.gov.br>

Processo nº 23765.000766/2026-95

\* MINUTA DE DOCUMENTO

**TERMO DE CONTRATO - FORNECIMENTO CONTINUADO DE BENS RECORRENTES - MEDICAMENTOS**

**TERMO DE CONTRATO Nº .....,  
CELEBRADO ENTRE A EMPRESA BRASILEIRA DE  
SERVIÇOS HOSPITALARES (EBSERH), UNIDADE  
HOSPITALAR HU-UFJF, E .....**

**CONTRATANTE: EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES (EBSERH), UNIDADE HOSPITALAR HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (HU-UFJF)**, sediada na Avenida Eugênio do Nascimento, S/N, Aeroporto, Juiz de Fora/MG, CEP: 36.038-330, inscrita no CNPJ sob o nº 15.126.437/0025-10, UG-155903, neste ato representada pelo seu Superintendente, **José Otávio do Amaral Correa**, matrícula funcional nº 1299005, nomeado pela Portaria nº 399, de 30/06/2025, e por seu Gerente Administrativo, **Bruno Azevedo Gomes Freitas**, matrícula funcional nº 1840033, nomeado pela Portaria nº 099, de 22/03/2024, ambos no uso das atribuições conferidas pelo art. 277 do Regulamento de Compras e Contratos da Ebserh, versão 3.0, aprovado por meio da Resolução nº 297/2025 do Conselho de Administração;

**CONTRATADA:** ....., com sede na ....., CEP ....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., Telefone: ....., E-mail: ....., representada neste ato por (*nome*), CPF nº ....., *conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos*;

Conforme Processo Administrativo nº 23765.000766/2026-95, de acordo com o Pregão Eletrônico SRP nº XXX/XX, proposta comercial apresentada, Termo de Referência, seus encartes e anexos, a CONTRATANTE e a CONTRATADA celebram o presente Termo de Contrato, decorrente da Ata de Registro de Preços nº XXX/XXXX, nos termos da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, do Regulamento de Compras e Contratos, versão 3.0 (RCC 3.0), dos normativos internos da Ebserh, de forma subsidiária, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e mediante as cláusulas e condições estabelecidas a seguir.

**1. OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é o fornecimento continuado de **MEDICAMENTOS DO APARELHO RESPIRATÓRIO, ANTI-INFLAMATÓRIOS, ANALGÉSICOS, ANTITÉRMICOS, IMUNOTERAPIA E ALERGIA, DERMATOLÓGICOS, ODONTOLÓGICOS E OFTÁLMICOS**, a fim de atender as necessidades do Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora (HU/UFJF), nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. As especificações do objeto, quantidades totais e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as descritas abaixo, conforme Termo de Referência anexo dessa contratação

ITEM	AGHU	CATMAT	DESCRIÇÃO COMPLETA	UNIDADE	QUANTIDADE
1	211907	272793	acetato de fludrocortisona; 0,1 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	300
2	17256	345240	acetato de hidrocortisona; 10 mg/g; creme dermatológico. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	BISNAGA 30 g	70

3	160601	274806	acetilcisteína; 600 mg; granulado para solução oral. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	ENVELOPE 5 g	1200
4	13544	267502	ácido acetilsalicílico; 100 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	4200
5	13722	292402	aminofilina; 24 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 10 mL	100
6	13870	268083	azatioprina; 50 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	700
7	288942	363099	azul de tripan; 0,1% (1 mg/mL); solução oftalmológica estéril. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO-AMPOLA 1 mL	280
8	150916	268331	brometo de ipratrópio; 0,25 mg/mL; solução inalatória. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 20 mL	900
9	605481	268332	brometo de ipratrópio; 20 mcg/dose; solução aerossol inalatória. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 200 doses	48
10	290865	282220	carbacol; 0,1 mg/mL (0,01%); solução ocular injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO-AMPOLA 2 mL	150
11	290946	448844	cetoprofeno; 100 mg; pó liofilizado injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO-AMPOLA	6300
12	290947	268422	cetoprofeno; 50 mg; cápsula. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	CÁPSULA	800
13	16977	302942	ciclosporina; 100 mg/mL; solução oral. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 50 mL	20
			ciclosporina; 100 mg; cápsula. - Registrado na		

14	194280	271107	Anvisa como Medicamento.	CÁPSULA	500
15	194271	271104	ciclosporina; 25 mg; cápsula. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	CÁPSULA	500
16	291002	340165	ciclosporina; 50 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 5 mL	100
17	176192	340165	ciclosporina; 50 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 1 mL	500
18	292292	271106	ciclosporina; 50 mg; cápsula. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	CÁPSULA	600
19	14125	272134	cloridrato de ciclopentolato; 10 mg/mL (1%); solução oftálmica. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 5 mL	30
20	273733	272217	cloridrato de difenidramina; 50 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 1 mL	270
21	506258	271790	cloridrato de fenilefrina; 100 mg/mL (10%); solução oftálmica; medicamento especialmente manipulado; frasco de 5 a 10 mL.	MILILITRO	500
22	506264	394263	cloridrato de hidroxizina; 2 mg/mL; solução oral; frasco 100 a 120 mL.. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	MILILITRO	10000
23	502720	269851	cloridrato de lidocaína + epinefrina; 20 mg/mL (2%) + 10 mcg/mL (1:100.000); solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	CARPULE 1,8 mL	800
24	502721	357788	cloridrato de mepivacaína; 30 mg/mL (3%); solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	CARPULE 1,8 mL	50

25	247286	268093	cloridrato de metadona; 10 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	2300
26	180254	268501	cloridrato de nalbufina; 10 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 1 mL	50
27	17574	272329	cloridrato de petidina; 50 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 2 mL	25
28	17760	267769	cloridrato de prometazina; 25 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 2 mL	280
29	17752	267768	cloridrato de prometazina; 25 mg; comprimido revestido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	400
30	506260	292380	cloridrato de tramadol; 100 mg/mL; solução oral. FRASCO Volume: 10 a 15 mL.. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	MILILITRO	700
31	291167	292382	cloridrato de tramadol; 50 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 1 mL	10000
32	288965	268958	colagenase; 0,6 U/g; pomada. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	BISNAGA 30 g	420
33	505966	337468	desloratadina; 0,5 mg/mL; xarope; frasco 60 a 100 mL.. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	MILILITRO	1000
34	14540	267187	dexametasona; 1 mg/mL; suspensão oftálmica. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 5 mL	35
35	16390	269388	dexametasona; 4 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	3000
			diclofenaco sódico; 25 mg/mL;		

36	16411	271003	solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 3 mL	50
37	289004	273310	dicloridrato de hidroxizina; 25 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	1100
38	500944	341174	digliconato de clorexidina; 0,12%; solução para colutório. Antisséptico bucal. Sem álcool ou corante. Não irritante. - Regularizado na Anvisa como Cosmético (RDC nº 907/2024).	FRASCO 1.000 mL	36
39	198650	341174	digliconato de clorexidina; 0,12%; solução para colutório. Antisséptico bucal. Sem álcool ou corante. Não irritante. Regularizado na Anvisa como Cosmético (RDC nº 907/2024)	FRASCO 250 mL	600
40	14826	268252	dipirona; 500 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 2 mL	70000
41	506256	267205	dipirona; 500 mg/mL; solução oral; FRASCO Volume: 10 a 30 mL.. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	MILILITRO	9000
42	980283	267203	dipirona; 500 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	21000
43	180980	466172	dipropionato de beclometasona; 250 mcg/dose; solução inalatória oral; aerossol. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 200 doses	150
44	180572	346586	dipropionato de beclometasona; 50 mcg/dose; solução inalatória oral; aerossol. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 200 doses	120
45	153206	267582	dipropionato de beclometasona; 50 mcg/dose; suspensão nasal. - Registrado na	FRASCO 200 doses	20

			Anvisa como Medicamento.		
46	503182	369179	everolimo; 1 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	360
47	100994	272944	fluoresceína sódica; 10 mg/mL (1%); solução oftálmica. - Registrado na Anvisa como Produto para saúde.	FRASCO 3 mL	300
48	291031	272949	fluoresceína sódica; 200 mg/mL (20%); solução oftálmica injetável. - Registrado na Anvisa como Produto para saúde.	FRASCO-AMPOLA 5 mL	400
49	980276	292427	fosfato dissódico de dexametasona; 4 mg/mL; solução injetável; ampola ou frasco-ampola.. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	UNIDADE 2,5 mL	7900
50	506265	448595	fosfato sódico de prednisolona; 3 mg/mL; solução oral; FRASCO Volume: 60 a 120 mL.. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	MILILITRO	10000
51	506480	435443	fumarato de formoterol + budesonida; 6 mcg/dose + 200 mcg/dose; suspensão inalatória aerossol. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 120 doses	48
52	289016	396741	hipromelose (metilcelulose) + dextrana; 3 mg/mL (0,3%) + 1 mg/mL (0,1%); solução oftálmica. Registrado na Anvisa como medicamento.	FRASCO 15 mL	125
53	290915	273694	hipromelose (metilcelulose); 20 mg/mL (2%); solução intraocular. - Registrado na Anvisa como Produto para saúde.	SERINGA PREENCHIDA 1,5 mL	700
54	278526	294643	ibuprofeno; 50 mg/mL; suspensão oral. - Registrado	FRASCO 30 mL	70

			na Anvisa como Medicamento.		
55	505768	381706	iodo + iodeto de potássio (lugol); 2% (20 mg/mL) + 4% (40 mg/mL); solução. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 1.000 mL	16
56	186104	461988	iodopovidona; 50 mg/mL (5%); solução oftálmica; medicamento especialmente manipulado; frasco de 1 a 10 mL	MILILITRO	100
57	506254	267646	maleato de dexclorfeniramina; 0,4 mg/mL; solução oral; frasco 100 a 120 mL.. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	MILILITRO	600
58	14583	267645	maleato de dexclorfeniramina; 2 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	5000
59	100870	273690	metilcelulose; 20 mg/mL (2%); solução oftálmica	FRASCO 10 mL	20
60	16209	270436	metotrexato; 2,5mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	600
61	274083	448576	micofenolato de sódio; 180 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	500
62	256625	448577	micofenolato de sódio; 360 mg; comprimido revestido de liberação retardada. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	1200
63	17310	273705	naproxeno sódico; 550 mg; comprimido revestido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	900
64	291003	273902	óleo amêndoas; 100%; óleo tópico. - Registrado na Anvisa como Medicamento de Notificação Simplificada (RDC nº 576/2021).	FRASCO 100 mL	600
			paracetamol +		

65	289076	270907	fosfato de codeína; 500 mg + 30 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	2000
66	506266	267777	paracetamol; 200 mg/mL; solução oral; FRASCO; Volume: 10 a 15 mL. Registrado na Anvisa como Medicamento de Notificação Simplificada (RDC nº 576/2021).	MILILITRO	1200
67	13560	267778	paracetamol; 500 mg; comprimido; Registrado na Anvisa como Medicamento de Notificação Simplificada (RDC nº 576/2021).	COMPRIMIDO	8000
68	291004	313592	policresuleno; 360 mg/mL; solução tópica. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 12 mL	12
69	17680	267743	prednisona; 20 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	7000
70	17671	267741	prednisona; 5 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	1000
71	503184	285817	sirolimo; 1 mg; drácea. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	DRÁGEA	500
72	503183	285818	sirolimo; 2 mg; drácea. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	DRÁGEA	500
73	149195	394675	solução salina balanceada: cloreto de sódio + cloreto de potássio + cloreto de cálcio + cloreto de magnésio + acetato de sódio tri-hidratado + citrato de sódio; 6,371 mg/mL + 0,746 mg/mL + 0,515 mg/mL + 0,305 mg/mL + 3,950 mg/mL + 1,670 mg/mL; solução intraocular. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 500 mL	400
			succinato de		

74	106496	271600	metilprednisolona; 125 mg; pó para suspensão injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO-AMPOLA	1000
75	16420	271599	succinato de metilprednisolona; 500 mg; pó para suspensão injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO-AMPOLA	1500
76	15474	342135	succinato sódico de hidrocortisona; 100 mg; pó para solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO-AMPOLA	3600
77	15482	342134	succinato sódico de hidrocortisona; 500 mg; pó para solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO-AMPOLA	300
78	262463	304872	sulfato de morfina; 0,2 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 1 mL	800
79	189910	304870	sulfato de morfina; 1 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 2 mL	12200
80	506219	304871	sulfato de morfina; 10 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 1 mL	1300
81	270362	271394	sulfato de morfina; 10 mg/mL; solução oral. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 60 mL	24
82	19259	271392	sulfato de morfina; 10 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	3200
83	135950	294887	sulfato de salbutamol; 100 mcg/dose; suspensão inalatória aerossol. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 200 doses	1100
			sulfato de salbutamol; 5 mg/mL; solução		

84	506278	268303	para nebulização. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 10 mL	120
85	501990	268098	tacrolimo; 1 mg; cápsula. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	CÁPSULA	3100
86	262447	336708	tacrolimo; 5 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 1 mL	50
87	501992	268097	tacrolimo; 5 mg; cápsula. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	CÁPSULA	400
88	263605	434445	triancinolona hexacetona; 20 mg/mL; suspensão injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO-AMPOLA 5 mL	40
89	18198	274561	tropicamida; 10 mg/mL (1%); solução oftálmica. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 5 mL	300
90	289005	298548	vitamina A (palmitato de retinol) + vitamina D (colecalfiferol) + óxido de zinco; 5.000 UI/g + 900 UI/g + 150 mg/g; pomada dermatológica. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	BISNAGA 45 g	1000
91	211907	272793	acetato de fludrocortisona; 0,1 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	300
92	17256	345240	acetato de hidrocortisona; 10 mg/g; creme dermatológico. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	BISNAGA 30 g	70
93	160601	274806	acetilcisteína; 600 mg; granulado para solução oral. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	ENVELOPE 5 g	1200
94	13544	267502	ácido acetilsalicílico; 100 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como	COMPRIMIDO	4200

			Medicamento.		
95	13722	292402	aminofilina; 24 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 10 mL	100
96	13870	268083	azatioprina; 50 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	700
97	288942	363099	azul de tripan; 0,1% (1 mg/mL); solução oftalmológica estéril. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO-AMPOLA 1 mL	280
98	150916	268331	brometo de ipratrópio; 0,25 mg/mL; solução inalatória. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 20 mL	900
99	605481	268332	brometo de ipratrópio; 20 mcg/dose; solução aerossol inalatória. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 200 doses	48
100	290865	282220	carbacol; 0,1 mg/mL (0,01%); solução ocular injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO-AMPOLA 2 mL	150
101	290946	448844	cetoprofeno; 100 mg; pó liofilizado injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO-AMPOLA	6300
102	290947	268422	cetoprofeno; 50 mg; cápsula. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	CÁPSULA	800
103	16977	302942	ciclosporina; 100 mg/mL; solução oral. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 50 mL	20
104	194280	271107	ciclosporina; 100 mg; cápsula. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	CÁPSULA	500
105	194271	271104	ciclosporina; 25 mg; cápsula. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	CÁPSULA	500
106	291002	340165	ciclosporina; 50 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como	AMPOLA 5 mL	100

			Medicamento.		
107	176192	340165	ciclosporina; 50 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 1 mL	500
108	292292	271106	ciclosporina; 50 mg; cápsula. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	CÁPSULA	600
109	14125	272134	cloridrato de ciclopentolato; 10 mg/mL (1%); solução oftálmica. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 5 mL	30
110	273733	272217	cloridrato de difenidramina; 50 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 1 mL	270
111	506258	271790	cloridrato de fenilefrina; 100 mg/mL (10%); solução oftálmica; medicamento especialmente manipulado; frasco de 5 a 10 mL.	MILILITRO	500
112	506264	394263	cloridrato de hidroxizina; 2 mg/mL; solução oral; frasco 100 a 120 mL.. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	MILILITRO	10000
113	502720	269851	cloridrato de lidocaína + epinefrina; 20 mg/mL (2%) + 10 mcg/mL (1:100.000); solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	CARPULE 1,8 mL	800
114	502721	357788	cloridrato de mepivacaína; 30 mg/mL (3%); solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	CARPULE 1,8 mL	50
115	247286	268093	cloridrato de metadona; 10 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	2300
116	180254	268501	cloridrato de nalbufina; 10 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 1 mL	50

117	17574	272329	cloridrato de petidina; 50 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 2 mL	25
118	17760	267769	cloridrato de prometazina; 25 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 2 mL	280
119	17752	267768	cloridrato de prometazina; 25 mg; comprimido revestido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	400
120	506260	292380	cloridrato de tramadol; 100 mg/mL; solução oral. FRASCO Volume: 10 a 15 mL.. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	MILILITRO	700
121	291167	292382	cloridrato de tramadol; 50 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 1 mL	10000
122	288965	268958	colagenase; 0,6 U/g; pomada. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	BISNAGA 30 g	420
123	505966	337468	desloratadina; 0,5 mg/mL; xarope; frasco 60 a 100 mL.. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	MILILITRO	1000
124	14540	267187	dexametasona; 1 mg/mL; suspensão oftálmica. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 5 mL	35
125	16390	269388	dexametasona; 4 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	3000
126	16411	271003	diclofenaco sódico; 25 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 3 mL	50
127	289004	273310	dicloridrato de hidroxizina; 25 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	1100
			digliconato de clorexidina;		

128	500944	341174	0,12%; solução para colutório. Antisséptico bucal. Sem álcool ou corante. Não irritante. - Regularizado na Anvisa como Cosmético (RDC nº 907/2024).	FRASCO 1.000 mL	36
129	198650	341174	digliconato de clorexidina; 0,12%; solução para colutório. Antisséptico bucal. Sem álcool ou corante. Não irritante. Regularizado na Anvisa como Cosmético (RDC nº 907/2024)	FRASCO 250 mL	600
130	14826	268252	dipirona; 500 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 2 mL	70000
131	506256	267205	dipirona; 500 mg/mL; solução oral; FRASCO Volume: 10 a 30 mL.. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	MILILITRO	9000
132	980283	267203	dipirona; 500 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	21000
133	180980	466172	dipropionato de beclometasona; 250 mcg/dose; solução inalatória oral; aerossol. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 200 doses	150
134	180572	346586	dipropionato de beclometasona; 50 mcg/dose; solução inalatória oral; aerossol. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 200 doses	120
135	153206	267582	dipropionato de beclometasona; 50 mcg/dose; suspensão nasal. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 200 doses	20
136	503182	369179	everolimo; 1 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	360
137	100994	272944	fluoresceína sódica; 10 mg/mL (1%); solução oftálmica. - Registrado na	FRASCO 3 mL	300

			Anvisa como Produto para saúde.		
138	291031	272949	fluoresceína sódica; 200 mg/mL (20%); solução oftálmica injetável. - Registrado na Anvisa como Produto para saúde.	FRASCO-AMPOLA 5 mL	400
139	980276	292427	fosfato dissódico de dexametasona; 4 mg/mL; solução injetável; ampola ou frasco-ampola.. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	UNIDADE 2,5 mL	7900
140	506265	448595	fosfato sódico de prednisolona; 3 mg/mL; solução oral; FRASCO Volume: 60 a 120 mL.. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	MILILITRO	10000
141	506480	435443	fumarato de formoterol + budesonida; 6 mcg/dose + 200 mcg/dose; suspensão inalatória aerossol. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 120 doses	48
142	289016	396741	hipromelose (metilcelulose) + dextrana; 3 mg/mL (0,3%) + 1 mg/mL (0,1%); solução oftálmica. Registrado na Anvisa como medicamento.	FRASCO 15 mL	125
143	290915	273694	hipromelose (metilcelulose); 20 mg/mL (2%); solução intraocular. - Registrado na Anvisa como Produto para saúde.	SERINGA PREENCHIDA 1,5 mL	700
144	278526	294643	ibuprofeno; 50 mg/mL; suspensão oral. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 30 mL	70
145	142905	343089	imunoglobulina antitimócitos humanos (coelho); 25 mg; pó para solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO-AMPOLA	230
			imunoglobulina humana; 50		

146	980409	443644	mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO-AMPOLA 100 mL	600
147	505768	381706	iodo + iodeto de potássio (lugol); 2% (20 mg/mL) + 4% (40 mg/mL); solução. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 1.000 mL	16
148	186104	461988	iodopovidona; 50 mg/mL (5%); solução oftálmica; medicamento especialmente manipulado; frasco de 1 a 10 mL	MILILITRO	100
149	506254	267646	maleato de dexclorfeniramina; 0,4 mg/mL; solução oral; frasco 100 a 120 mL.. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	MILILITRO	600
150	14583	267645	maleato de dexclorfeniramina; 2 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	5000
151	100870	273690	metilcelulose; 20 mg/mL (2%); solução oftálmica	FRASCO 10 mL	20
152	16209	270436	metotrexato; 2,5mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	600
153	274083	448576	micofenolato de sódio; 180 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	500
154	256625	448577	micofenolato de sódio; 360 mg; comprimido revestido de liberação retardada. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	1200
155	17310	273705	naproxeno sódico; 550 mg; comprimido revestido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	900
156	291003	273902	óleo amêndoas; 100%; óleo tópico. - Registrado na Anvisa como Medicamento de Notificação Simplificada (RDC	FRASCO 100 mL	600

			nº 576/2021).		
157	289076	270907	paracetamol + fosfato de codeína; 500 mg + 30 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	2000
158	506266	267777	paracetamol; 200 mg/mL; solução oral; FRASCO; Volume: 10 a 15 mL. Registrado na Anvisa como Medicamento de Notificação Simplificada (RDC nº 576/2021).	MILILITRO	1200
159	13560	267778	paracetamol; 500 mg; comprimido; Registrado na Anvisa como Medicamento de Notificação Simplificada (RDC nº 576/2021).	COMPRIMIDO	8000
160	291004	313592	policresuleno; 360 mg/mL; solução tópica. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 12 mL	12
161	17680	267743	prednisona; 20 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	7000
162	17671	267741	prednisona; 5 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	1000
163	503184	285817	sirolimo; 1 mg; drágea. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	DRÁGEA	500
164	503183	285818	sirolimo; 2 mg; drágea. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	DRÁGEA	500
165	149195	394675	solução salina balanceada: cloreto de sódio + cloreto de potássio + cloreto de cálcio + cloreto de magnésio + acetato de sódio tri-hidratado + citrato de sódio; 6,371 mg/mL + 0,746 mg/mL + 0,515 mg/mL + 0,305 mg/mL + 3,950 mg/mL + 1,670 mg/mL; solução intraocular. - Registrado na	FRASCO 500 mL	400

			Anvisa como Medicamento.		
166	106496	271600	succinato de metilprednisolona; 125 mg; pó para suspensão injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO-AMPOLA	1000
167	16420	271599	succinato de metilprednisolona; 500 mg; pó para suspensão injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO-AMPOLA	1500
168	15474	342135	succinato sódico de hidrocortisona; 100 mg; pó para solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO-AMPOLA	3600
169	15482	342134	succinato sódico de hidrocortisona; 500 mg; pó para solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO-AMPOLA	300
170	262463	304872	sulfato de morfina; 0,2 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 1 mL	800
171	189910	304870	sulfato de morfina; 1 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 2 mL	12200
172	506219	304871	sulfato de morfina; 10 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 1 mL	1300
173	270362	271394	sulfato de morfina; 10 mg/mL; solução oral. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 60 mL	24
174	19259	271392	sulfato de morfina; 10 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	3200
175	135950	294887	sulfato de salbutamol; 100 mcg/dose; suspensão inalatória aerossol. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 200 doses	1100

176	506278	268303	sulfato de salbutamol; 5 mg/mL; solução para nebulização. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 10 mL	120
177	501990	268098	tacrolimo; 1 mg; cápsula. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	CÁPSULA	3100
178	262447	336708	tacrolimo; 5 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 1 mL	50
179	501992	268097	tacrolimo; 5 mg; cápsula. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	CÁPSULA	400
180	263605	434445	triancinolona hexacetona; 20 mg/mL; suspensão injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO-AMPOLA 5 mL	40
181	18198	274561	tropicamida; 10 mg/mL (1%); solução oftálmica. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 5 mL	300
182	289005	298548	vitamina A (palmitato de retinol) + vitamina D (colecalfiferol) + óxido de zinco; 5.000 UI/g + 900 UI/g + 150 mg/g; pomada dermatológica. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	BISNAGA 45 g	1000

1.3. Vinculam a este contrato, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. o Termo de Referência;
- 1.3.3. o instrumento convocatório;
- 1.3.5. a Ata de Registro de Preços;
- 1.3.7. a proposta da CONTRATADA;
- 1.3.9. eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. Caso haja divergência entre os descritivos dos itens no Termo de Referência e Anexos e no Portal de Compras do Governo Federal, prevalecerá o descritivo constante no Termo de Referência e Anexos.

## 2. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

2.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, as normas da Lei n.º 13.303/2016 e do RCC 3.0, os critérios previstos no Termo de Referência, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

2.2. As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

2.2.1. A EFC e a CONTRATADA utilizarão os seguintes mecanismos de comunicação: reuniões remotas (videochamada/videoconferência) de trabalho, telefones, mensagens eletrônicas (e-mail) e/ou correspondências oficiais, adotando o critério de razoabilidade para definir o meio utilizado e respeitando a devida formalização.

2.3. A CONTRATANTE poderá convocar representante da CONTRATADA para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

2.4. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da execução do objeto, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por uma Equipe de Fiscalização de Contrato - EFC, especialmente designadas para tal, na forma do RCC 3.0.

2.4.1. A CONTRATANTE designará formalmente um conjunto de profissionais com vínculo direto com a Administração Pública, seja celetista, comissionado ou estatutário, para compor a Equipe de Fiscalização de Contrato (EFC), nos termos do art. 210 do RCC 3.0.

2.5. A EFC deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, utilizando-se, para isso, a abertura de processo administrativo específico, relacionado ao principal, para consolidar a documentação referente à fiscalização contratual, viabilizando a juntada de documentos referentes à execução do contrato.

2.5.1. O processo administrativo específico para gestão e fiscalização do Contrato servirá para registrar a designação e organização da EFC, consolidar demais documentos relacionados a essa gestão, o controle de saldos, emissão de notas de empenho, registros de intercorrências na execução o objeto, bem como demais manifestações pertinentes.

2.6. Cabe ao gestor do contrato:

2.6.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de entrega, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

2.6.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

2.6.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

2.6.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

2.6.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, conforme o caso.

2.6.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da CONTRATANTE.

2.6.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

2.7. Compete ao fiscal técnico:

2.7.1. acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a CONTRATANTE.

2.7.2. anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

2.7.3. emitir notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção, quando identificada qualquer inexatidão ou irregularidade.

2.7.4. informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

2.7.5. comunicar imediatamente ao gestor do contrato no caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas.

2.7.6. comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

2.8. A EFC contará com o suporte das áreas de acompanhamento e de fiscalização administrativa, que atuarão para disseminar boas práticas e para apoiar a instituição de controles internos administrativos sobre gestão e fiscalização, nos termos do art. 213 do RCC 3.0.

2.8.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

2.8.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

2.9. Para as aquisições de materiais de consumo, conforme o objeto da contratação, a EFC irá ainda conduzir os processos referentes a gestão e fiscalização, de forma a contemplar minimamente os seguintes pontos destacados:

- 2.9.1. solicitação de alocação orçamentária e emissão de notas de empenho;
- 2.9.2. envio das ordens de fornecimento;
- 2.9.3. controle de saldos;
- 2.9.4. manifestação preliminar sobre a solicitação de troca ou substituição de marcas e produtos;
- 2.9.5. manifestação preliminar sobre a avaliação dos impactos sobre eventuais alterações de preços ou cancelamento do contrato;
- 2.9.6. realização e/ou apoio quanto ao armazenamento, movimentação interna, distribuição e dispensação dos materiais;
- 2.9.7. abertura de processos de pagamentos;
- 2.9.8. notificação preliminar dos fornecedores acerca de possíveis irregularidades no cumprimento de obrigações;
- 2.9.9. encaminhamento para abertura de processo sancionador;
- 2.9.10. realização do recebimento;
- 2.9.11. gestão de riscos na execução contratual.

2.10. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

### 3. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1. Os critérios referentes ao modelo de execução do objeto estão definidos no Termo de Referência.

### 4. PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O valor total da contratação é de ..... (.....), conforme tabela abaixo:

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	272793	acetato de fludrocortisona; 0,1 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	300		
2	345240	acetato de hidrocortisona; 10 mg/g; creme dermatológico. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	BISNAGA 30 g	70		
3	274806	acetilcisteína; 600 mg; granulado para solução oral. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	ENVELOPE 5 g	1200		
4	267502	ácido acetilsalicílico; 100 mg; comprimido.	COMPRIMIDO	4200		

		Registrado na Anvisa como Medicamento.			
5	292402	aminofilina; 24 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 10 mL	100	
6	268083	azatioprina; 50 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	700	
7	363099	azul de tripan; 0,1% (1 mg/mL); solução oftalmológica estéril. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO-AMPOLA 1 mL	280	
8	268331	brometo de ipratrópio; 0,25 mg/mL; solução inalatória. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 20 mL	900	
9	268332	brometo de ipratrópio; 20 mcg/dose; solução aerossol inalatória. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 200 doses	48	
10	282220	carbacol; 0,1 mg/mL (0,01%); solução ocular injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO-AMPOLA 2 mL	150	
11	448844	cetoprofeno; 100 mg; pó liofilizado injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO-AMPOLA	6300	
12	268422	cetoprofeno; 50 mg; cápsula. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	CÁPSULA	800	
13	302942	ciclosporina; 100 mg/mL; solução oral. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 50 mL	20	
14	271107	ciclosporina; 100 mg; cápsula. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	CÁPSULA	500	
15	271104	ciclosporina; 25 mg; cápsula. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	CÁPSULA	500	
		ciclosporina; 50 mg/mL; solução injetável. -	AMPOLA 5		

16	340165	Registrado na Anvisa como Medicamento.	mL	100		
17	340165	ciclosporina; 50 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 1 mL	500		
18	271106	ciclosporina; 50 mg; cápsula. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	CÁPSULA	600		
19	272134	cloridrato de ciclopentolato; 10 mg/mL (1%); solução oftálmica. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 5 mL	30		
20	272217	cloridrato de difenidramina; 50 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 1 mL	270		
21	271790	cloridrato de fenilefrina; 100 mg/mL (10%); solução oftálmica; medicamento especialmente manipulado; frasco de 5 a 10 mL.	MILILITRO	500		
22	394263	cloridrato de hidroxizina; 2 mg/mL; solução oral; frasco 100 a 120 mL.. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	MILILITRO	10000		
23	269851	cloridrato de lidocaína + epinefrina; 20 mg/mL (2%) + 10 mcg/mL (1:100.000); solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	CARPULE 1,8 mL	800		
24	357788	cloridrato de mepivacaína; 30 mg/mL (3%); solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	CARPULE 1,8 mL	50		
25	268093	cloridrato de metadona; 10 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	2000		
26	268501	cloridrato de nalbufina; 10 mg/mL; solução injetável. - Registrado na	AMPOLA 1 mL	50		

		Anvisa como Medicamento.			
27	272329	cloridrato de piritidina; 50 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 2 mL	25	
28	267769	cloridrato de prometazina; 25 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 2 mL	280	
29	267768	cloridrato de prometazina; 25 mg; comprimido revestido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	400	
30	292380	cloridrato de tramadol; 100 mg/mL; solução oral. FRASCO Volume: 10 a 15 mL.. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	MILILITRO	700	
31	292382	cloridrato de tramadol; 50 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 1 mL	10000	
32	268958	colagenase; 0,6 U/g; pomada. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	BISNAGA 30 g	420	
33	337468	desloratadina; 0,5 mg/mL; xarope; frasco 60 a 100 mL.. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	MILILITRO	1000	
34	267187	dexametasona; 1 mg/mL; suspensão oftálmica. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 5 mL	35	
35	269388	dexametasona; 4 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	3000	
36	271003	diclofenaco sódico; 25 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 3 mL	50	
37	273310	dicloridrato de hidroxizina; 25 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	1100	

38	341174	digliconato de clorexidina; 0,12%; solução para colutório. Antisséptico bucal. Sem álcool ou corante. Não irritante. - Regularizado na Anvisa como Cosmético (RDC nº 907/2024).	FRASCO 1.000 mL	36		
39	341174	digliconato de clorexidina; 0,12%; solução para colutório. Antisséptico bucal. Sem álcool ou corante. Não irritante. Regularizado na Anvisa como Cosmético (RDC nº 907/2024)	FRASCO 250 mL	600		
40	268252	dipirona; 500 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 2 mL	70000		
41	267205	dipirona; 500 mg/mL; solução oral; FRASCO Volume: 10 a 30 mL.. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	MILILITRO	9000		
42	267203	dipirona; 500 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	21000		
43	466172	dipropionato de beclometasona; 250 mcg/dose; solução inalatória oral; aerossol. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 200 doses	150		
44	346586	dipropionato de beclometasona; 50 mcg/dose; solução inalatória oral; aerossol. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 200 doses	120		
45	267582	dipropionato de beclometasona; 50 mcg/dose; suspensão nasal. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 200 doses	20		
46	369179	everolimo; 1 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	360		
		fluoresceína sódica; 10 mg/mL (1%); solução				

47	272944	oftálmica. - Registrado na Anvisa como Produto para saúde.	FRASCO 3 mL	300		
48	272949	fluoresceína sódica; 200 mg/mL (20%); solução oftálmica injetável. - Registrado na Anvisa como Produto para saúde.	FRASCO-AMPOLA 5 mL	400		
49	292427	fosfato dissódico de dexametasona; 4 mg/mL; solução injetável; ampola ou frasco-ampola.. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	UNIDADE 2,5 mL	7900		
50	448595	fosfato sódico de prednisolona; 3 mg/mL; solução oral; FRASCO Volume: 60 a 120 mL.. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	MILILITRO	10000		
51	435443	fumarato de formoterol + budesonida; 6 mcg/dose + 200 mcg/dose; suspensão inalatória aerossol. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 120 doses	48		
52	396741	hipromelose (metilcelulose) + dextrana; 3 mg/mL (0,3%) + 1 mg/mL (0,1%); solução oftálmica. Registrado na Anvisa como medicamento.	FRASCO 15 mL	125		
53	273694	hipromelose (metilcelulose); 20 mg/mL (2%); solução intraocular. - Registrado na Anvisa como Produto para saúde.	SERINGA PREENCHIDA 1,5 mL	700		
54	294643	ibuprofeno; 50 mg/mL; suspensão oral. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 30 mL	70		
55	381706	iodo + iodeto de potássio (lugol); 2% (20 mg/mL) + 4% (40 mg/mL); solução. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 1.000 mL	16		
		iodopovidona; 50				

56	461988	mg/mL (5%); solução oftálmica; medicamento especialmente manipulado; frasco de 1 a 10 mL	MILILITRO	100		
57	267646	maleato de dexclorfeniramina; 0,4 mg/mL; solução oral; frasco 100 a 120 mL.. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	MILILITRO	600		
58	267645	maleato de dexclorfeniramina; 2 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	5000		
59	273690	metilcelulose; 20 mg/mL (2%); solução oftálmica	FRASCO 10 mL	20		
60	270436	metotrexato; 2,5mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	600		
61	448576	micofenolato de sódio; 180 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	500		
62	448577	micofenolato de sódio; 360 mg; comprimido revestido de liberação retardada. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	1200		
63	273705	naproxeno sódico; 550 mg; comprimido revestido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	900		
64	273902	óleo amêndoas; 100%; óleo tópico. - Registrado na Anvisa como Medicamento de Notificação Simplificada (RDC nº 576/2021).	FRASCO 100 mL	600		
65	270907	paracetamol + fosfato de codeína; 500 mg + 30 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	2000		
		paracetamol; 200 mg/mL; solução oral; FRASCO; Volume: 10 a 15 mL. Registrado na				

66	267777	Anvisa como Medicamento de Notificação Simplificada (RDC nº 576/2021).	MILILITRO	1200		
67	267778	paracetamol; 500 mg; comprimido; Registrado na Anvisa como Medicamento de Notificação Simplificada (RDC nº 576/2021).	COMPRIMIDO	8000		
68	313592	policresuleno; 360 mg/mL; solução tópica. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 12 mL	12		
69	267743	prednisona; 20 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	7000		
70	267741	prednisona; 5 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	1000		
71	285817	sirolimo; 1 mg; drágea. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	DRÁGEA	500		
72	285818	sirolimo; 2 mg; drágea. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	DRÁGEA	500		
73	394675	solução salina balanceada: cloreto de sódio + cloreto de potássio + cloreto de cálcio + cloreto de magnésio + acetato de sódio tri-hidratado + citrato de sódio; 6,371 mg/mL + 0,746 mg/mL + 0,515 mg/mL + 0,305 mg/mL + 3,950 mg/mL + 1,670 mg/mL; solução intraocular. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 500 mL	400		
74	271600	succinato de metilprednisolona; 125 mg; pó para suspensão injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO-AMPOLA	1000		
75	271599	succinato de metilprednisolona; 500 mg; pó para suspensão	FRASCO-	1500		

		injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA		
76	342135	succinato sódico de hidrocortisona; 100 mg; pó para solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO-AMPOLA	3600	
77	342134	succinato sódico de hidrocortisona; 500 mg; pó para solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO-AMPOLA	300	
78	304872	sulfato de morfina; 0,2 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 1 mL	800	
79	304870	sulfato de morfina; 1 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 2 mL	12200	
80	304871	sulfato de morfina; 10 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 1 mL	1300	
81	271394	sulfato de morfina; 10 mg/mL; solução oral. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 60 mL	24	
82	271392	sulfato de morfina; 10 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	3200	
83	294887	sulfato de salbutamol; 100 mcg/dose; suspensão inalatória aerossol. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 200 doses	1100	
84	268303	sulfato de salbutamol; 5 mg/mL; solução para nebulização. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 10 mL	120	
85	268098	tacrolimo; 1 mg; cápsula. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	CÁPSULA	3100	
		tacrolimo; 5 mg/mL; solução			

86	336708	injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 1 mL	50		
87	268097	tacrolimo; 5 mg; cápsula. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	CÁPSULA	400		
88	434445	triancinolona hexacetonida; 20 mg/mL; suspensão injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO-AMPOLA 5 mL	40		
89	274561	tropicamida; 10 mg/mL (1%); solução oftálmica. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 5 mL	300		
90	298548	vitamina A (palmitato de retinol) + vitamina D (colecalfiferol) + óxido de zinco; 5.000 UI/g + 900 UI/g + 150 mg/g; pomada dermatológica. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	BISNAGA 45 g	1000		
91	272793	acetato de fludrocortisona; 0,1 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	300		
92	345240	acetato de hidrocortisona; 10 mg/g; creme dermatológico. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	BISNAGA 30 g	70		
93	274806	acetilcisteína; 600 mg; granulado para solução oral. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	ENVELOPE 5 g	1200		
94	267502	ácido acetilsalicílico; 100 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	4200		
95	292402	aminofilina; 24 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 10 mL	100		
96	268083	azatioprina; 50 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	700		

97	363099	azul de tripan; 0,1% (1 mg/mL); solução oftalmológica estéril. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO-AMPOLA 1 mL	280		
98	268331	brometo de ipratrópio; 0,25 mg/mL; solução inalatória. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 20 mL	900		
99	268332	brometo de ipratrópio; 20 mcg/dose; solução aerossol inalatória. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 200 doses	48		
100	282220	carbacol; 0,1 mg/mL (0,01%); solução ocular injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO-AMPOLA 2 mL	150		
101	448844	cetoprofeno; 100 mg; pó liofilizado injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO-AMPOLA	6300		
102	268422	cetoprofeno; 50 mg; cápsula. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	CÁPSULA	800		
103	302942	ciclosporina; 100 mg/mL; solução oral. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 50 mL	20		
104	271107	ciclosporina; 100 mg; cápsula. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	CÁPSULA	500		
105	271104	ciclosporina; 25 mg; cápsula. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	CÁPSULA	500		
106	340165	ciclosporina; 50 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 5 mL	100		
107	340165	ciclosporina; 50 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 1 mL	500		
108	271106	ciclosporina; 50 mg; cápsula. - Registrado na Anvisa como	CÁPSULA	600		

		Medicamento.				
109	272134	cloridrato de ciclopentolato; 10 mg/mL (1%); solução oftálmica. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 5 mL	30		
110	272217	cloridrato de difenidramina; 50 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 1 mL	270		
111	271790	cloridrato de fenilefrina; 100 mg/mL (10%); solução oftálmica; medicamento especialmente manipulado; frasco de 5 a 10 mL.	MILILITRO	500		
112	394263	cloridrato de hidroxizina; 2 mg/mL; solução oral; frasco 100 a 120 mL.. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	MILILITRO	10000		
113	269851	cloridrato de lidocaína + epinefrina; 20 mg/mL (2%) + 10 mcg/mL (1:100.000); solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	CARPULE 1,8 mL	800		
114	357788	cloridrato de mepivacaína; 30 mg/mL (3%); solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	CARPULE 1,8 mL	50		
115	268093	cloridrato de metadona; 10 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	2300		
116	268501	cloridrato de nalbufina; 10 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 1 mL	50		
117	272329	cloridrato de petidina; 50 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 2 mL	25		
118	267769	cloridrato de prometazina; 25 mg/mL; solução injetável. -	AMPOLA 2	280		

		Registrado na Anvisa como Medicamento.	mL			
119	267768	cloridrato de prometazina; 25 mg; comprimido revestido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	400		
120	292380	cloridrato de tramadol; 100 mg/mL; solução oral. FRASCO Volume: 10 a 15 mL.. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	MILILITRO	700		
121	292382	cloridrato de tramadol; 50 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 1 mL	10000		
122	268958	colagenase; 0,6 U/g; pomada. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	BISNAGA 30 g	420		
123	337468	desloratadina; 0,5 mg/mL; xarope; frasco 60 a 100 mL.. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	MILILITRO	1000		
124	267187	dexametasona; 1 mg/mL; suspensão oftálmica. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 5 mL	35		
125	269388	dexametasona; 4 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	3000		
126	271003	diclofenaco sódico; 25 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 3 mL	50		
127	273310	dicloridrato de hidroxizina; 25 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	1100		
128	341174	digliconato de clorexidina; 0,12%; solução para colutório. Antisséptico bucal. Sem álcool ou corante. Não irritante. - Regularizado na Anvisa como Cosmético (RDC n° 907/2024).	FRASCO 1.000 mL	36		

129	341174	clorexidina; 0,12%; solução para colutório. Antisséptico bucal. Sem álcool ou corante. Não irritante. Regularizado na Anvisa como Cosmético (RDC nº 907/2024)	FRASCO 250 mL	600		
130	268252	dipirona; 500 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 2 mL	70000		
131	267205	dipirona; 500 mg/mL; solução oral; FRASCO Volume: 10 a 30 mL. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	MILILITRO	9000		
132	267203	dipirona; 500 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	21000		
133	466172	dipropionato de beclometasona; 250 mcg/dose; solução inalatória oral; aerossol. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 200 doses	150		
134	346586	dipropionato de beclometasona; 50 mcg/dose; solução inalatória oral; aerossol. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 200 doses	120		
135	267582	dipropionato de beclometasona; 50 mcg/dose; suspensão nasal. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 200 doses	20		
136	369179	everolimo; 1 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	360		
137	272944	fluoresceína sódica; 10 mg/mL (1%); solução oftálmica. - Registrado na Anvisa como Produto para saúde.	FRASCO 3 mL	300		
138	272949	fluoresceína sódica; 200 mg/mL (20%); solução oftálmica injetável. - Registrado na Anvisa como Produto para	FRASCO-AMPOLA 5 mL	400		

		saúde.			
139	292427	fosfato dissódico de dexametasona; 4 mg/mL; solução injetável; ampola ou frasco-ampola.. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	UNIDADE 2,5 mL	7900	
140	448595	fosfato sódico de prednisolona; 3 mg/mL; solução oral; FRASCO Volume: 60 a 120 mL.. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	MILILITRO	10000	
141	435443	fumarato de formoterol + budesonida; 6 mcg/dose + 200 mcg/dose; suspensão inalatória aerossol. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 120 doses	48	
142	396741	hipromelose (metilcelulose) + dextrana; 3 mg/mL (0,3%) + 1 mg/mL (0,1%); solução oftálmica. Registrado na Anvisa como medicamento.	FRASCO 15 mL	125	
143	273694	hipromelose (metilcelulose); 20 mg/mL (2%); solução intraocular. - Registrado na Anvisa como Produto para saúde.	SERINGA PREENCHIDA 1,5 mL	700	
144	294643	ibuprofeno; 50 mg/mL; suspensão oral. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 30 mL	70	
145	343089	imunoglobulina antitimócitos humanos (coelho); 25 mg; pó para solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO-AMPOLA	230	
146	443644	imunoglobulina humana; 50 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO-AMPOLA 100 mL	600	
147	381706	iodo + iodeto de potássio (lugol); 2% (20 mg/mL) + 4% (40 mg/mL); solução. - Registrado na Anvisa como	FRASCO 1.000 mL	16	

		Medicamento.				
148	461988	iodopovidona; 50 mg/mL (5%); solução oftálmica; medicamento especialmente manipulado; frasco de 1 a 10 mL	MILILITRO	100		
149	267646	maleato de dexclorfeniramina; 0,4 mg/mL; solução oral; frasco 100 a 120 mL.. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	MILILITRO	600		
150	267645	maleato de dexclorfeniramina; 2 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	5000		
151	273690	metilcelulose; 20 mg/mL (2%); solução oftálmica	FRASCO 10 mL	20		
152	270436	metotrexato; 2,5mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	600		
153	448576	micofenolato de sódio; 180 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	500		
154	448577	micofenolato de sódio; 360 mg; comprimido revestido de liberação retardada. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	1200		
155	273705	naproxeno sódico; 550 mg; comprimido revestido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	900		
156	273902	óleo amêndoas; 100%; óleo tópico. - Registrado na Anvisa como Medicamento de Notificação Simplificada (RDC nº 576/2021).	FRASCO 100 mL	600		
157	270907	paracetamol + fosfato de codeína; 500 mg + 30 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	2000		
		paracetamol; 200 mg/mL; solução				

158	267777	oral; FRASCO; Volume: 10 a 15 mL. Registrado na Anvisa como Medicamento de Notificação Simplificada (RDC nº 576/2021).	MILILITRO	1200		
159	267778	paracetamol; 500 mg; comprimido; Registrado na Anvisa como Medicamento de Notificação Simplificada (RDC nº 576/2021).	COMPRIMIDO	8000		
160	313592	policresuleno; 360 mg/mL; solução tópica. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 12 mL	12		
161	267743	prednisona; 20 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	7000		
162	267741	prednisona; 5 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	1000		
163	285817	sirolimo; 1 mg; drágea. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	DRÁGEA	500		
164	285818	sirolimo; 2 mg; drágea. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	DRÁGEA	500		
165	394675	solução salina balanceada: cloreto de sódio + cloreto de potássio + cloreto de cálcio + cloreto de magnésio + acetato de sódio tri-hidratado + citrato de sódio; 6,371 mg/mL + 0,746 mg/mL + 0,515 mg/mL + 0,305 mg/mL + 3,950 mg/mL + 1,670 mg/mL; solução intraocular. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 500 mL	400		
166	271600	succinato de metilprednisolona; 125 mg; pó para suspensão injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO-AMPOLA	1000		
		succinato de metilprednisolona;				

167	271599	500 mg; pó para suspensão injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO-AMPOLA	1500		
168	342135	succinato sódico de hidrocortisona; 100 mg; pó para solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO-AMPOLA	3600		
169	342134	succinato sódico de hidrocortisona; 500 mg; pó para solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO-AMPOLA	300		
170	304872	sulfato de morfina; 0,2 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 1 mL	800		
171	304870	sulfato de morfina; 1 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 2 mL	12200		
172	304871	sulfato de morfina; 10 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 1 mL	1300		
173	271394	sulfato de morfina; 10 mg/mL; solução oral. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 60 mL	24		
174	271392	sulfato de morfina; 10 mg; comprimido. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	COMPRIMIDO	3200		
175	294887	sulfato de salbutamol; 100 mcg/dose; suspensão inalatória aerossol. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 200 doses	1100		
176	268303	sulfato de salbutamol; 5 mg/mL; solução para nebulização. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 10 mL	120		
177	268098	tacrolimo; 1 mg; cápsula. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	CÁPSULA	3100		

178	336708	tacrolimo; 5 mg/mL; solução injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	AMPOLA 1 mL	50		
179	268097	tacrolimo; 5 mg; cápsula. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	CÁPSULA	400		
180	434445	triancinolona hexacetonida; 20 mg/mL; suspensão injetável. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO-AMPOLA 5 mL	40		
181	274561	tropicamida; 10 mg/mL (1%); solução oftálmica. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	FRASCO 5 mL	300		
182	298548	vitamina A (palmitato de retinol) + vitamina D (colecalfiferol) + óxido de zinco; 5.000 UI/g + 900 UI/g + 150 mg/g; pomada dermatológica. - Registrado na Anvisa como Medicamento.	BISNAGA 45 g	1000		

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outras necessárias ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4.3. Os valores acima são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de bens efetivamente fornecidos.

4.4. A forma, prazo e demais condições para o pagamento à CONTRATADA estão definidos no Termo de Referência.

## 5. VIGÊNCIA

5.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, com início em **XXXXXXXXXXXX** e encerramento em **XXXXXXXXXXXX**, prorrogável por até 5 (cinco) anos, nos termos do art. 188 do RCC 3.0.

## 6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora (HU-UFJF), pertencente à Rede da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh, na dotação abaixo discriminada:

GESTÃO/ UNIDADE	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PTRES	FONTE DE RECURSOS	NATUREZA DA DESPESA	VALOR

6.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após a aprovação da Lei Orçamentária respectiva e a liberação dos créditos correspondentes, mediante registro por simples apostila.

## 7. GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução na presente contratação.

## **8. GARANTIA DO PRODUTO**

8.1. Não haverá previsão de garantia do produto na presente contratação de forma complementar à garantia legal.

## **9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

9.1. São obrigações da CONTRATANTE:

9.1.1. exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o presente Termo de Contrato e seus anexos;

9.1.2. prestar à CONTRATADA, em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias ao cumprimento do objeto;

9.1.3. notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

9.1.4. acompanhar e fiscalizar a execução do presente Termo de Contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

9.1.5. efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Termo de Contrato e no Termo de Referência;

9.1.6. aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei e no presente Termo de Contrato;

9.1.7. cientificar a Consultoria Jurídica da Ebserh para adoção das medidas cabíveis quando o assunto exceder as competências próprias da Equipe de Fiscalização de Contrato;

9.1.8. explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Termo de Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

9.1.9. notificar os emitentes das garantias, quando for o caso, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

9.1.10. responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro apresentados pela CONTRATADA.

9.2. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.3. Demais obrigações da CONTRATANTE, caso existam, encontram-se descritas no Termo de Referência desta contratação.

## **10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

10.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes do presente Termo de Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.1.1. atender às determinações regulares emitidas pela Equipe de Fiscalização do Contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.1.2. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela Equipe de Fiscalização do Contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.1.3. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à CONTRATANTE ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.1.4. quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - Sicaf, a CONTRATADA deverá entregar à Equipe de Fiscalização do Contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

10.1.4.1. prova de regularidade da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

10.1.4.2. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

10.1.4.3. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

10.1.4.4. Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e

10.1.4.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

10.1.5. responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.1.6. comunicar à Equipe de Fiscalização do Contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

10.1.7. paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

10.1.8. manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

10.1.9. guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.10. arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 196, inciso VI, do RCC 3.0;

10.1.11. cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;

10.1.12. alocar, quando for o caso, os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

10.1.13. fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

10.1.14. conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

10.1.15. submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

10.1.16. cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

10.1.17. não submeter, quando for o caso, os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

10.1.18. não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

10.1.19. não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto n.º 6.481, de 12 de junho de 2008;

10.1.20. receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

10.1.21. entregar o objeto, quando for o caso, acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

10.1.22. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/90), bem como por danos causados diretamente a terceiros ou à Ebserh independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

10.1.23. comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

10.1.24. verificar e cumprir, no que couber, as demais obrigações estabelecidas no Termo de Referência desta contratação.

## **11. OBRIGAÇÕES RELATIVAS À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)**

11.1. No tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida entre as partes, a CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem, conforme a Lei n.º 13.709/2018 (LGPD), ao seguinte:

11.1.1. adotar medidas para conformidade de suas operações ao cumprimento da legislação de proteção de dados pessoais e das orientações emanadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

11.1.2. assegurar que o tratamento de dados pessoais será limitado ao mínimo necessário para o alcance da(s) finalidade(s) proposta(s);

11.1.3. manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem;

11.1.4. adotar medidas de segurança, técnicas, administrativas e organizacionais, adequadas para assegurar a proteção dos direitos dos titulares de dados pessoais;

11.1.5. cooperar entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares de dados pessoais previstos na legislação em vigor;

11.1.6. orientar seus colaboradores, contratados ou prepostos sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, bem como a não divulgar indevidamente informações que envolvam dados pessoais a que tenham acesso;

11.1.7. comunicar à outra parte, por escrito, em prazo razoável, qualquer incidente de segurança que envolva dados pessoais a que tenha acesso, tais como acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, com as informações previstas no § 1º do art. 48 da LGPD.

11.2. Especificamente a CONTRATADA se compromete ao seguinte:

11.2.1. cientificar-se da Política de Proteção de Dados Pessoais da CONTRATANTE;

11.2.2. apresentar todos os dados e informações solicitados pela CONTRATANTE em relação ao tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida com a CONTRATANTE e/ou adotar as providências lícitas por ela indicadas;

11.2.3. não subcontratar atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais, salvo com prévia autorização por escrito da CONTRATANTE e, nessa hipótese, exigir de subcontratados o cumprimento dos deveres decorrentes da LGPD e daqueles assumidos neste instrumento, permanecendo integralmente responsável por garantir a sua observância;

11.2.4. quando verificada qualquer das hipóteses de término do tratamento de dados pessoais previstas no art. 15 da LGPD, interromper o tratamento e eliminar completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), autorizada a conservação para as finalidades estabelecidas no art. 16 da LGPD.

## 12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a CONTRATANTE poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

12.1.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a CONTRATANTE;

12.1.2. Multa:

12.1.2.1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 11 (onze) dias. Após o 11º dia e a critério da Ebserh, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

12.1.2.2. Compensatória, para a inexecução parcial do instrumento substitutivo de termo de contrato, de até 20% (vinte por cento) o valor total da contratação, respeitados critérios de razoabilidade e proporcionalidade, considerando os impactos da obrigação inadimplida,

12.1.2.3. Compensatória, para a inexecução total do instrumento substitutivo de termo de contrato, de 20% (vinte por cento) do valor total da contratação.

12.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

12.1.3.1. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar poderá também ser aplicada à empresa que:

12.1.3.1.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.1.3.1.2. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados;

12.1.3.1.3. prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

12.1.3.1.4. ensinar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

12.1.3.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

12.1.3.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.3.1.7. após manifestar formalmente interesse na prorrogação do contrato, não celebrar o aditivo de prorrogação.

12.2. As sanções de advertência e de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh poderão ser aplicadas juntamente com multa.

12.3. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

12.4. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Ebserh.

12.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no RCC 3.0 e, subsidiariamente, a Lei n.º 9.784/1999, não podendo o prazo concedido para apresentação de defesa prévia ser inferior a 10 (dez) dias úteis.

12.5.1. A comunicação do ato para fins de contagem de prazos será feita, preferencialmente, na forma eletrônica, desde que haja confirmação de recibo por parte da CONTRATADA.

12.6. Aplicada a sanção de multa, deverão ser adotadas as seguintes medidas de cobrança administrativa do débito:

12.6.1. emissão de Guia de Recolhimento da União (GRU) e envio para pagamento pelo fornecedor sancionado;

12.6.2. não realizado o pagamento da GRU, compensação total ou parcial do débito com eventuais créditos, inclusive pagamentos pendentes, que o fornecedor sancionado possua com a Ebserh, ainda que decorrentes de outros ajustes;

12.6.3. na hipótese de não existirem créditos disponíveis ou se forem insuficientes para quitar o débito, execução da garantia prestada pelo fornecedor sancionado, se houver;

12.6.4. não havendo garantia a ser executada, parcelamento total ou parcial do débito, mediante negociação entre a Ebserh e o fornecedor sancionado.

12.6.4.1. O parcelamento não se aplica à parcela do débito a ser compensada com eventuais créditos ou executada da garantia prestada, se houver.

12.7. A CONTRATANTE deverá consultar, antes de cada pagamento, o cadastro único de multas de que trata o art. 225, § 2º, do RCC 3.0, devendo-se proceder à compensação total ou parcial caso seja identificada a existência de débito não quitado pelo credor do pagamento, com a respectiva atualização ou baixa no cadastro.

12.8. Poderá ser suspensa a cobrança de multas, em caráter excepcional, pelo período de até noventa dias, nas situações que envolvem o enfrentamento de impactos decorrentes de calamidade pública ou de emergência de saúde pública.

12.9. Esgotadas as medidas administrativas sem a integral quitação do débito, os autos serão remetidos à Consultoria Jurídica da Ebserh, para análise da viabilidade de cobrança judicial.

12.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Ebserh, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

12.11. No caso de infração que possa acarretar a sanção de multa ou de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar, pode ser firmado Termo de Ajustamento de Conduta como medida alternativa à instauração ou ao prosseguimento do processo administrativo sancionador, nos termos do art. 221 do RCC 3.0.

12.12. É admitida a reabilitação do fornecedor sancionado, desde que atendidos, cumulativamente, os requisitos do art. 226 do RCC 3.0.

12.13. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei n.º 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

12.14. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei n.º 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

12.15. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido

por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

12.16. Após o trânsito em julgado do processo, as sanções administrativas aplicadas pela Ebserh deverão ser registradas e publicadas no Sicaf, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e, no caso de sanção de multa, no Cadin, nos termos da Lei n.º 10.522/2002.

12.16.1. Quando a sanção aplicada decorrer de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, os dados relativos à penalidade deverão ser incluídos no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, nos termos da Lei n.º 12.846/2013, ou em outras plataformas de cadastro de inadimplentes de pessoas jurídicas autorizadas pela Ebserh.

12.17. As sanções aplicadas pelos Hospitais Universitários e pela Administração Central terão abrangência no âmbito de toda a Rede Ebserh.

### **13. EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1. O Termo de Contrato se extingue quando vencido o prazo fixado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. A rescisão do Termo de Contrato pode ocorrer nas seguintes hipóteses:

13.2.1. por ato unilateral formalizado pela CONTRATANTE, por algum dos motivos do art. 227 do RCC 3.0, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

13.2.1.1. A rescisão por ato unilateral deverá ser precedida de regular processo administrativo, devendo ser assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa à CONTRATADA com prazo não inferior a 10 (dez) dias úteis.

13.2.2. de forma amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE;

13.2.2.1. A rescisão amigável não será cabível nos casos em que forem constatados descumprimentos contratuais por apenas uma das partes sem apuração de responsabilidade iniciada ou com apuração ainda em curso.

13.2.2.2. O inadimplemento contratual de ambas as partes autoriza a rescisão amigável, que deve ser formalizada por distrato.

13.2.3. de forma judicial, por determinação judicial.

13.3. O Termo de Contrato pode ser extinto no caso de se constatar a ocorrência de impedimento previsto no art. 70 do RCC 3.0.

13.4. A CONTRATANTE poderá ainda:

13.4.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, executar a garantia de execução contratual para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos; e

13.4.2. reter, na hipótese de insuficiência da garantia de execução contratual, os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE.

13.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.5.1. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato, e antes de eventual prorrogação.

13.6. A extinção do Termo de Contrato, formalizada por Termo de Rescisão Unilateral ou Distrato, será precedida, sempre que possível, de:

13.6.1. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3. indenizações e multas.

13.7. Formalizada a extinção, o extrato do Termo de Rescisão Unilateral ou Distrato deverá ser publicado no Diário Oficial da União, no Portal da Ebserh e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme o art. 230 do RCC 3.0.

### **14. REAJUSTE**

14.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

14.2. Os preços iniciais podem ser reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após o interregno

mínimo de um ano da data limite para apresentação da proposta.

14.3. Deverá haver consulta formal à CONTRATADA quanto à possível renúncia ao direito ao reajuste a cada anualidade, ou redução do percentual aplicável.

14.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos do reajuste anterior.

14.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

14.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

14.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

14.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 15. SUBCONTRATAÇÃO

15.1. As regras a respeito da subcontratação do objeto são aquelas definidas no Termo de Referência.

## 16. ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais serão regidas pelo art. 196 e seguintes do RCC 3.0.

16.2. A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pelo contratado, das prestações determinadas pela Ebserh no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos.

16.3. Registros que não caracterizam alteração contratual podem ser realizados mediante registro por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 206 do RCC 3.0.

## 17. ANTICORRUPÇÃO

17.1. Nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por meio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste Termo de Contrato, ou de outra forma que não relacionada a este Termo de Contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

## 18. CASOS OMISSOS

18.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei n.º 13.303/2016, no Decreto n.º 8.945/2016, no RCC 3.0 e nas demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e normas e princípios gerais dos contratos.

## 19. PUBLICAÇÃO

19.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação no Diário Oficial da União, no Portal da Ebserh e no Portal Nacional de Contratações Públicas, conforme o art. 278 do RCC 3.0.

## 20. DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

20.1.1. a CONTRATADA está ciente de que deve guardar por si, por seus empregados ou prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou que, por qualquer forma ou modo, venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, ficando, portanto, por força da lei, civil e penal, responsável por sua indevida divulgação e descuidada ou incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.

20.1.2. poderá ser admitida a adoção de mecanismos de solução pacífica de conflito relativos a direitos patrimoniais disponíveis, observando-se as disposições da Lei n.º 9.307/1996.

20.1.3. o procedimento para parcelamento e compensação de débito resultante de multa administrativa e/ou indenizações seguirá, no que couber, a Instrução Normativa SEGES/ME n.º 26, de 13 de abril de 2022.

20.1.4. o procedimento para cessão de crédito observará as seguintes regras:

20.1.4.1. as cessões de crédito, de qualquer natureza, dependerão de prévia aprovação da CONTRATANTE.

20.1.4.2. a eficácia da cessão de crédito em relação à CONTRATANTE está condicionada à celebração de termo aditivo ao presente Termo de Contrato.

20.1.4.3. sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte da CONTRATADA (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à comprovação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar, nos termos do art. 70 do RCC 3.0, que não está proibido de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, conforme o art. 12 da Lei n.º 8.429/1992, e que foi observada a Política de Transações com Partes Relacionadas da Ebserh.

20.1.4.4. o crédito a ser pago ao cessionário é exatamente aquele que seria destinado à CONTRATADA (cedente) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas aplicáveis no regime jurídico incidente sobre o contrato, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à CONTRATANTE.

20.1.4.5. a cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade da CONTRATADA.

## 21. FORO

21.1. É eleito o Foro da da Justiça Federal, Subseção Judiciária de Juiz de Fora/MG, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação.

*Juiz de Fora, data da última assinatura*

*(assinado eletronicamente)*

**REPRESENTANTE**

CONTRATADA

*(assinado eletronicamente)*

**BRUNO AZEVEDO GOMES FREITAS**

GERENTE ADMINISTRATIVO  
CONTRATANTE

*(assinado eletronicamente)*

**JOSÉ OTÁVIO DO AMARAL CORREA**

SUPERINTENDENTE  
CONTRATANTE



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Ferreira da Silva Nascimento, Assistente Administrativo**, em 26/03/2026, às 16:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **59348411** e o código CRC **E3D4FE07**.

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
Avenida Eugênio do Nascimento, s/nº - Bairro Dom Bosco  
Juiz de Fora-MG, CEP 36038-330  
- <https://hu-ufjf.hubrasil.gov.br>

RCC 3.0 - Modelo de Declaração Cadastro de Reserva

Processo nº 23765.000766/2026-95

À  
EBSERH - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, por intermédio de seu representante legal, **VEM MANIFESTAR INTERESSE EM COMPOR O CADASTRO DE RESERVA** referente ao Pregão Eletrônico nº L, para o(s) item(ns), declarando, para os devidos fins, que:

- ( ) aceita reduzir seu preço ao valor da proposta do licitante adjudicatário para o(s) item(ns);  
ou  
( ) opta por manter sua proposta original para o(s) item(ns).

A empresa declara estar ciente de que a habilitação somente será realizada quando houver necessidade de contratação, nos termos do art. 18, §3º, do Decreto nº 11.462/2023, e que será respeitada a ordem de classificação da licitação.

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

\_\_\_\_\_  
Local e data

\_\_\_\_\_  
Nome do Representante Legal  
Cargo  
Documento de Identificação



Documento assinado eletronicamente por **Rodolfo Cavallari de Faria, Agente de Licitação**, em 30/03/2026, às 10:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Fernandes Afonso, Chefe de Unidade**, em 14/04/2026, às 10:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **59441388** e o código CRC **28D4C5E5**.

**Referência:** Processo nº 23765.000766/2026-95 SEI nº 59441388

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
Avenida Eugênio do Nascimento, s/nº - Bairro Dom Bosco  
Juiz de Fora-MG, CEP 36038-330  
- <https://hu-ufjf.hubrasil.gov.br>

Anexo - SEI

Processo nº 23765.020817/2025-14

### ORIENTAÇÕES PARA CADASTRO EXTERNO NO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES (SEI)

1. Para possibilitar a assinatura eletrônica da Ata de Registro de Preços ou do Contrato, a empresa vencedora do certame deverá providenciar o cadastro de seu(s) representante(s) legal(is) como usuário(s) externo(s) no Sistema Eletrônico de Informações – SEI da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a solicitação do HU-UFJF.
2. Caso o signatário não seja o administrador ou sócio com poderes expressos nos atos constitutivos da empresa, deverá ser apresentada procuração específica que lhe atribua poderes para assinatura do termo, dentro do prazo de validade, contendo todos os requisitos formais exigidos para esse instrumento.
3. O cadastro deverá ser realizado diretamente pelo interessado no endereço eletrônico abaixo:
4. [Clique aqui para realizar o cadastro externo no SEI](#)
5. Após a realização do cadastro, as informações abaixo devem ser encaminhadas ao HU-UFJF para o e-mail **uclic.hu-ufjf@ebserh.gov.br**, que tomará providências para liberação do cadastro realizado.
  - Nome Completo: \_\_\_\_\_
  - E-mail cadastrado: \_\_\_\_\_
  - CPF: \_\_\_\_\_
  - Cargo/Função: \_\_\_\_\_
  - Telefone de Contato: \_\_\_\_\_
6. É de responsabilidade da empresa vencedora a correta indicação do representante legal e o envio tempestivo das informações/documentos, sob pena de incorrer em conduta irregular, passível de apuração de irregularidade por ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação.
7. A ausência de cadastro ativo no SEI poderá inviabilizar a assinatura da Ata de Registro de Preços ou do Contrato e, conseqüentemente, a formalização da contratação.



Documento assinado eletronicamente por **Rodolfo Cavallari de Faria, Agente de Licitação**, em 27/03/2026, às 17:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Fernandes Afonso, Chefe de Unidade**, em 14/04/2026, às 10:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **59417255** e o código CRC **9B251E52**.

Referência: Processo nº 23765.000766/2026-95 SEI nº 59417255

Anexo - SEI

Processo nº 23765.016232/2025-08

Interessado: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh

## ANEXO VI - PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

### 1. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

1.1. No tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida entre as partes, a Ebserh e o fornecedor se comprometem, conforme a Lei n.º 13.709/2018 (LGPD), ao seguinte:

1.1.1. adotar medidas para conformidade de suas operações ao cumprimento da legislação de proteção de dados pessoais e das orientações emanadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

1.1.2. assegurar que o tratamento de dados pessoais será limitado ao mínimo necessário para o alcance da(s) finalidade(s) proposta(s);

1.1.3. manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem;

1.1.4. adotar medidas de segurança, técnicas, administrativas e organizacionais, adequadas para assegurar a proteção dos direitos dos titulares de dados pessoais;

1.1.5. cooperar entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares de dados pessoais previstos na legislação em vigor;

1.1.6. orientar seus colaboradores, contratados ou prepostos sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, bem como a não divulgar indevidamente informações que envolvam dados pessoais a que tenham acesso;

1.1.7. comunicar à outra parte, por escrito, em prazo razoável, qualquer incidente de segurança que envolva dados pessoais a que tenha acesso, tais como acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, com as informações previstas no art. 48, § 1º, da LGPD.

1.2. Especificamente o fornecedor se compromete ao seguinte:

1.2.1. cientificar-se da Política de Proteção de Dados Pessoais da Ebserh;

1.2.2. apresentar todos os dados e informações solicitados pela Ebserh em relação ao tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida com a Ebserh e/ou adotar as providências lícitas por ela indicadas;

1.2.3. não subcontratar atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais, salvo com prévia autorização por escrito da Ebserh e, nessa hipótese, exigir de subcontratados o cumprimento dos deveres decorrentes da LGPD e daqueles assumidos neste instrumento, permanecendo integralmente responsável por garantir a sua observância;

1.2.4. quando verificada qualquer das hipóteses de término do tratamento de dados pessoais previstas no art. 15 da LGPD, interromper o tratamento e eliminar completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), autorizada a conservação para as finalidades estabelecidas no art. 16 da LGPD.



Documento assinado eletronicamente por **Rodolfo Cavallari de Faria, Agente de Licitação**, em 27/03/2026, às 17:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Fernandes Afonso, Chefe de Unidade**, em 14/04/2026, às 10:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **59417220** e o código CRC **405E7BE1**.

